

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

Gisele Simi Turchetti

**AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: UM ESTUDO DE REDES
ALIMENTARES ALTERNATIVAS DE TUPANCIRETÃ-RS**

Santa Maria, RS
2021

Gisele Simi Turchetti

**AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: UM ESTUDO DE REDES ALIMENTARES
ALTERNATIVAS DE TUPANCIRETÃ-RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto

Santa Maria, RS
2021

Turchetti, Gisele Simi
Agroindústrias Familiares: Um Estudo de Redes
Alimentares Alternativas de Tupanciretã- RS / Gisele
Simi Turchetti.- 2021.
130 p.; 30 cm

Orientador: Everton Lazzaretti Picolotto
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2021

1. Agricultura familiar 2. Agroindústrias familiares
3. Circuitos Curtos de Comercialização 4. Rede
Alimentares Alternativas I. Picolotto, Everton
Lazzaretti II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, GISELE SIMI TURCHETTI, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Gisele Simi Turchetti

**AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: UM ESTUDO DE REDES ALIMENTARES
ALTERNATIVAS DE TUPANCIRETÃ-RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Aprovado em 15 de dezembro de 2021.

Everton Lazzaretti Picolotto, Dr. (UFSM) - Videoconferência
(Presidente/Orientador)

Gisele Martins Guimarães, Dra. (UFSM) - Videoconferência

Valdemar João Wesz Junior, Dr. (UNILA) - Videoconferência

Santa Maria, RS
2021

NUP: 23081.111627/2021-71		Prioridade: Normal
Homologação de ata de banca de defesa de pós-graduação 134.332 - Bancas examinadoras: indicação e atuação		
COMPONENTE		
Ordem	Descrição	Nome do arquivo
7	folha de aprovação	folha de aprovação para assinatura gisele simi.pdf
Assinaturas		
06/04/2022 10:13:29 EVERTON LAZZARETTI PICOLOTTO (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR) 06.55.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DCS		
08/04/2022 09:27:29 Valdemar João Wesz Junior (Pessoa Física) Usuário Externo (008.***.***.**) <div data-bbox="619 1227 1018 1624" data-label="Image"> </div>		
Código Verificador: 1298608 Código CRC: 7c83d6ae		
Consulta em: https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html		

DEDICATÓRIA

À minha família. Para meus pais, Silso e Loreni, por tudo que vocês são para mim e continuam a ser. Para meu irmão, Tamires e Leandro. Para meu companheiro Uillian.

Para meus avós, tios e primos.

Aos agricultores e às agricultoras familiares que acreditam em um mundo que inclui vários mundos possíveis.

AGRADECIMENTOS

A concretização desta etapa final de um ciclo de aprendizado e crescimento pessoal e profissional só foi possível pelo apoio, afeto e compreensão que recebi de todas as pessoas que, de forma indireta e/ou direta, cruzaram o rico e extenso percurso acadêmico. Nem todos os dias são fáceis, alguns são complicados, outros não, e há frustrações, sobretudo, com a pandemia. Mas, ainda assim, quero agradecer as contribuições de muitas pessoas.

Ao meu orientador Everton, que além de supervisionar minha dissertação dentro do tempo curto que tivemos, agradeço por fornecer-me apoio, sem os quais eu não teria esta dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria, pela oportunidade dada. Ao professor Joel Orlando Bevilaqua Marin quero agradecer pela sua confiança, pelas orientações e, sobretudo, pela sensibilidade de me acolher na Iniciação Científica, que culminou no meu ingresso na pós-graduação. Gostaria também de agradecer a todos os professores do Departamento, em especial aos professores do Programa, Andrea, Claiton, Gisele, José Geraldo, Vicente e Vivien, que me ajudaram muito, mais do que provavelmente sabem. As minhas colegas Ana Paula, Bruna, Larissa, Fernanda, Marina, Priscila, Roselaine, Rochelle, Vanessa e ao Sebastian por todos os momentos que traçamos por este mestrado. Agradeço também à CAPES pelo um ano de bolsa.

Também agradeço a todos/as os/as agricultores/agricultoras que participaram da pesquisa. Por suas calorosas boas-vindas e por partilharem comigo suas preocupações e esperanças.

Fora do contexto acadêmico, esta dissertação não poderia ter sido concluída sem o apoio da minha família. Obrigada, meu país, por me fornecerem apoio infalível e incentivo contínuo ao longo dos meus anos de estudo.

E, finalmente, meu mais gentil agradecimento vai para Uillian, com quem partilho as tristezas e alegrias. Por tudo que você me dá todos os dias e por conseguir manter minha cabeça acima da água quando eu estava prestes a perder o equilíbrio!

EPÍGRAFE

*A mudança é a única constante.
(Heráclito)*

RESUMO

AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: UM ESTUDO DE REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS DE TUPANCIRETÃ-RS

AUTORA: Gisele Simi Turchetti

ORIENTADOR: Everton Lazzaretti Picolotto

Um dos principais dilemas enfrentados pela agricultura familiar está no controle sobre o processo em que esta desempenha suas atividades econômicas/produativas. Uma das formas que permitem a construção de sistemas alimentares alternativos e seu efeito combinado, para facilitar uma transição sustentável, reside em novos arranjos que combinam a produção e o consumo, o que vai além dos agricultores resolverem os problemas causados pelo aumento dos custos e pela redução dos retornos em um ambiente hostil. Nesse sentido, o modelo de negócio adotado pelos pequenos agricultores que integram o processamento e comercialização nas atividades agrícolas é uma das soluções para as dificuldades enfrentadas. Diante desse cenário, utilizando uma abordagem qualitativa, buscou-se verificar estas iniciativas adotadas pelos agricultores familiares da cidade de Tupanciretã-RS, que estão situados em um contexto produtivista, coordenado por agentes vinculados à cadeias de valor global, privilegiados por altos fatores produtivos, produzindo, desse modo, uma das maiores lavouras de soja do Rio Grande do Sul, identificada como a capital da soja. Entretanto, uma série de atividades econômicas/produativas operadas pelos pequenos agricultores heterogeneizam um contexto marcado pela homogeneidade socioeconômica no município. Com isso, uma das diretrizes que os agricultores familiares adotam para aumentar o valor agregado encontra-se na produção interna e na orientação de mercado. Em suas estratégias econômico-produativas, a agroindustrialização dos produtos em alimentos finais emprega técnicas peculiares inerentes às tradições e heranças dos agricultores que os produzem. Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é desenvolver um produto de um segmento de nicho dotado de qualidade. Isso se traduz no método adotado, condensado em um alimento com atributos vinculados à aspectos coloniais, caseiros e artesanais, o qual se desassocia do imperativo modo de produção especializado e intensificado que é praticado no setor agrícola do município. Dessa maneira, a agroindustrialização desses alimentos produzidos pelos agricultores familiares liga-se à sua proveniência local. Assim, este padrão da reconexão entre produtores e consumidores cristaliza-se em torno da noção de circuitos curtos de comercialização, enquanto esta prática adotada pelas famílias se divide entre venda direta, com entregas a domicílio (na propriedade), compras institucionais (em feiras agropecuárias e em casas coloniais) ou através de canais mediados por estas casas, padarias e minimercados. Este novo arranjo, portanto, combina estratégias focadas no modo de operação e comercialização, evidenciando elementos de reconexão entre agricultura, alimentação, economias locais e território. Além disso, as agroindústrias familiares adotam medidas que lhes garantem um maior grau de autonomia, assim como uma dupla reconfiguração do setor agrícola do município, por meio do vínculo desenvolvido com os consumidores, onde tecem nova relevância para os agricultores familiares.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Circuitos Curtos de Comercialização. Produtos locais.

ABSTRACT

FAMILY AGROINDUSTRIES: A STUDY OF ALTERNATIVE FOOD NETWORKS IN TUPANCIRETÃ-RS

AUTORA: Gisele Simi Turchetti

ORIENTADOR: Everton Lazzaretti Picolotto

One of the main dilemmas faced by family farming is in the control about the process in which it carries out its economic/productive activities. One of the ways in which alternative food systems can be built and their combined effect, to facilitate a sustainable transition, lies in new arrangements that combine production and consumption, which goes beyond farmers solving the problems caused by rising costs and reduced returns in a hostile environment. In this sense, the business model adopted by small farmers who integrate processing and marketing in agricultural activities is one of the solutions to the difficulties faced. Given this scenario, using a qualitative approach, it was sought to verify these initiatives adopted by family farmers in the city of Tupanciretã-RS, which is located in a productivist context, coordinated by agents linked to global value chains, privileged by high productive factors, thus producing one of the largest soybean crops in Rio Grande do Sul, identified as the capital of soybeans. However, a series of economic/productive activities operated by small farmers heterogeneize a context marked by socioeconomic homogeneity in the municipality. Thus, one of the guidelines that family farmers adopt to increase added value is domestic production and market orientation. In its economic-productive strategies, the agro-industrialization of products into final foods employs peculiar techniques inherent to the traditions and heritage of the farmers who produce them. Therefore, the objective of the present work is to develop a product of a niche segment endowed with quality. This translates into the method adopted, condensed into a food with attributes linked to colonial, homemade and artisanal aspects, which is dissociated from the imperative specialized and intensified production mode that is practiced in the agricultural sector of the municipality. In this way, the agro-industrialization of these foods produced by family farmers is linked to their local origin. Thus, this pattern of reconnection between producers and consumers crystallizes around the notion of short marketing circuits, while this practice adopted by families is divided between direct sales, with home deliveries (on the property), institutional purchases (at agricultural fairs and in colonial houses) or through channels mediated by these houses, bakeries and mini-markets. This new arrangement, therefore, combines strategies focused on the mode of operation and commercialization, evidencing elements of reconnection between agriculture, food, local economies and territory. In addition, family agro-industries adopt measures that guarantee them a greater degree of autonomy, as well as a double reconfiguration of the agricultural sector of the municipality, through the bond developed with consumers, where they weave new relevance for family farmers.

Keywords: Family Farming. Short Circuits of Commercialization. Local products.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO USADAS PELAS FAMÍLIA.....105

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE TUPANCIRETÃ-RS, POR GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA E ESTRATIFICAÇÃO DA ÁREA EM 2017.	63
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA E USO DAS TERRAS EM TUPANCIRETÃ-RS, DE ACORDO COM O GRUPO DE ÁREA TOTAL E A ATIVIDADE ECONÔMICA DE 1995 À 2017, EM NÚMEROS DE ESTABELECIMENTOS.....	70
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE - KG/HECTARES (LINHA) E ÁREA PLANTADA PLANTADAS - HECTARES (COLUNA) DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS DO MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ-RS.....	73
GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE E VALOR NOMINAL DAS EXPORTAÇÕES DE SOJA NO MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ-RS, POR ANO..	776

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - COMPRAS PÚBLICAS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ-RS ATRAVÉS DO PNAE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (VALORES EM REAIS).....	82
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFNS	Redes Alimentares Alternativas
BACEN	Banco Central do Brasil
CAIS	Complexos Agroindustriais
CBOT	Bolsa de Comércio de Chicago
CCC	Circuitos-Curtos de Comercialização
FEAPER	Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais
IBGE	Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística
IG	Índice Geográfico
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OGM	Organismo Geneticamente Modificados
PAA	Programa de Aquisição De Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAAS	Rede de Alimentos Alternativos
SIM	Serviço De Inspeção Municipal
CGV	Cadeias Globais de Valor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 UMA ESTRATÉGIA DE SISTEMATIZAÇÃO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES	21
2.1 CONTRIBUTOS PARA UM CENÁRIO EM CRISE	21
2.2 O QUE ESTÁ ALÉM DE CULTIVAR E CONSUMIR ALIMENTOS	28
2.3 INTEGRANDO OS ALIMENTOS ÀS REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS.....	44
3 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO RURAL EM TUPANCIRETÃ-RS.....	51
3.1 ENTENDENDO O TERRITÓRIO (RE) PRODUZIDO PELA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	51
3.2 DAS ORIGENS DA GRANDE PROPRIEDADE PECUARISTA AOS CULTIVOS MODERNOS DE SOJA.....	55
3.2.1 O LUGAR	56
3.2.2 A TERRA	58
3.2.3 O GADO.....	66
3.2.4 O TRATOR	68
3.3 A CAPITAL DA SOJA.....	74
3.3.1 A SOJA.....	754
3.3.2 O ASSENTADO	79
4 AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES COMO FORMA DE CONSTRUIR REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS EM TUPANCIRETÃ	865
4.1 O PERFIL DAS FAMÍLIAS	85
4.2 A AGROINDÚSTRIA COMO UMA ESCOLHA.....	87
4.3 MODO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES	93
4.4 MODO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES	1043
5 CONCLUSÕES.....	1176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

1 INTRODUÇÃO

A crise do sistema alimentar e a necessidade de desenvolver um modelo socioeconômico diferente que envolva produção, processamento, comércio, distribuição, consumo e a eliminação dos alimentos são constatações que surgem em níveis distintos da sociedade. O modelo intensivo e globalizado na produção e distribuição de alimentos, estimulou o desenvolvimento do sistema agroalimentar enraizado por profundas mudanças econômicas, sociais, tecnológicas e espaciais, restritas ao controle de grandes jogadores globais. Ademais, a operação nesse modelo tem se mostrado cada vez mais incapaz de satisfazer os requisitos do tripé do desenvolvimento sustentável (sustentabilidade ambiental, econômica e social), gerando externalidades que ameaçam os limites do ecossistema planetários.

Sobre este prisma, em nível local, além da crise ambiental, há a necessidade de considerar os processos que envolvem a agricultura familiar, a qual se estende ao relacionamento com o mercado, com as regras e com a sociedade na reinternalização do seu papel na produção de alimentos que sofrem diretamente essas tendências (BRUNORI, ROSSI & GUIDI, 2012; NIEDERLEW & WESZ JR, 2018; MEDAETS, FORNAZIER & THOMÉ, 2020). No contexto brasileiro, o desenvolvimento do agronegócio, junto com o aumento da concentração, internacionalização e distribuição do setor agroalimentar influenciou significativamente os modelos de produção e consumo de alimentos.

Assim, do ponto de vista do consumo, as questões referentes à tais modelos podem ser sintetizadas em uma predominância de alimentos processados industrialmente e desconectados de suas áreas de produção. Isso não só cria uma série de consequências nas áreas de saúde e ambiental, mas também no impacto econômico dos atores envolvidos no território e, eventualmente, no seu desenvolvimento local. Já do ponto de vista da produção, o cenário atual implica uma dependência de mecanismos de mercado, combinada com a busca de maior lucratividade das corporações mais poderosas do sistema agroalimentar, o que representa uma grande ameaça para a existência de pequenas unidades agrícolas que buscam o equilíbrio entre prerrogativas da produção agrícola e o oportunismo a jusante, bem como relações unilaterais (MCMICHAEL, 2010; LANÇON, TEMPLE & BIÉNAB, 2017; NIEDERLE & WESZ JR, 2018).

Entretanto, novos cenários têm emergido nos últimos anos, principalmente a partir da construção de iniciativas de base, na busca de desenvolver novos caminhos destinadas a reincorporar a produção, distribuição e práticas de consumo de alimentos, por meio de

processos de realocação e inclusão de atributos de qualidade vinculados a aspectos culturais e ambientais – orgânico, local / regional, artesanal, tradicional, colonial, caseiros, da reforma agrária, a exemplo – nos alimentos, dentro do quadro de sistemas agrícolas mais sustentáveis. Além disso, sob o guarda-chuva rotulado de Redes Alimentares Alternativas (RAAs), em inglês *Alternative Food Networks* (AFNs), que são esquemas organizacionais que conectam produtores e consumidores de alimentos por meio de Circuitos Curtos de Comercialização (CCC), normalmente gerenciados em escala local, com foco na revalorização dos alimentos locais e tradicionais e na produção sustentável (para pessoas e para o meio ambiente), tais alternativas são vistas como um jeito diferente de produzir, distribuir, escolher, valorizar e consumir.

Ademais, as RAAs colocam em jogo diversos elementos de reconexão entre agricultura, alimentação, saúde, meio ambiente, economias locais e territórios, ao mesmo tempo que fornecem uma oportunidade de reincluir o tecido local rural, construindo uma alternativa ao paradigma produtivista e as suas relações predatórias (BRUNORI, ROSSI & GUIDI, 2012; NIEDERLE & WESZ JR, 2018; DAROLT & ROVER, 2021; PICOLOTTO & BREMM, 2016). Desse modo, esses novos arranjos de produção e abastecimento possuem um ponto chave: a eliminação (parcial) de intermediários, ou seja, uma relação horizontal entre produtos e consumidores.

Nesse sentido, tais arranjos também proporcionam, através de um conjunto de elementos territoriais/espaciais e socioculturais, “a proximidade espacial entre produtores e consumidores; a distância relacional e informacional entre ambos, possibilitando conhecer o local, o modo de produção, as tradições e a cultura alimentar por detrás dos alimentos” (DAROLT & ROVER, 2021, p. 27). Isso reflete em uma renovada relação entre produtores e consumidores que assumem diferentes formas de comercialização, como vendas diretas aos consumidores; feiras de produtores (agroecológicas e da agricultura familiar); cestas semanais; lojas especializadas (lojas de produtos coloniais, naturais, orgânicos, artesanais, etc.); vendas institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE); e vendas a pequenos mercados, restaurantes ou unidades de processamento mínimas (DAROLT & ROVER, 2021).

Diante disso, esses circuitos curtos de comercialização manifestam-se a partir da interação dos consumidores que compram produtos diretamente do produtor, em que a proximidade e a confiança são relações sociais mediadas que mantêm o consumidor conectado com os valores de quem produziu, respeitando as dimensões culturais, espaciais, sociais e ambientais deste. Ainda, essa prática de venda direta, fundada na renovação de vínculos entre

espaços urbanos e rurais, assegura relações mais equitativas entre os participantes, bem como oferece uma oportunidade para os agricultores familiares operarem fora das cadeias globais de valor. Especialmente orientando suas produções para mercados alternativos, além da reprodução do núcleo familiar, em que a força de trabalho dos membros da família no uso dos meios de produção em pequena escala é ligada pelo consumo de alimentos em escala local (DAROLT & ROVER, 2021; MIRANDA et al., 2021; PLOEG, 2008).

Além disso, essas iniciativas, com o intuito de remediar os efeitos do setor agroalimentar dominante, por vezes são orientadas para reequilibrar a apropriação de valor ao longo das cadeias globais de valor e das relações de poder embutidas por grandes corporações e empresas associadas, na retenção dos retornos econômicos aos produtores de pequena escala (produtores primários em geral) antes e depois da porteira, isto é, durante a produção agrícola e após, na comercialização (ROSSI, BUI & MARSDEN, 2019). E, dentre as formas de produção agrícola familiar, o processamento de alimentos, especialmente a agroindustrialização na unidade familiar, é uma oportunidade para os agricultores contornarem esses modelos e obterem maiores valores monetários, agregando valor e eliminando links verticais em outros canais de venda.

Logo, considerando este componente produtivo, o presente estudo avança sobre esta base produtiva e sua capacidade de envolver-se como uma alternativa viável em um contexto que coevolui com o sistema agroalimentar convencional, desafiando seus arranjos socioespaciais orientados para a produtividade, criando espaços econômicos locais. Para tanto, o escopo da pesquisa se trata do município que se institui *capital da soja*, visto que a produção agrícola neste território é especializada em *commodities* agrícolas, sendo fomentada pela agricultura em larga escala e mecanizada. Ligada à economia agroalimentar global, compreendida pelos impérios alimentares (PLOEG, 2008), esta porção da agricultura do município pode ser considerada pela extensão do agronegócio.

Do outro lado do espectro deste município, o rural é composto por (muitas) famílias de agricultores, dentre elas um quantitativo de assentamentos de reforma agrária que atualmente praticam agricultura de pequena escala em atividades como a bovinocultura leiteira, produção de cereais e agroindustrialização dos produtos desenvolvidos no núcleo familiar. Diante disso, o estudo visa ocupar este campo e tenta avançar no conhecimento sobre os pequenos produtores que processam os alimentos e vendem seus produtos por meio de circuitos curtos de comercialização relacionados às RAAs. Nesse sentido, definiu-se a seguinte questão de pesquisa: quais são as características e estratégias vivenciadas pelas famílias agricultoras que

processam os alimentos e os vendem por meio de circuitos curtos de comercialização de Tupanciretã-RS, em meio a um contexto produtivista?

Visando uma análise abrangente sobre a realidade dos pequenos agricultores que agroindustrializam sua produção familiar nesse município, o objetivo deste trabalho é compreender a dinâmica das redes alimentares alternativas que aspiram as ações das agroindústrias familiares em um contexto socioeconômicos que predomina o mundo do agronegócio com suas referências e lógicas. Assim, mapeando a trajetória socioeconômica do município, procurou-se compreender as práticas inovadoras que os pequenos agricultores familiares introduzem em suas propriedades, descrevendo os processos de agroindustrialização que realizam para buscar a viabilidade de suas unidades familiares fora das cadeias produtivas convencionais. Por fim, analisando o conjunto de referências que inspiram as ações dos agricultores familiares em circuitos curtos de comercialização, procurou-se fornecer uma visão das agroindústrias familiares e, conseqüentemente, da agricultura familiar do município de Tupanciretã-RS.

Dessa maneira, o estudo visa, a partir de uma abordagem qualitativa, conhecer a realidade dos agricultores familiares que processam sua produção doméstica, para melhor apreendê-la e compreendê-la (MARTINS, 2004). Com isso, utilizou-se um estudo de caso de natureza exploratória, materializado através da análise e sistematização dos dados pela lente da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Inicialmente buscou-se realizar uma revisão bibliográfica, e em fontes secundárias, sobre o contexto socioeconômico do município, tendo em vista a coexistência entre a agricultura familiar e o agronegócio, especialmente entrelaçado por razões históricas. Após, foi realizado o contato com um informante-chave da administração pública municipal, a fim de obter conhecimento sobre as ações, programas e mapeamento das iniciativas da agricultura familiar local. Por meio deste contato, obteve-se a informação da jovem associação de agroindústria familiares legalizadas no município.

A associação das agroindústrias familiares de Tupanciretã- RS é uma associação de pessoas que agroindustrializam a produção dentro dos padrões e normas regulatórias. Foi formada no ano início do ano de 2021, sob trabalho ativo do poder público e de seus membros, para o desenvolvimento de iniciativas que valorizem os produtos locais, bem como para buscar fomento público. Diante disso, delimitou-se compreender o escopo dos agricultores familiares associados. Para o mapeamento das agroindústrias, tal delimitação deu-se a partir do método de bola de neve. A pesquisa empírica foi realizada por meio de entrevistas semiestruturada que, segundo Lima (2016), é um dos principais instrumentos de coleta de dados, o qual permite captar impressões dos sujeitos considerados chaves no processo. Os dados foram coletados nas

dependências das agroindústrias de agosto a setembro de 2021 e contaram com uma amostra de cinco agroindústrias familiares, dentre as oito associadas.

Além dessa parte introdutória, a dissertação está organizada da seguinte forma: a segunda seção apresentará fundamentações sobre o setor agrícola e de alimentos como um todo. Dessa maneira, o texto presente nesta seção trata das questões estruturais do sistema agroalimentar no Brasil e suas sinergias, apresentando o contexto da crise das externalidades ambientais atribuídas ao padrão de produção intensiva de alimentos, tentando fazer um relato abrangente de sua evolução desde a ascensão do produtivismo à modernização da agricultura. Por fim, apresenta-se os desafios da transformação de sistemas alimentares sustentáveis, fornecendo uma forma que atualmente busca ressocializar os alimentos, bem como uma breve discussão sobre redes alimentares alternativas de alimentos envolvendo produtores e consumidores e novos arranjos entre produção e consumo.

Sucessivamente, a análise do contexto local começa na terceira seção, a partir do enfoque nas raízes locais. Inicialmente faz-se uma discursão para considerar o território a partir das premissas de processo social, complexo e dinâmico, os quais não podem ser considerados fora de seus contextos, visto que o município foi estruturado em torno da produção pastoril, na qual a carne bovina foi grande protagonista. Nesta seção também discute-se como o município se organizou por meio dessa atividade. Ademais, explica-se que ao mesmo tempo que a concentração de terra perpetuou-se na mão de certos sujeitos observou-se os processos de organização fundiária e a matriz produtiva sendo evidenciada nas relações socioprodutivas, tidas como referência para a construção da identidade do território, a produção de *commodity*, especialmente a soja.

Além disso, tendo em vista o contexto atual, embora a produção de *commodity* seja considerada o eixo agrícola do município, existem outras atividades que coexistem com os aspectos produtivos que constituem parte do plano de fundo da região. A agricultura familiar atua em paralelo e mostra novas formas de sustentabilidade econômica e resiliência, no processamento de alimento na agroindústria familiar em um contexto dominado pelo aparato do agronegócio. A análise, portanto, aspira contribuir com o debate sobre soberania alimentar, sustentabilidade dos sistemas alimentares locais e desenvolvimento rural.

Já na quarta seção, iluminada pelos dados empíricos, explora-se as estratégias tomadas pelos agricultores familiares em inovar a criação das agroindústrias familiares para melhorar e garantir seus meios de subsistência. No contexto local, os agricultores familiares escolhem adotar o processamento de alimentos pelo dinamismo em que os circuitos curtos de comercialização oferecem em contraposição ao convencional. Isto é, produzir alimentos de

qualidade orienta a produção e as relações de mercado. Sob esta vertente atribuída aos alimentos, as agroindústrias familiares reinsertam a produção de alimento dentro das relações sociais territoriais perturbadas que, por vezes, comprometem a autonomia dos agricultores, os quais a (re)conquistam nos circuitos curtos de comercialização. Por fim, a quinta e última seção apresenta, a partir de resultados e considerações finais, reflexões que podem servir como base para futuros trabalhos que relacionem redes alimentares alternativas e ações de agroindústrias familiares, em um contexto socioeconômico que predomina o mundo do agronegócio com suas referências e lógicas.

2 UMA ESTRATÉGIA DE SISTEMATIZAÇÃO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

Um relato abrangente da evolução do sistema agroalimentar será conduzido, nesta seção e em suas subseções, desde a sua ascensão até os dias atuais, do modelo dominante aos fenômenos contemporâneos emergentes. Desse modo, nesta parte do trabalho apontar-se-á implicações na reformulação das conexões entre a produção e o consumo, bem como o ônus dela resultante, sob a perspectiva ambiental, em que são atribuídos os padrões de produção de alimentos em suas externalidades e sinergias.

2.1 CONTRIBUTOS PARA UM CENÁRIO EM CRISE

O alimento, de modo geral, representa uma necessidade básica para que a humanidade viva, depois da respiração e do consumo de água. Há, ainda, registros da condição humana vivendo em comunidades a partir da caça e dos frutos que encontram no ambiente, em lugares que estabeleciam uma relação recíproca com a natureza (CARNEIRO, 2003). No entanto, essa relação evoluiu, nos dias atuais, sob formas de convivência mais racionais, com novas relações do homem com a natureza humana e não humana, o que o colocou como maior força motriz do sistema planetário – antropoceno¹.

Além disso, Steffen, Crutzen e McNeill (2016) quantificaram evidências de que atualmente o impacto das atividades humanas na biosfera está dentro de uma acelerada perturbação, na zona da incerteza e fora dos limites planetários. Aqui, o impacto das sociedades pré-industriais, ou seja, das modificações realizadas para facilitar as tarefas de caça, coleta e, eventualmente, agricultura, dentro de uma escala local, foram pequenas em comparação à enorme quantidade de transformações que vimos nos últimos 300 anos.

A industrialização, impulsionada pela enorme expansão no uso de combustíveis fósseis – carvão, óleo e gás – possibilitaram a criação de motores de combustão e forneceram a primeira evidência indiscutível de que as atividades humanas estavam afetando o meio ambiente em escala global. Ainda, com o advento do fim da Segunda Guerra Mundial, a pressão sobre o meio

¹O termo Antropoceno sugere que a Terra agora deixou sua geologia natural. As atividades humanas se tornaram tão difundidas e profundas que rivalizam as grandes forças da Natureza. O fenômeno da mudança global representa uma profunda mudança na relação entre os humanos e o resto da natureza (STEFFEN, CRUTZEN & MCNEILL, 2016).

ambiente global, a partir da explosão de empreendimento humano², lançou grandes desafios que vêm se intensificando agudamente. Os desafios sobre o crescimento populacional, o uso contínuo e excessivo de recursos e a deterioração ambiental foram, desse modo, destacadas por Steffen, Crutzen e McNeill (2016), que traçaram diferentes direções construídas em torno das inovações para mitigar este paradigma. Entretanto, os autores salientam que mudar esse cenário só será possível a partir de mudanças sociais significativas nos valores e na gestão, em todos os níveis.

Nesse viés, parecemos desafiar a capacidade planetária do ecossistema. Isso porque vários estudos demonstram que estamos remodelando a biosfera, de modo que estamos minando essa capacidade central. Isto é, há uma crescente escassez de recursos não renováveis, como água e solo, e os serviços ecossistêmicos foram tão degradados ao ponto que a capacidade de fornecer os serviços necessários para manter civilizações humanas viáveis está em ameaça. Com isso, sob a luz de estudos para o futuro, na década de 1960, o discurso ambientalista para a gestão e conservação do ecossistema planetário, reforçado por relatórios influentes – como *Limites ao Crescimento do Clube de Roma* (1972) e *Brundtland* (1987) –, difundia o debate em torno da sustentabilidade, ao mesmo passo que as fronteiras do desenvolvimento econômico eram abertas (GORDON et al., 2017; STEFFEN, CRUTZEN & MCNEILL, 2016).

A partir dessas considerações e da ocorrência dos primeiros desastres ambientais causados por atividades antrópicas (desastres nucleares, poluição atmosférica, etc.), a necessidade de debater sobre os limites sociais e ambientais do crescimento econômico surgiu no final da década de 1960, o que levou, ao longo do tempo, à formulação do conceito de desenvolvimento sustentável. A definição mais conhecida de desenvolvimento sustentável é aquela relatada no *Relatório Brundtland*, de 1987 que o define como “o desenvolvimento que é capaz de satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras sejam capazes de satisfazer as suas”. O desenvolvimento sustentável, portanto, é uma nova ideia de uma sociedade capaz de recriar e manter um equilíbrio estável e duradouro entre economia e ecologia e, sobretudo, entre homem e meio ambiente. Assim, ao contrário do crescimento econômico, um crescimento baseado na quantidade de bens produzidos e consumidos, que tem por finalidade aumentar o Produto Interno Bruto (PIB), o desenvolvimento sustentável representa a melhoria qualitativa de parâmetros econômicos, sociais e ambientais (DALY, 1996; GOODLAND, 1997).

²Alguns indicativos: (1) taxas de perda de espécies; (2) concentração de gases de efeito estufa; (3) crescimento populacional; (4) urbanização; (5) reintegração da economia mundial globalizada após as guerras e a recessão; (6) e mudanças tecnológicas são um dos maiores desafios (STEFFEN et al., 2011).

Ademais, transformações subsequentes à perda de biodiversidade e ao aquecimento global antrópico emergem dos efeitos das atividades econômicas. Dessa maneira, os efeitos decorrentes das relações econômicas, de suas interações complexas e consequências de longo alcance tornaram-se os fatores dominantes no impacto ambiental e, com isso, acrescentaram a discussão sobre a capacidade de carga³. Ou seja, discussões sobre os limites do ecossistema global que, para suportar os subsistemas econômicos, a longo prazo, da maneira que o crescimento econômico é quantitativo, tornar-se-á insustentável.

E, além da perspectiva ambiental, que enfatiza diferentes críticas do que é um problema de um sistema econômico instável e desigual, são mudanças profundas nas ideias sobre o desenvolvimento contemporâneo e o evolucionismo – os quais estão além da correção ou configuração dessa lógica – que propõe uma nova perspectiva. Nesse sentido, um aspecto importante para repensarmos a relação com a natureza e como interpretá-la e valorizá-la como sujeito de direito advém de um conceito do movimento dos povos originário dos Andes: o *vivir bien*⁴ (STEFFEN et al., 2011; GOODLAND, 1997; GUDYNAS, 2011).

Ressalta-se, ainda, que a sociedade moderna, hoje, se encontra em meio a uma profunda crise civilizatória⁵ de proporções sem precedentes e alcance global, a qual não diz respeito apenas à esfera puramente ecológica, mas também à econômica, cultural e sanitária. Com isso, tal crises, aumentadas pelo processo de integração global dos mercados – baseada no crescimento ilimitado –, produziu o desequilíbrio de todo o sistema ecológico-humano, o conceito de “limites biofísicos de planeta”. Assim, as políticas de integração econômica global, baseadas na liberdade câmbio e sobre a mobilidade de capitais, estão reduzindo, de fato, a capacidade de terra para fornecer suporte de vida e, portanto, estão matando o planeta (DALY, 1996).

Agora está claro que os padrões de produção, através do crescimento vertiginoso da produção em massa, impulsionado por novas tecnologias baseadas na eletrônica e nos novos produtos químicos, modificaram a composição química da atmosfera. Por conseguinte, as interações humano-ambientais influenciaram a evolução do clima global, aumentando a

³Capacidade limitada – conceito cunhado por Goodland (1992), em que a natureza impõe limites ao crescimento econômico praticado e possui uma capacidade de regeneração e assimilação limitada. O consumo de recursos per capita, pela quantidade de população, representa um fluxo total de recursos do ecossistema que entra no subsistema econômico e depois retorna ao ecossistema como resíduo (GOODLAND, p. 20, 1992).

⁴ Cosmologia dos povos originários indígenas dos Andes Bolivianos e Colombiano. *Vivir bien* é um movimento de crítica às ideias, discursos e práticas aos conceitos de modernidade e visões convencionais. Assim, esse conceito questiona o desenvolvimento atual e apela por mudanças para outras relações entre as pessoas e o meio ambiente (GUDYNAS, 2011).

⁵ No sentido ambiental, social, econômica e humanitária.

temperatura da superfície em 0,8°C em média, desde meados do século XIX, provocando uma redução na cobertura de gelo e também na acidificação dos oceanos.

Ao mesmo tempo, enfrentamos ambientes mais variáveis, com maior incerteza sobre como os ecossistemas responderão a aumentos irreversíveis nos níveis de uso humano, visto que já recebemos respostas ambientais e ecológicas que envolvem as consequências da atualidade no aquecimento global, através de eventos climáticos extremos que estão ocorrendo em partes do mundo, como inundações e queimadas da floresta tropical. Além disso, há o fato de estarmos vivenciando consequências para a saúde e bem-estar humano, o que acentua a necessidade de mudar a forma que usamos os recursos terrestres e aquáticos, reconhecidos como vitais para enfrentarmos os desafios futuros (STEFFEN et al., 2011).

Nesse viés, tais mudança no uso de recursos terrestres e aquáticos são cada vez mais reconhecidas como centrais, pois envolvem a perda de floresta, em conversão de terras para área de cultivos. Esse fato confirma que o impacto da humanidade na biosfera aumentou muito e que uma parte substancial dessa causa se deve às mudanças nos sistemas agroalimentares. Logo, a sustentabilidade do sistema, a longo prazo, depende de uma compreensão mais profunda sobre os mecanismos e motivadores que contribuem para mudanças de regime e para a capacidade de lidar com tais modificações quando estas ocorrem. Desse modo, é essencial olhar para um ambiente sustentável, em termos de recursos e economia, ao abordar a transição dos sistemas agroalimentares (MCMICHAEL, 2010; MEDAETS, FORNAZIER & THOMÉ, 2020).

Assim sendo, cabe destacar aqui a parcela significativa que atribui o consumo de bens e serviços como intimamente ligados às diferentes implicações causadas pelas sociedades contemporâneas de mercado, do mesmo modo que a maneira pela qual a distribuição da riqueza e os impactos do declínio dos serviços ecossistêmicos são distribuídos entre as nações e dentro delas (STEFFEN et al., 2011). Por um lado, o poder e a riqueza, estruturados em um sistema baseado em uma economia linear, global e dominante que favorece um punhado de atores geralmente privilegiados em detrimento da maioria dos indivíduos, tornam-se cada vez mais dependentes do setor financeiro e de um sistema de manufatura baseado no provisionamento de recursos a partir de combustíveis fósseis (BRAND, GÖRG & WISSEN, 2019). Por outro lado, há uma sociedade moderna que, segundo Bauman (2008), é baseada no excesso e na extravagância pela incitação de novos desejos e necessidades. Para o autor, a vida cotidiana deixa de ser regida por necessidades e passa a ser trocada pela incitação aos desejos subjetivos e pelo prazer que as “mercadorias” proporcionam. Assim, o aumento do consumo e da tecnologia tornaram-se os fatores cruciais para o que o autor caracterizou como uma vida

cotidiana baseada em uma modernidade líquida⁶. A sociabilidade desta realidade contemporânea – relações sociais, de poder e de tecnologia –, desse modo, é indesejavelmente desequilibrada, colocando a noção de espaço e tempo restrita ao imediato (BAUMAN, 2008).

Nesse sentido, Arendt (2007) caracteriza a era da modernidade como um *status* adquirido devido às enormes mudanças no mundo. Com isso, a passagem para a modernidade acompanhou o desenvolvimento da globalização, no qual as fronteiras, induzidas pelas tecnologias, produção e consumo, tornaram a perspectiva da história e da evolução da condição humana um progresso contínuo em um mundo multidimensional, bem como transformaram a nossa percepção e a concepção do espaço e tempo. Sobre isso, enfatiza-se que a compreensão do tempo, seja como o trabalho é necessário para a vida ou como nos identificamos com o lugar em que evoluímos, traz uma compreensão da história que nos constituímos atualmente. Assim, as nossas formas atuais de pensar podem ser vistas através da atenção dada às questões espaço-temporais que animam a vida de cada indivíduo a partir das rotinas diárias. O espaço e o tempo, portanto, caracterizam e reproduzem a vida social em que ocorrem, onde esses processos variam geograficamente e historicamente, do mesmo modo que o tempo e o espaço social são construídos de maneira diferente.

Do ponto de vista dos sistemas agroalimentares, o espaço global significou a extensão das fronteiras entre a produção e o consumo de alimentos, o que levou a uma crescente desconexão entre produtores e consumidores de alimentos (PLOEG, 2008; LAMINIE, MAGDA & AMIOT, 2019). De acordo com os autores Ploeg (2008), Laminie, Magda e Amiot (2019), com a ampliação dos espaços de produção, traduzida em competição global – decorrente da crescente importância das coisas e objetos na economia globalizada, sendo reforçada pelo aumento do consumo de alimentos ultraprocessados –, tem-se produzido novas desigualdades globais, as quais tornaram clara a necessidade de se repensar novas relações que se contrapõem à uma vida fora do alcance que insistimos, de certa forma, em aspirar.

A modernização e a industrialização representam, dessa maneira, em primeiro lugar, os elementos de desconexão definitiva entre a produção e o consumo de alimentos e as particularidades do tempo e do espaço. Diante disso, o ambiente criado por esta ideia de espaço como um espaço global e de lugar como um conjunto de relações que estruturam a vida social

⁶A centralidade do trabalho transformou o trabalho em uma mercadoria. Os símbolos empregados na construção das identidades dos indivíduos são substituídos pela centralidade de consumo – comprar e vender; e a necessidade de descartar e substituir. Assim, as necessidades são trocadas pela incitação aos desejos subjetivos dos sujeitos, onde os fetichismos pelas mercadorias são uma ilusão e provocam emoções em que a sociedade do consumo se baseia, as quais passaram a sustentar a economia e o convívio humano. Isto é, o consumismo é um atributo da sociedade (BAUMAN, 2008).

e as práticas cotidianas, bem como suas interfaces, passaram a ter importância tanto quanto a inter-relação entre eles no sistema agroalimentar global. De modo que o resultado do entrelaçamento de processos econômicos, políticos ou culturais, inclusive a multiplicidade de práticas e processos, elevaram a perda progressiva da identidade ligada a um lugar específico e foram totalizados nas relações sociais, em que suas expressões determinam a forma de estruturar o social e o material, que denota de uma ordem de importância profundamente enraizada na magnitude do valor agregado, sua redistribuição, bem como na natureza, qualidade e sustentabilidade dos processos de produção e nos alimentos que resultam desses processos (LAMINE, MAGDA & AMIOT, 2019; PLOEG, 2008).

Na esfera do tempo, essa concepção é realizada em sistemas agroalimentares. Por exemplo, na aceleração da produção para impulsionar o crescimento econômico (acumulação de capital), nas práticas de consumo alimentar simplificadas (*fast food*) e na ordenação de produtos agrícolas carregados de valor. Esta noção de tempo é frequentemente relevada pela maneira que os sistemas agroalimentares industriais de alta tecnologia são declarados avançados, para garantir o abastecimento em outras regiões do mundo, pelo provisionamento de tecnologia para conservação dos alimentos, assim como mecanismos capazes de expandir os cultivos agrícolas. Na verdade, se por um lado a ordenação sustenta noções de progresso linear e infinito, uma distinção em contraste com o tempo linear se adequa a maximização dos recursos. Por outro lado, se reflete na eliminação da sazonalidade no fornecimento de alimentos.

Entretanto, ao considerar a concepção de tempo como não linear, ou seja, uma escala mais ampla que considera as origens simbólicas, o enraizamento baseado nos ancestrais e as gerações presentes e futuras, permite-se que sejam consideradas outras percepções de temporalidade. Afinal, o espaço se refere às forças abstratas, econômicas e políticas sem fronteiras. O limite espacial está ligado ao espaço global, que pode ser observado em sistemas agroalimentares nas monoculturas de safra comercial, na fronteira das *commodities* e na comercialização global. No entanto, o espaço e as relações espaciais são derivados de diversas práticas materiais e discursivas, em que as raízes e a riqueza patrimonial que o coproduzem são elementos produzidos e reconhecidos por quem está dentro deles. Esses elementos, por sua vez, definem os limites espaciais e enfatizam a ideia de espaço como um meio que produz o local e o particular, como uma alternativa à escala global, por meio de um conjunto de relações densas de matrizes coletivas que estruturam a vida social e as práticas cotidianas (LANÇON, TEMPLE & BIÉNAB, 2017; LE VELLY & DEFUE, 2016; LAMINE, GARÇON & BRUNORI, 2019).

A questão aqui é que os efeitos desnaturalizantes de um padrão universal que articulava agricultura, alimentos e o meio ambiente local de maneira holística ajuda a permitir que os

destinatários dos sistemas agroalimentares sejam capazes de ver maneiras de compreender esses fenômenos e estejam abertos à mudanças. Isso, por sua vez, possibilita que sejam considerados os argumentos principais para reconectar a agricultura, o meio ambiente, a alimentação e a saúde, que tipicamente mostram que certos valores, conceitos e formas de compreensão foram inaceitavelmente distorcidos por certas relações que sustentam o insustentável. Fazer a transição para padrões de consumo e produção sustentáveis, através do ressignificado e do valor atribuído ao que se tem, ao que se recupera e ao que se cria, é cada vez mais defendido em diferentes níveis, desde sociedades civis locais à comissões científicas e formuladores de políticas globais (LAMINE, MAGDA & AMIOT, 2019).

Ademais, isso se reflete nas tendências estruturais subjacentes altamente desiguais dos modos industriais de produção de alimentos, nos quais as “mercadorias” possuem nós de interdependências que se estendem no tempo e no espaço, dada a integração do mercado global, que organiza, coordena e permite que os alimentos fluam de seu local de origem para o local de consumo, do outro lado do mundo. Lançon, Temple e Biénab (2017) exploraram essa articulação formada pelo conjunto de todas as cadeias alimentares que ligam os produtores a consumidores, definida como a sequência vinculada de operações técnicas, logísticas e comerciais necessária para produzir e distribuir um alimento ou produto agroindustrial, da produção ao consumo.

Diante disso, essa lógica reconhecida pela coordenação vertical tem sido central para entender os processos de transformação do sistema agroalimentar industrial/global. Além disso, as vulnerabilidades do sistema agroalimentar global projetadas pela economia neoliberal vêm à tona na atual crise da Covid-19, subsequente de crises ambientais, sociais e econômicas, que expuseram e exacerbaram ainda mais as fraquezas e desigualdades estruturais embutidas nesse modelo durante a pandemia. Esse período, por sua vez, marca um ponto de inflexão e sinaliza a necessidade de políticas que busquem transformações fundamentais nos sistemas alimentares (PLOEG, 2020).

Nesse ínterim, as relação entre a humanidade e a natureza dos ecossistemas, bem como suas interconexões, nos revelaram profundos efeitos civilizacionais em que a crise pandêmica da Covid-19 aguçou uma mudança de paradigma. Assim, a evolução contemporânea induzida pelo homem, através da fragmentação de *habitat*, invasões biológicas e doenças emergentes é a mais notável realidade caótica criada pela pandemia (SANTOS, 2020). Sobre isso, Steffen et al. (2011) chamaram a atenção para os desafios futuros de administrar o sistema terrestre de forma complexa e totalitária, onde múltiplas crises podem coincidir ou desencadear umas às

outras. Após seus alertas, em 2020 vimos claramente a necessidade de repensar os limites ecossistêmicos.

Por conseguinte, estas transformações ocorridas, incluindo também o foco no crescimento econômico a quase qualquer custo e a acirrada competição do mercado mundial e de alguns efeitos decorrentes dos interesses individuais, têm conduzido uma complexa e altamente problemática dinâmica estrutural no debate em torno do papel da natureza das relações sociais na propagação da insustentabilidade socioambiental das sociedades atuais (BRAND, GÖRG & WISSEN, 2019). O contexto desafiante em que procuramos posicionar o bem-estar humano e não humano exige, desse modo, um novo equilíbrio em termos de melhorias coletivas de quem pensa e de quem produz, como algo além de uma questão de renda ou posse material, dando conta de diferentes acepções e dimensões que não se encaixam mais nas narrativas globais como única forma de organização da vida (PÁDUA, 1999; BAUMAM, 2008; BRAND, GÖRG & WISSEN, 2019).

2.2 O QUE ESTÁ ALÉM DE CULTIVAR E CONSUMIR ALIMENTOS

Há um consenso que os sistemas agroalimentares são um dos principais fatores de degradação ambiental, assim como parte necessária para uma mudança e um dos desafios do século (GORDON et al., 2017; MCMICHAEL, 2010). E, em decorrência dos problemas advindos dos atuais sistemas de produção modernos, desenvolver melhores sistemas sob a perspectiva da sustentabilidade requer estratégias imediatas em relação aos tipos de práticas agrícolas que serão seguidas, assim como ajuda a coloca-las em contato com as práticas de consumo de alimentos em seu contexto (LAMINE, MAGDA & AMIOT, 2019; MEDAETS, FORNAZIER & THOMÉ, 2020).

Diante disso, para pensar de forma mais consistente as perspectivas de transição agroalimentar para um futuro sustentável e equitativo, tanto no contexto internacional quanto no de cada país e região, é necessário adotar o que vem sendo chamado de Comida de um lugar (NIEDERLE & WESZ JR, 2018; DAROLT & ROVER, 2021). Trata-se do esforço para superar o enfoque *Food from Nowhere* – Comida do nada, que domina o pensamento geopolítico contemporâneo, por meio do qual não se trata a comida em si, mas sim das relações que o alimento é incorporado na mercadoria alimentar (MCMICHAEL, 2010). Assim, a dinâmica da vida humana cotidiana, baseadas nessa visão, a qual levou a crise ecológica, como resultante de uma excessiva mercantilização da natureza que supera a própria percepção da natureza e dos discursos sobre ela, tenta proteger exclusivamente um modo de produção social e

ecologicamente destrutivo (BRAND, GÖRG E WISSEN, 2020). Esta visão ultrapassa a noção dos limites planetários, em que a crescente escassez de recursos, como água, solo e energia, foram degradados a tal ponto que ameaça-se a capacidade de fornecer os serviços necessários para manter civilizações humanas viáveis a uma matriz de oferta de recursos que está sempre disponível (STEFFEN et al., 2015; GOODLAND, 1997). Portanto, em primeiro lugar, é importante compreender sua influência no desafio da sustentabilidade.

De acordo com Friedmann (2005), o sistema agroalimentar está vinculado à agricultura e aos alimentos – maneiras pelas quais os alimentos são produzidos –, bem como às relações econômicas, culturais e políticas que caracterizam toda a cadeia do “antes e depois da porteira”, o que reflete também nas ligações rural-urbana (SONNINO & COULSON, 2021) que, por sua vez, compreendem condições estruturais que executam e promovem práticas, dentro do contexto da conjunção de grandes corporações (FRIEDMANN, 2009), estabelecendo conexões entre a produção agrícola e outros setores da economia (LANÇON, TEMPLE & BIÉNAB, 2017). Logo, este sistema predominantemente impulsionando a demanda está enraizado em ideologias e políticas neoliberais, em que os atores do sistema agroalimentar frequentemente formulam intervenções políticas de maneira reacionária e podem ser pressionados a agir quando são apresentadas “novas evidências” que reduzem o espaço político para contestação.

Nesse sentido, de acordo com os autores Lançon, Temple e Biénab (2017), o sistema agroalimentar predominante no mundo industrializado é dominado por grandes corporações privadas, concebido por uma rede interdependente e interativa de atividades e relacionamentos que influenciam como, por quê e o que comemos (SONNINO & COULSON, 2021; FRIEDMANN, 2009). Tais influências resultaram, dessa maneira, em altos níveis de produção e no volume geral e per capita de alimentos, assim como em muitas externalidades ambientais e sociais negativas (GORDAN et al., 2017).

Ademais, com a evolução da natureza humana, a agricultura passou a ser cultivada não só para o abastecimento das aldeias, mas também com um intuito de monetizar o excesso produzido. Este respaldo econômico marcou a evolução do cultivo, das colheitas e do aperfeiçoamento das técnicas de trabalho utilizadas, para uma lógica mais produtivista. Em parâmetros mais gerais, o alimento passou a ter um forte papel na política econômica global. A premissa decorre da atenção renovada à agricultura por parte das agências de desenvolvimento e do mundo corporativo. Em outras palavras, os *drivers* de mudança remontam o período das Colônias Europeias, onde os impérios forneciam alimentos baratos para suas classes industriais, oriundos de suas colônias, que empregavam práticas agrícolas.

Posteriormente, com o início da Revolução Industrial, enquadrada com o projeto de desenvolvimento que consistia em um conjunto de intervenções e tecnologias, inclusive uma Revolução Verde para o Sul global, orientando as políticas de desenvolvimento para a estruturação vertical de sistemas de produção à produção de bens intermediários e finais, desencadeou-se oportunidades para maiores resultados em uma agricultura industrial. Em parâmetros mais gerais, pode-se afirmar que o alimento tem um forte papel na política e na economia global (LANÇON, TEMPLE & BIÉNAB, 2017; MCMICHAEL, 2010).

Enquanto isso, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, RIO 92, afirmava que “a principal causa da contínua deterioração do meio ambiente mundial é o padrão insustentável de consumo e produção, especialmente nos países industrializados” (ONU, 1992, p. 18). Além disso, a II Conferência da ONU (RIO 92), realizada vinte anos após a primeira conferência, marcou a polarização tendente de que o risco ambiental do crescimento econômico deveria ser levado a sério, especialmente quanto ao crescimento econômico dos países subdesenvolvidos ao adotarem uma postura de prudência aos riscos ambientais. Assim, a articulação destes países, alcançada pelo progresso tecnológico e pela disseminação da capacidade de compra, criou bases de inserções em economias transnacionais.

Ainda, entende-se que claramente a situação de impasse, que se colocava nos acordos da comunidade internacional em alcançar um conjunto de medidas capazes de levar em conta o risco ambiental, estava no *trade-off* entre crescimento econômico e meio ambiente. As circunstâncias hegemônicas decorrentes da exploração colonial também estavam no bojo das responsabilidades, assim como as relações internacionais embutidas entre centro e periferia, que acabaram beneficiando a parte central. Assim sendo, em duas vias de mão única, estabelecidas pelos então debates em torno do uso dos recursos terrestres e aquáticos, a capacidade de lidar com essas mudanças dependia de uma compreensão mais profunda sobre como estava estruturado o processo de “desenvolvimento” e os limites subjacentes destes resultados lineares (ROMEIRO, 2012).

Em relação às formas tradicionais de produção agrícola, como as encontradas na América Latina, no caso do trigo, milho e sorgo, ressalta-se que estas foram transformadas rapidamente. Com isso, mudanças no processo produtivo, como o melhoramento genético para as plantações se adaptarem à climas diferentes e altas produtividades, promoveram grande aumento da produção de alimentos na década de 1950. Ademais, as perspectivas de modernização agrícola, incluindo uma produção para o auto abastecimento, presumiam discursos de inclusão dos países “subdesenvolvidos” ao modelo de desenvolvimento. A meta em desenvolver um modelo produtivo claramente se sustenta na demanda por alimentos

decorrentes do “boom populacional”. No entanto, os benefícios dualistas da modernização tecnológica da agricultura vieram a calhar com a ideologia do progresso presente nas perspectivas políticas dos governos sulinos e no ingresso agrícola de massa no progresso contemporâneo – economia global (BELTRÁN, 1971).

Cabe destacar, ainda, que as transformações agrárias ocorridas no Brasil, assim como o destaque aos processos de ampliação da atividade agrícola, também receberam grande importância. Nesse viés, Navarro (2019) argumenta que as transformações ocorridas no Brasil ainda remontam a estrutura da propriedade do último meio século e, ainda que permeiem muitas das tendências contemporâneas – principalmente pela influência histórica da produção de café e cana-de-açúcar –, as assimetrias de distribuição das terras permanecem restritas à “produtividade agrícola”. Sendo assim o Brasil um dos países com maior distribuição desigual de propriedades de terra no mundo (MATTEI, 2014).

Há, todavia, atualizações referentes aos estímulos oferecidos pelo Governo Federal Brasileiro, como seus incentivos tanto em subsídios diretos à agricultura quanto na oferta de serviços para o setor. Por sua vez, a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) promovia, em cooperação e sob financiamento de instituições internacionais, com objetivos nublados, uma atuação na geração de conhecimento formal e na pesquisa científica baseada em novas tecnologias para resolver o “problema” da baixa produtividade agrícola. Ademais, a função de disseminar tal tecnologia cabia à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que atuava diretamente nas unidades produtivas orientando os produtos e agricultores a adotarem práticas de manejo e novas tecnologias – insumos agrícolas e mecanização. Os incentivos institucionais também incluíam política de crédito e política de preço mínimo (NEVES, 2019). Sobre isso, Neves (2019), em seu trabalho, demonstrou a articulação da modernização dos processos produtivos pela crescente demanda de exportação de alimentos.

Ainda, ao passo que a modernização da agricultura avançava, seja pelo estímulo à adoção de pacotes tecnológicos da Revolução Verde, em nome do novo projeto econômico, ou com programas voltados para uma política de crédito rural com volumosos montantes financeiros, incentivos fiscais e aporte estatal na execução das políticas de fomento produtivo e comercial (DELGADO, 2001), a difusão do progresso técnico, através do crescimento acelerado das culturas, como soja, laranja, cana-de-açúcar e da produção de suínos, aves e leite, ou seja, de setores que se modernizaram rapidamente, promoveram uma passagem do complexo rural para o complexo agroindustrial, muitas vezes reforçando as linhas de estratificação existentes (MATTEI, 2014). Desse modo, o conceito de cadeia gradualmente se tornou mais

estruturado, com efeito do surgimento do paradigma da vantagem competitiva incorporada a ele. Assim, a crescente importância da globalização dos sistemas de produção – processo em que as empresas eram inicialmente integrantes de grupos industriais e agora são cada vez mais dos financeiros –, ocupa lugar de destaque (LANÇON, TEMPLE & BIÉNAB, 2017).

Além disso, segundo Lançon, Temple e Biénab (2017), em uma análise que examinou as mudanças das cadeias agroalimentares geradas diante da estruturação vertical de sistemas de produção, a produção de bens intermediários, finais e as formas de coordenação entre os agentes econômicos, em cadeias de valor ou cadeia de abastecimento, apresentaram gradualmente conexões entre a produção agrícola e outros setores e atividades comerciais. Diante disso, as Cadeias Globais de Valor (CGV), definidas como a sequência vinculada de operações técnicas, logísticas e comerciais necessária para produzir e distribuir um alimento ou produto agroindustrial da produção ao consumo, passaram a desempenharam um papel importante na formulação das políticas agrícolas nacionais, assim como para lidar com os desafios da concorrência internacional.

Diante disso, passando a ser a lente de definição de políticas públicas e do quadro institucional de integração da produção agropecuária à economia (economia de mercado), como estratégias de desenvolvimento, com base nesta abordagem de CVG, uma maior ênfase é colocada nas empresas, as quais são vistas, agora, como atores do processo de globalização. Logo, o papel do “condutor” da cadeia tem a capacidade (na forma de tecnologia, capital financeiro e rede) de coordenar este processo e atribuir importância significativa à estruturas formais e às demandas dos atores dos sistemas agroalimentares. Isto é, o ator aponta para o processo de disseminação de padrões de consumo alimentar em todo o mundo (cereais processados, frango, gorduras vegetais, laticínios, chocolate) e na dominação de marcas de renome internacional, seja no fornecimento de insumos a montante (sementes) ou na distribuição a jusante de produtos acabados – marcas, pratos prontos, redes de restaurantes *fast food* (LANÇON, TEMPLE & BIÉNAB, 2017).

Assim, a transformação na base técnica da produção agropecuária, com o suporte de máquinas, equipamentos e insumos químicos, culminou com a integração da agricultura com a indústria, emergindo os Complexos Agroindustriais (CAIs) (MATTEI, 2014). O papel da criação dos CAIs também estava integrado ao modelo de produção de alimentos no Brasil. A integração aos setores industriais à agricultura, especialmente financiada pelo capital financeiro, passa, dessa maneira, a estar subordinada à dinâmica da indústria processadora de alimentos e matérias-primas, intensificando a união entre a base técnica (produção de alimento baseada em monocultivos) e o fluxo de capitais (lógica estrutural hegemônica), ou seja, a

produção de alimentos passa a ser comandada e controlada pela indústria, na verdade, pelo capital financeiro.

Por conseguinte, o papel das grandes corporações, entendidas como grandes jogadores globais, é caracterizado pelo desenvolvimento do peso de grandes firmas, como agroindústrias transnacionais e corporações de varejo. Resultando, desse modo, de uma reestruturação de formas domésticas de distribuição, com base em vários graus no desenvolvimento de atacadistas especializados, consolidação de centros logísticos e de distribuição, bem como contratos com fornecedores agrícolas preferenciais (LANÇON, TEMPLE & BIÉNAB, 2017; ROSSI, BUI & MARSDEN, 2019). Segundo McMichael (2010, p. 102), esse modelo se concentra:

[...] na agroindustrialização, em última análise, trata da combinação de insumos mercantilizados (sementes, fertilizantes, antibióticos, materiais genéticos privados, pesticidas, etc.) com terra ou água ou fazendas industriais para produzir resultados como ingredientes de commodities para abastecer de mão de obra ou maquinário, sem levar em conta os aspectos ecológicos contexto.

Ademais, tal modelo oferece uma assistência técnica, enraizada nos conceitos do agronegócio americano com uma natureza difusionista, para estimular os agricultores a adotarem financiamentos e, conseqüentemente, adquirirem produtos e insumos, atuando de forma cooperativa com pesquisas agrícolas de instituição públicas, financiadas por fundos estrangeiros (DE OLIVEIRA, 1996). A ideia de ter uma modernização dos processos produtivos com o aumento da produtividade promovida pela adoção de novas tecnologias, em que a política de crédito viabilizasse, era, portanto, a nova pauta para o progresso agrícola brasileiro (NEVES, 2019).

Ressalta-se, ainda, que de fato a introdução de subsídio para a práticas agrícola promoveu um aumento significativo nos indicadores técnicos de modernização agropecuária, aumento da produção e sua diversificação e significativa alteração no padrão técnico do setor rural (DELGADO, 2001), o que fomentou a formação de uma economia agrícola orientada por um modo de funcionamento essencialmente capitalista (BUAINAIN, *et al.*, 2013). Afinal, a produção agrícola nesse regime é uma operação de entrada-saída governada exclusivamente pelo lucro, ou seja, um sistema que valoriza seu produto apenas como uma mercadoria (MCMICHAEL, 2010).

Simultaneamente, os resultados decorrentes da economia contemporânea, baseada principalmente na economia urbano-industrial moderna que continua absolutamente dependente dos recursos da Terra, assim como os modos e escalas de acesso aos recursos

naturais, foram aspectos fundamentais no debate mundial, entretanto, estavam em uma esfera administrativa e tecnológica limitada à discussão de recomendações que sugeriam que as sociedades em geral precisam diminuir o seu consumo de recursos naturais. Fica claro, desse modo, que ocorre uma necessidade de abordar, de forma profunda, os conflitos relacionados à deterioração dos recursos naturais de um espaço ambiental, para atender demandas diretas e indiretas de consumo/exportação de outro *locus*.

Nesse sentido, embora seja necessário adotar novos padrões de tecnologia, produção e consumo, dá-se importância a fatores que enfatizem o uso cuidadoso, apropriado e descentralizado dos recursos renováveis, assim como à complexidade que envolve o equilíbrio ecológico do planeta, o qual requer uma proteção da qualidade e da saúde ambiental em um espaço comum (PÁDUA, 1999). No caso do Brasil, Pádua (1999) presume o combate à insustentabilidade social, enfatizando a estrutura social desigual, desequilibrada e predatória que vem sendo estabelecida nos diversos pontos do território, chamando a atenção para uso correto, responsável e cuidadoso, inclusive no aspecto da sua conservação, dos enormes recursos materiais e culturais presentes no território brasileiro.

McMichael (2010) também argumenta que, historicamente, o sistema alimentar global foi ordenado por regras e estruturas específicas que regem a produção, circulação e o consumo de alimentos em escala mundial. Em outras palavras, o paradigma produtivista que muitos sistemas agroalimentares aderem manifesta-se tanto em nível nacional quanto em nível internacional, em razão da demanda estrangeira e doméstica por alimentos, agroenergias e matérias-primas. O respaldo do Estado Brasileiro com a adoção de medidas de ordem institucional mostram, ainda, como os atores estatais trabalham para promover a internalização dos objetivos ditados pela ordem econômica mundial. Dessa forma, o governo passou a fortalecer o apoio ao setor agropecuário. Assim, com o aumento das provisões de recursos públicos, que visam atender demandas do setor, associado à construção histórica da prática que permeia o uso da terra pela agricultura, fornece-se o contexto geral para a acumulação de capital (MATTEI, 2014), de modo que os incentivos contemporâneos de aporte ao setor agropecuário andam de mãos dadas com os acordos globais.

Do ponto de vista da supremacia desse sistema, as regras baseiam-se em relações de poder em uma escala geopolítica, fundada em alianças em torno de um domínio inicial de grandes jogadores globais (MCMICHAEL, 2010). As dinâmicas são, dessa maneira, complexas, e se manifestam a partir de atores poderosos. Logo, a globalização das indústrias agroalimentares, que modificou as relações entre os produtores e as cadeias de abastecimento, gerou efeitos substanciais de exclusão para pequenos produtores, o que decorre de novas

relações de dependência e dominação (LAMINEA, DARNHOFERB & MARSDENC, 2019; LANÇON, TEMPLE & BIÉNAB, 2017).

No Brasil, por exemplo, o modelo de desenvolvimento agrícola e alimentar refere-se a um tipo ideal de especialistas, a um padrão regulatório e normatizado e a um projeto de atores comprometidos: os produtos industrializados e ultraprocessados, a consolidação e concentração de atividades comerciais relacionadas aos alimentos (DAROLT, 2016). Nesse cenário, o poder do mercado, para moldar as relações socioeconômicas em torno dos alimentos, é elevado, e sua estrutura revela uma inclinação acentuada para o estabelecimento de “pilotos” em uma cadeia agroalimentar globalizada e controlada por empresas.

As relações a partir da esfera econômica, isto é, a do mercado, enfatizaram as relações de poder para garantir a coordenação vertical e os conflitos de interesses entre os atores da cadeia de valor no nível vertical (distribuição de agregados valor) e no nível horizontal (competição). Assim sendo, esses arranjos multilaterais representados como liberalização de mercado, com a internacionalização de empresas (transnacionais) agroalimentares e de distribuição, por meio de consolidação, estabeleceram o seu domínio sobre a maioria das cadeias agrícolas (MCMICHAEL, 2009; ROSSI, BUI & MARSDEN, 2019). No contexto brasileiro, a exemplo, as informações revelam uma discrepância, em que uma agricultura industrial focada na alta produção de *commodities* para a exportação marca a deslocalização do sistema agroalimentar e, com isso, uma desconexão entre produtores e consumidores de alimentos (AQUINO, GAZOLLA & SCHNEIDER, 2018).

Além disso, quando falamos em transformações agrícolas no Brasil, devemos distinguir três grandes momentos que derivam de processos não homogêneos. O primeiro momento refere-se à modernização, que fora marcada por mudanças de base técnica, a partir da década de 1960, e que resultou em menor produção de produtos artesanais por manufaturados, especialização de mão de obra e concentração agrária. Ao mesmo tempo, o segundo momento foi marcado pela transformação da produção agrícola, a qual se aproximou ao modelo industrial, com a introdução de insumos – sementes, fertilizantes, agroquímicos e máquinas – e o fornecimento de matéria-prima por outros setores, como combustível, embalagens, etc. Por fim, o terceiro momento refere-se aos complexos agroindustriais da década de 1980, os quais marcaram a inserção da agricultura na dinâmica financeira, com influência do capital internacional, por meio de subsídios à montante e a jusante (NIEDERLE & WESZ JR., 2018).

Nesse sentido, o mundo rural composto por um cenário agrícola contemporâneo, ilustrado por Ploeg (2008), é composto por três mundos em constante aumento de sua distância relativa, são eles:

- **Mundo rural 1:** é a teia do agronegócio competitivamente conectado à economia agroalimentar global, através de empresas agrícolas móveis caracterizadas por operações em grande escala. É orientado para um modelo agroexportador, feito de produtos altamente industrializados organizados em função da maximização do lucro em unidades mecanizadas de produção de *commodities* em grande escala, sendo operado, principalmente, através da mão de obra de trabalhadores assalariados;
- **Mundo rural 2:** é composto por uma miríade de unidades agropecuárias de pequeno a médio porte, cuja produção é especializada e totalmente orientada para o mercado, sempre visando a expansão de atividades e a ampliação de escala, sendo engajado e contra o declínio dos retornos que são financeiros, o capital industrial e a insustentabilidade econômica. Neste modo de agricultura, certos segmentos mais produtivos da agricultura familiar participam, os processos são parcialmente industrializados (atividades econômicas de agro produção) e vários tipos de mercado dependência são detectáveis;
- **Mundo rural 3:** é o reino da agricultura de subsistência, se baseia no uso sustentado do capital ecológico e é voltado para a defesa e melhoria de subsistência da família agricultora, caracterizada pelo trabalho familiar (auto exploração), onde os recursos podem ser mobilizados através do mercado e/ou por meio de relações de reciprocidade dentro da comunidade local. Esse modelo está ativamente buscando novas maneiras de se opor às forças que ameaçam expulsá-los do mercado global.

Enfatiza-se, ainda, que as formas de produção coexistentes emergiram de uma lógica binária de construção de suas trajetórias, por meio da organização de movimentos sociais e sindicatos em torno de suas reivindicações e influência promovidos por seus respectivos movimentos sociais dentro de um aparato estatal dividido, resultando em um período de coabitação institucional⁷. Nesse viés, por um lado, defensores da agricultura familiar propuseram um projeto de soberania alimentar baseado em um sistema agroecológico regionalizado, autônomo e independente. Por outro, os defensores da agricultura corporativa

⁷ Ao mesmo tempo, dois ministérios: O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), apoiando as demandas do Agronegócio e, o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apoiando as demandas da agricultura familiar. Ambos competindo pela orientação da política nacional de desenvolvimento rural e recursos federais (SENCÉBÉ, PINTON E CAZELLA, 2020)

promoveram uma visão de segurança alimentar global, com base no padrão da produção em massa de *commodities* por um complexo agroindustrial de alto desempenho culminado pela modernização e ampliação do setor do agronegócio. Altamente industrializada, esta porção da agricultura envolve-se em um conjunto de atividades e relações intersetoriais unilaterais, propenso a favorecer os grandes que controlam as formas de gerenciamento ao longo de toda atividade agrícola (HEREDIA, PALMEIRA & LEITE, 2010). As diferenças básicas entre os modos de produção residem, portanto, nas diferentes inter-relações entre agricultura e mercado, assim como no ordenamento associado ao processo de produção agrícola (SENCÉBÉ, PINTON & CAZELLA, 2020).

Um dos problemas centrais da permanência desse enfoque é que ele obscurece e retira relevância da produção familiar de alimentos no debate crucial sobre a sustentabilidade socioecológica da produção de alimentos e sobre a superação da insegurança alimentar. Diante disso, Aquino, Gazolla e Schneider (2018) chamaram a atenção para o dualismo agrícola existente e para a emergência de inflexão de comportamento não linear decorrente das interações de pequenas propriedades e da valorização dos alimentos pelos consumidores locais (SCARABELOT & SCHNEIDER, 2012). Ademais, Lançon, Temple e Biénab, (2017) ressaltam a forma de articulação da institucionalização das cadeias agroalimentares globais em nível macroeconômico e microeconômicos.

Ainda, tal abordagem destaca formas voltadas para melhorias dos meios de subsistência, assim como formas de articulação de investimentos e comércio internacional adotadas para suprir o quadro conceitual de referência, o que permite direcionar as ações como “ferramentas de desenvolvimento”, a fim de ancorar cadeias de valor globais em territórios nacionais e, assim, induzir ligações. A institucionalização de marcas de renome internacional (sementes e redes de restaurantes *fast food*) e o processo de disseminação de padrões de consumo alimentar em todo o mundo (cereais processados, frango e chocolate) é, desse modo, uma manifestação dessa dinâmica. No entanto, o sistema agroalimentar – que está no centro de umnexo global de problemas ambientais, sociais e econômicos – precisa de uma transição genuína de sustentabilidade, enquanto a humanidade enfrenta o grande desafio de alcançar segurança alimentar sustentável frente às mudanças climáticas, crescimento populacional, degradação do ecossistema e aumento da escassez de recursos.

Além disso, os desafios ambientais, sociais e econômicos enfrentados pelo sistema agroalimentar estão interligados e se ampliam. Isso é agravado por uma confluência sem precedentes de pressões sobre os sistemas agroalimentares modernos (por exemplo, pobreza, degradação da terra, fome e desnutrição, dietas inadequadas, escassez de água, desigualdades

sociais, perda de biodiversidade, mudanças climáticas). Sem contar que os sistemas agroalimentares modernos não conseguiram resolver as questões de insegurança alimentar e desnutrição (NIEDERLE & WESZ JR, 2018; EL BILALI, 2020).

Ainda, embora as questões de desigualdade social precisem abranger entendimentos finitos, a produção de alimentos seguros e saudáveis, neste processo de retomar um sistema alimentar seguro, unificou também a retomada contemporânea por alimentos nutricionalmente ricos e de procedência. Ploeg (2008) identificou, dessa maneira, proximidade da saúde dos americanos com as condições, origens e acesso dos alimentos. E, dentre os principais aspectos em torno de doenças crônicas, diabetes, doenças cardíacas e o aumento das taxas de obesidade estavam relacionados à dietas pobres, especialmente de alimentos de origem de lojas varejistas ou restaurantes de *fast food* que ofereciam apenas variedades mais limitadas de alimentos nutritivos. As consequências do que os autores chamaram de “desertos alimentares”, ligaram-se tanto à oferta dos alimentos, ou seja, do valor nutritivo dos alimentos e o local de disposição, quando à demanda, onde muitos consumidores de alimentos, oriundos de contextos vulneráveis limitados pela baixa renda e infraestrutura, tinham dificuldade de obter alimentos com conteúdo nutricional necessário (PLOEG, 2008).

Ademais, a segurança alimentar no Brasil decorre da reivindicação de uma gama de problemáticas, onde o Estado exerceu um papel fundamental neste processo. A capacidade garantida de obter, por meio de fontes normativas, alimentos nutritivos e seguros, criou bases materiais em que as compras públicas passaram a produzir efeitos no âmbito da produção, da distribuição, do consumo e da educação alimentar, com repercussões para o meio ambiente, para a saúde, segurança alimentar e nutricional e para o desenvolvimento regional. Nesse contexto, a consolidação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas compras públicas de alimentos, por meio de uma conexão direta entre o desenvolvimento de demanda estruturada para pequenos agricultores e uma estratégia de segurança alimentar, tornou-se uma referência internacional na institucionalização (Compra Institucional) de medidas que potencializam a aquisições de alimentos de grupos sociais específicos e de produtores enraizados em seus territórios e na vida social local, gerando uma reconexão entre alimento e consumo (GRISA, SCHNEIDER & DE VASCONCELLOS, 2020).

Apesar desta iniciativa de reconexão estruturada entre alimento e consumo, as implicações ambientais decorrentes da atuação do sistema agroalimentar, especialmente da agricultura industrial, agravaram-se nas últimas décadas. Posta em risco pelas fases de exploração excessiva dos recursos e pelos padrões de produção e consumo, a capacidade de responder às mudanças causadas por estes padrões dependem da capacidade dos ecossistemas

se adaptarem e transformarem-se, para assim ter-se caminhos de desenvolvimento mais sustentáveis. Esta perspectiva também foi acompanhada em grande parte pelo impacto antrópico nos Sistemas Terrestre (STEFFEN et al., 2011), principalmente pelos resultados de diferentes atividades produtivas contemporâneas, as quais foram responsáveis por cerca de um terço dos Gases de Efeito Estufa, da degradação do solo, da destruição da biodiversidade, assim como da extinção dos saberes tradicionais, culturais e ecológicos dos ciclos naturais. Isto é, a quantidade de energia despendida nas tecnologias agrícolas e alimentares dava-se por meio de sua dependência intensiva de combustíveis fósseis (MCMICHAEL, 2009).

Diante disso, algumas das descobertas dos cientistas indicam que os sistemas alimentares globais aumentaram o volume geral e per capita dos alimentos, entretanto, proporcionaram uma redução nutricional de aspectos de segurança alimentar. Isso resulta em impactos diretamente relacionados ao bem-estar humano, na agrobiodiversidade e na redução da resiliência da biosfera em várias dimensões planetárias – escala, velocidade e complexidade que cruzam o espaço operacional seguro. Por exemplo, o aumento do consumo dos combustíveis fósseis – responsáveis pela emissão de uma quantidade significativa de poluentes na atmosfera – resulta no aumento do preço dos alimentos, principalmente porque hoje a agricultura é o principal consumidor de combustíveis fósseis.

Assim, os recentes aumentos nos preços dos alimentos levaram milhões de pessoas à pobreza, provando que isso é uma problemática complexa em vários contextos globais, entretanto, a transição para estilos de vidas mais sustentáveis deve ser superada (GORDAN et al., 2017; BRAND, GÖRG E WISSEN, 2019). Por conseguinte, a visão do desequilíbrio levou à interpretação da necessidade de mudanças substanciais, na medida em que identifica os riscos que ameaçam a natureza humana e não humana, exigindo um compromisso na gestão de trajetórias mais desejáveis que confrontam a humanidade pelas próximas décadas.

As preocupações sobre as questões provocadas pelas ameaças trazidas pelas crises ecológicas e problemas ambientais assumiram ter um reconhecimento importante nas discussões em relação à dinâmica de desenvolvimento do sistema agroalimentar. Cunhados pelo crescimento dos movimentos sociais e ambientais, que surgiram das contestações das conjunções contemporâneas associadas a uma série de contradições causadas devido às consequências ecológicas de ações do homem e de ameaças à saúde humana, decorrentes de novas práticas agrícolas, as quais legitimaram uma reestruturação das bases de produção e do consumo de alimentos para um sistema agroalimentar alternativo. Além disso, as consequências das crises ecológicas tiveram um grande contributo para a construção de um novo paradigma dos sistemas alimentares.

Nesse sentido, os dilemas sociais e ecológicos da agricultura convencional estão sendo suplantados pelos fortes sinais ecológicos, como é o caso dos alimentos industriais potencialmente prejudiciais à nossa saúde, principalmente a longo prazo. Envolver mecanismos sociais e de administração também foi o caminho traçado para a adaptação às novas condições ambientais, assim como mitigar as consequências de mudanças imprevisíveis sobre os limites da biosfera, distanciando os riscos e ameaças às condições planetárias (NIEDERLE E WESZ JR, 2018).

Assim sendo, para a nova alternativa traçada, tanto para o nosso planeta quanto para a sociedade, emerge uma perspectiva de um conceito socioecológico. Esse conceito foi originalmente usado por cientistas ecológicos para caracterizar a capacidade de um sistema de auto-renovação e manutenção em face de perturbações, ou seja, tal conceito demonstra que as ações humanas moldam o meio ambiente e, dependendo da quantidade de perturbações sofridas nesse meio, muda-se para uma configuração alternativa (FOLKE, 2016). Esta análise socioecológica considerou, desse modo, que os ecossistemas vêm sofrendo mudanças entre estados estáveis, onde os fatores de controle e *feedbacks* (respostas) subsequentes – em um sistema – mudam, o que desencadeia incertezas e imprevisibilidades, criando problemas muitas vezes intransponíveis. Assim, a emergência de um novo regime face à capacidade dos sistemas de absorver perturbações enquanto estes retêm as populações ou variáveis de estado desencadeou do pensamento complexo das relações humano-ambiente em uma diversidade de aspectos (MEDAETS, FORNAZIER & THOMÉ, 2020).

Diante disso, compreender a dinâmica de um sistema socioecológico entrelaçado não diz respeito apenas à natureza, mas também às pessoas, uma vez que os sistemas sociais são componentes e, com isso, formam os ecológicos. Nesse viés, estudiosos como Brown e Westaway (2011) utilizam a agência humana, precisamente relações, para entenderem como os indivíduos, famílias e comunidades podem responder a diferentes tipos de mudanças. Sobre isso, sabe-se que um dos aspectos que influenciam a capacidade dos indivíduos de se adaptarem às mudanças é a interação entre fatores individuais e estruturais, os quais podem ser potenciadores ou agravadores das ações.

Em outras palavras, estas condições estruturais sugerem, no sentido de ampliar uma concepção da capacidade das pessoas de enfrentarem, adaptarem-se e de transformarem, uma cultura para gerações do presente e do futuro ao imaginário visual dominante, a qual permita criar condições para repensar os impactos locais e globais da atual e das múltiplas crises. Em seu contexto mais amplo, os sistemas socioecológicos englobam os sistemas sociais e ecológicos, os quais são reconhecidos como acoplados, interdependentes e (co)evolutivos. Isto

é, torna-se fundamental compreender as ações humanas que determinam a dinâmica geral de escala cruzada em sistemas complexos (FOLKE, 2016).

É possível afirmar, nesse sentido, que a resiliência dos ecossistemas – entendida como a capacidade dos sistemas absorverem mudanças enquanto mantêm a estrutura e os processos – resulta, em diferentes escalas e processos, em sustentar o bem-estar humano, adaptando-se ou transformando-se frente às mudanças (FOLKE, 2016). Ainda, dentro do pensamento socioecológico a mudança de fases ocorre subsequentemente ao crescimento, senescência, colapso e renovação. Estas fases marcam a menor ou maior capacidade de resiliência e geram uma trajetória emergente, que pode ser semelhante ao sistema anterior ou bastante diferente. Por exemplo, surtos de pragas e incêndios florestais são considerados um sistema em mudança que, todavia, pode permanecer dentro dos limites críticos do espaço que ocupam e inclusive ser restaurado ou então se transformar em um novo sistema (MEDAETS, FORNAZIER & THOMÉ, 2020).

Dessa maneira, cada uma dessas novas abordagens, para mitigar as consequências de mudanças imprevisíveis/repentinhas e adaptação às novas condições ambientais, enfatiza princípios específicos que são considerados necessários para melhorar o estado dos sistemas socioecológicos e torná-los mais resilientes para, assim, resistirem a interrupções. Além disso, cabe ressaltar que a fronteira socioecológica está acompanhada de um amplo conjunto de transformações que não se limitam ao ecológico e ao social. Isso porque as práticas utilizadas pelos sistemas agroalimentares mostraram-se capazes de ilustrar, sob o conceito dos sistemas socioecológicos, um aumento crescente da perturbação, gerando uma mudança nos estados do ecossistema.

Em relação à resiliência, Folke (2016) identifica, em seu estudo, que os sistemas agroalimentares fazem parte dos processos biofísicos dinâmicos que regulam o sistema terrestre, delineando a estabilidade e, por sua vez, a resiliência da biosfera, assim como sua capacidade de fornecer condições favoráveis para sociedades humanas. Portanto, compreender as interações e *feedbacks* em níveis locais e globais, assim como escalas cruzadas – humanos e sistemas naturais –, pode resultar em adaptação às transformações dos sistemas socioecológicos e serve, desse modo, como uma base em que repousa o sucesso do futuro humano (FOLKE, 2016).

Assim, os cruzamentos para um sistema alimentar socioecológico abrem espaço para a criação de condições que nos ajudam a pensar sistematicamente em futuros alternativos. Nesse viés, tem-se a iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que declarou, de 2021 a 2030, a *Década da Restauração do Ecossistema* ou, como Bennett (2016) e colegas propõem,

*iniciativas baixo para cima*⁸ (formas sociais, tecnológicas, econômicas ou socioecológicas de pensar ou fazer que existem, pelo menos na forma de protótipo, e que representam uma diversidade de visões de mundo, valores e regiões, mas não são atualmente dominantes ou proeminentes em todo mundo), como sementes que podem traçar um novo caminho e podem ajudar a sustentar e ampliar os esforços que já existem ou os desejos que as pessoas têm para o futuro. O desafio nesta nova situação é, dessa maneira, fortalecer ativamente a capacidade dos ecossistemas de apoiarem o desenvolvimento social e econômico (STEFFEN et al., 2015).

No núcleo desse processo, os alimentos estão ligados ao paradigma de realocização: quanto mais local, menor distância física e, portanto, menos impacto ambiental; menos intermediários entre produtores e consumidores e, portanto, mais valor agregado e melhores condições econômicas para os agricultores (geralmente pequenos); e, por fim, menor distância social entre produtores e consumidores e, portanto, vínculos sociais mais estreitos e mais sustentabilidade social (LAMINE, 2014). Logo, os alimentos não devem apenas ser comprovadamente de algum lugar, mas também devem fornecer uma garantia legítima de que não são alimentos que advêm do nada.

Diante disso, a ponte entre produtor e consumidor se dá em níveis locais, regionais e/ou comunitários, são sazonais e criam locais para a inserção dos alimentos em ambientes ecologicamente integrados nas relações alimentares. Os efeitos ecológicos, antes situados na escala global, criavam efeitos negativos e, agora, em escala local (ou reduzida ao regional e/ou comunitário), são reduzidos. A aproximação dos produtos produzidos por pequenos produtores da região com o mercado local, desse modo, é impulsionada pela capacidade dos agentes em construir um sistema de inspeção e programas de apoio para atingir tais mercados. Assim, a agregação dos produtos, de acordo com as novas possibilidades de consumo regional e/ou local, são estratégias autônomas dos pequenos agricultores, o que abre margem para uma comercialização fora dos modelos regulatórios (MALUF, 2004).

Em relação ao exposto, um exemplo que tem mostrado compromisso de devolver o valor aos alimentos, respeitando aqueles que os produzem, os territórios e as tradições locais, através de redes de cooperação entre atores locais, produtores e consumidores, é a filosofia do movimento *Slow Food* que tornou-se altamente visível e politicamente influente na contemporaneidade. Esse movimento é dedicado à promoção de práticas alimentares locais

⁸O tipo de desenvolvimento de cenário de baixo para cima descrito aqui pode ser construído a partir de nossa amostra de sementes positivas, sustentáveis e escalonáveis. Também é adequado para abordagens participativas, incluindo co-design e outras ferramentas inovadoras para aprendizagem social, embora esses cenários de baixo para cima possam ser difíceis de aumentar, de forma coerente, o processo de determinar quais sementes funcionam juntas (BENNETT, 2016).

sustentáveis, atribuindo ao alimento sociobiodiversidade e tradições locais, sendo catalogado com produtos considerados tradicionais em um território, cuja dedicação em mudar as atitudes dos consumidores em relação aos alimentos que consomem teve alguns efeitos práticos notáveis (HORA, 2019).

Ademais, um indicador para incluir a perspectiva do alimento justo é explorar as possibilidades oferecidas pelo consumo local, buscando aproximar esse tipo de varejo e os pequenos produtores da própria região (MALUF, 2004). Assim sendo, a multidimensionalidade do território propõe novas alternativas para o desenvolvimento rural, estabelecendo valorização da diversificação econômica, sustentabilidade dos recursos e culturas locais. A revalorização da cultura alimentar local, que fala sobre a qualidade, compatibilidade ecológica e justiça social dos alimentos, passa, desse modo, a ser considerada recurso estratégico que contribui para o fortalecimento dos produtos e serviços enraizados na cultura local, pode-se esperar que também atue como ativo territoriais⁹ presentes nesses espaços e fator que estimula os atores dos territórios reestruturarem a economia local (ROSSI, BUI, E MARSDEN, 2019; DALLABRIDA 2020).

Niederle e Wesz Jr (2018), entretanto, alertam para os discursos em torno da retórica do novo “esverdeamento” corporativo, que emergiu de novas formas de governança criadas pelo capital privado (em aliança com outras partes) para garantir novas relações de produção/consumo. Lamine (2011) chama a atenção para as formas de conversão da produção da agricultura orgânica, motivadas principalmente por ligações centradas na economia globalizada. Em sua análise relacional, a autora aponta para uma transição de produtores convencionais para produtores orgânicos, em uma região da França, em razão do preço. Ademais, a inclusão de processos de certificação, através da rastreabilidade realizada por empresas privadas, mostra também como as ferramentas comerciais – para os produtores garantirem seu acesso ao mercado – penetram (re)configurações da agricultura orgânica (LAMINE, 2011; NIDERLE E WESZ JR, 2018).

Cabe ressaltar, ainda, que o ciclo adaptativo, expressando-se na capacidade de uma unidade de produção agrícola ser capaz de amortecer choques, se adaptar e se transformar, tanto em relação à perspectiva biofísico-estrutural quanto à perspectiva do ator social, gera a resiliência das propriedades agrícolas. Isto é, uma unidade de produção agrícola precisa ser capaz de amortecer um choque e buscar eficiência dentro do atual contexto (a exemplo, como

⁹Dallabrida (2020) considera os ativos territoriais um conjunto de fatores territoriais endógenos de natureza econômica, cultural, social e ambiental, material e/ou imateriais, tangível e/ou intangível, que garante o potencial de desenvolvimento dos lugares, formado essencialmente por iniciativas de base.

acontece com o aumento repentino de preço). Também precisa ser capaz de se adaptar à influência das forças externas, por exemplo, diante de novas políticas, padrões de produção mais elevados, limitando as possibilidades de escolha. Assim, percebe-se que as adaptações estão frequentemente ligadas à introdução de novas tecnologias, explorando novos canais de venda (*marketing*) ou mudanças de demandas dos consumidores.

Nesse sentido, a capacidade de se transformar, incluindo mudanças de percepções, valores e objetivos, assim como mudanças nas configurações de redes sociais e mercado, são para além das mudanças radicais, guiadas por novos pressupostos operacionais básicos, como novas regras do jogo. Quando um sistema agroalimentar passa por períodos de liberação e reorganização dentro do ciclo de renovação, por exemplo, algumas das estruturas do sistema, seus mecanismos de *feedback* e até mesmo algumas de suas funções podem abrir espaço para estabelecer novas conexões, novas maneiras de uso dos recursos. Por sua vez, tal transformação conduz a um novo ciclo adaptativo, com uso cada vez mais eficiente dos recursos, seja através de cooperação e/ou envolvimento entre grupos e instituições de governança, na adoção de inovações, por exemplo, as quais contribuem para a resiliência dos sistemas agroalimentares, onde agricultores são os atores sociais na identificação e solução de problemas externos (DARNHOFER, LAMINE & STRAUSS, 2016).

Trata-se, portanto, de questões de amplo reconhecimento, de que enriquecer a agrobiodiversidade é essencial para aumentar a resiliência, adaptabilidade e saúde dos sistemas alimentares. Práticas de produção agrícolas alinhadas, com características ambientais e sociais locais, podem, assim, levar um sistema agrícola para mais perto de um limite desejável (DARNHOFER, LAMINE & STRAUSS, 2016). Ainda, as estruturas de espaço operacional seguro, com base em aspectos sociais e ecológicos, foram reunidas para analisar como os sistemas alimentares são estruturados e se comportam, assim como as condições a eles associadas são relacionadas. Assim, uma compreensão diferenciada de como, quando e onde se aplicam as interações ou dependências, em outros domínios, também serão abordadas nesta pesquisa, indicando iniciativas de inovações sociais no bojo da estrutura socioecológica, pois a chave para a capacidade das unidades produtivas agrícolas se adaptarem a longo prazo depende de como sua agência fortalece ou enfraquece a resiliência agrícola.

2.3 INTEGRANDO OS ALIMENTOS ÀS REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS

A interdisciplinaridade do campo sobre “transições” ganhou apreciação pela comunidade científica, com o encontro discutido entre instituições globais na década de 1980.

Isso aconteceu principalmente a partir das preocupações ambientais discutidas no Clube de Roma, que levaram a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1987, a defender o desenvolvimento sustentável. Movimento esse que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas próprias, testemunhando, assim, o surgimento de uma nova abordagem de transição, entendida como o caminho mais sustentável a ser buscado pela humanidade (EL BILALI, 2019). A preocupação e a motivação em relação à agricultura orgânica pelos primeiros expoentes (pioneiros) reside, dessa forma, no ponto crucial do debate atual sobre o impacto negativo dos sistemas agrícolas modernos em relação às crescentes preocupações com a sustentabilidade dos sistemas agrícolas e alimentares, incluindo questões de saúde e estrutura do solo, a viabilidade econômica de alimentos a longo prazo e agricultura, esgotamento dos fertilizantes artificiais e saúde humana (MEDAETS, FORNAZIER & THOMÉ, 2020).

Além disso, desde a publicação do *Relatório Brundtland*, em 1987, a noção de desenvolvimento sustentável passou a orientar a busca da reforma ambiental por organizações públicas e privadas para facilitar a comunicação entre atores de diferentes esferas sociais. Nesse sentido, é costume caracterizar o desenvolvimento sustentável em uma tipologia familiar que compreende três pilares: ambiental, econômico e social. As relações entre essas dimensões são geralmente consideradas compatíveis e de suporte mútuo. No entanto, pesquisas anteriores descobriram que, quando os formuladores de políticas endossam o desenvolvimento sustentável, a dimensão social atrai menos atenção e é particularmente difícil de realizar e operacionalizar. Nos últimos anos, porém, temos visto esforços notáveis entre os criadores de padrões, planejadores, e profissionais em vários setores, para abordar os aspectos sociais frequentemente negligenciados da sustentabilidade (DALY, 1996).

Os sistemas agroalimentares são fundamentais na discussão atual sobre os caminhos da sustentabilidade. El Bilali (2019) sugere que “as transições de sustentabilidade agroalimentar se referem a mudanças fundamentais necessárias para avançar em direção a uma agricultura e sistemas alimentares sustentáveis”. Scarabelot e Schneider (2012) apontam que as transições alimentares se referem a processos de mudança estrutural que possibilitam o surgimento e, consecutiva, difusão/disseminação de novas práticas e modos de produção e consumo de alimentos mais sustentáveis, que envolvem não apenas inovações tecnológicas, mas também mudanças em práticas de consumo, políticas, significados culturais, infraestruturas e modelos de negócios. Logo, esses processos de transformação estrutural dizem respeito a toda a cadeia alimentar, desde a produção, processamento, comércio, distribuição, consumo e eliminação de alimentos.

Assim, a motivação subjacente para a pesquisa sobre transições para sistemas agroalimentares sustentáveis continua a ser o reconhecimento sobre o impacto negativo dos sistemas agrícolas modernos. Incluindo problemas ambientais, como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e esgotamento de recursos (água, petróleo, florestas), degradação da terra, aos desafios sociais como pobreza, fome e desnutrição, dietas inadequadas, aos aspectos econômicos como desigualdades sociais a questões de insegurança alimentar e desnutrição. Os desafios são gerados, desse modo, por padrões de consumo e produção insustentáveis. E esses problemas não podem ser resolvidos apenas com melhorias incrementais e soluções tecnológicas, pois requerem mudanças radicais para novos tipos de sistemas sociotécnicos (MARSDEN et al., 2013; EL BILALI 2019).

Com base na literatura, é possível identificar fatores críticos que são necessários para garantir que, quando as mudanças estruturais profundas que observamos nos setores de agricultura e alimentos existentes forem promulgadas, ter-se-á uma direção mais sustentável. As transições são, portanto, processos complexos, multidimensionais e de longo prazo, transformados para modos de produção e consumo mais sustentáveis que transformam e alteram as configurações gerais dos sistemas que, com isso, mudam para modos de produção e consumo mais sustentáveis. Essas mudanças sistêmicas envolvem, portanto, não apenas mudanças na tecnologia, mas também mudanças nas práticas do usuário e nas estruturas institucionais.

Além da dimensão tecnológica, as transições para sistemas agroalimentares sustentáveis abrangem uma série de mudanças de longo alcance em diferentes dimensões: tecnológica, material, organizacional, institucional, política, econômica e sociocultural. Isso inclui as práticas e estilos de vida do consumidor, significados culturais, modelos de negócios, cadeias de valor, estruturas organizacionais, regulamentos, estruturas institucionais, dinâmicas de poder, mercados, conhecimento científico e políticas. Ademais, mais recentemente o conceito de “governança” foi incluído no arcabouço dos estudos sobre transição do sistema agroalimentar (EL BILALI 2019; KÖHLER et al., 2019; MEDAETS, FORNAZIER & THOMÉ, 2020; NIDERLE & WESZ JR, 2018; MARSDEN, 2013).

De modo geral, compreender sobre as transições para a sustentabilidade agroalimentar é difícil, pois acomoda vários atores e dimensões que tendem a não se concentrarem em dimensões únicas ou grupos sociais específicos, isto é, há variação de iniciativas locais à abrangência setorial. Entretanto, esforços têm sido feitos para entender de forma sistêmica e exercitar a transição para sistemas agroalimentares sustentáveis (KÖHLER et al., 2019; MEDAETS, FORNAZIER E THOMÉ, 2020).

Marsden (2013), ao trabalhar na interface dos sistemas alimentares sustentáveis e seguros, mostra que, prestando atenção especial às mudanças nas práticas sociais e nas relações de poder, as inovações de base podem contribuir para transições de sustentabilidade no setor agroalimentar. Ainda, Brunori, Rossi e Guidi (2012) mostram que políticas alimentares transformadoras são necessárias para alcançar a sustentabilidade, incluindo justiça social, sustentabilidade ambiental e um significado diferente de qualidade. Eles elaboram uma estrutura de “política alimentar transformativa” que pode ser usada por redes alimentares alternativas, como redes híbridas que incluem novos atores mudando regras e normas de produção, consumo e venda.

Fica evidente, desse modo, que o envolvimento crítico e ativo na transformação do sistema alimentar cria tensões na interface do contexto em que atuam e desencadeiam processos de mudança em um nível superior. Isto é, a comida pode ser usada como um instrumento para um envolvimento político mais profundo, ou seja, como um meio e uma forma de resistência política contra as redes convencionais, ligando-a às alternativas, especialmente no que diz respeito às culturas alimentares (ROSSI, 2017).

Isso mostra que a dinâmica política se desenrola de várias maneiras, dependendo não apenas do estágio, mas também da sua evolução ao longo tempo, dos contextos em suas características peculiares e das dinâmicas específicas que são capazes de desenvolver nos contextos sociais, econômicos e institucionais locais, bem como de interferir na transição para a sustentabilidade agroalimentar. Em relação à tentativa de especificar marcos legais e as normas subjacentes, que giram em torno de multiatores, com objetivos e interesses conflitantes, na tomada de decisão entre alcançar, obstruir ou transformar o regime dominante, o papel de diferentes atores pode ser capaz de alterar as regulamentações existentes que favorecem o regime atual para regras que privilegiam seus nichos “preferidos” (EL BILALI, 2019; MARSDEN, 2013; KÖHLER et al., 2019).

Desse modo, constituir a base para sistemas alimentares alternativos, explorando as relações baseadas no território entre atores, políticas, instituições, recursos e seus fluxos, requer uma abordagem multidimensional que integre produção e consumo, mas também uma análise conjunta do comportamento destes atores, especialmente por se tratar de sistemas complexos de organização de valores, atores, processos e estrutura. Ademais, as RAAs surgem através das formas que os consumidores mudam sua relação com o mercado e com a sociedade, e também através do estabelecimento de uma conexão com a dimensão rural. Assim, a comida, em um contexto onde os consumidores tendem a minimizar a distância entre produtores e consumidores, do ponto de vista espacial, econômico, ambiental e social, torna-se um veículo

– em que este expressa-se – que exige e dá resposta às necessidades de segurança e qualidade aos sistemas alimentares convencionais, pelos atributos de sustentabilidade e reivindicações éticas que este possui (KOTLER, 2011; LAMINE, GARÇON & BRUNORI, 2019).

Redes Alternativas de Alimentos (RAAs) procuram estabelecer, dessa maneira, relações de produção, troca e/ou consumos renovados, por meio de ampla gama de iniciativas de atividades e dispositivos de transição, como agricultura orgânica, comércio justo, produtos locais ou curto circuitos, e também iniciativas que não envolvem o consumo humano de alimentos, uma vez que consideram novos processos de construção de mercados inovadores. Por exemplo, criar sistemas de intercâmbio entre fornecedores de matérias orgânicas (estrume) e produtores que usam o fertilizante para alimentar o pasto do gado, dentro da mesma comunidade. Sendo assim, as RAAs buscam construir práticas sustentáveis de abastecimento de alimentos para as pessoas e o planeta, as quais são necessárias para a criação de novos modelos de desenvolvimento agrícola e rural (PLOEG, 2008). Ainda, de acordo com as sociólogas Claire Lamine e Christian Deverre (2010), as iniciativas de redes alimentares alternativas emergem de espaços em que os atores locais desenvolvem novos modos de coordenação para contribuir e reconectar consumidores e produtores, assim como desafiar as disfunções do regime alimentar e agrícola convencionais (LE VELLY & MORAINÉ, 2018; SCHNEIDER, 2016).

Uma produção agrícola familiar, entretanto, responsável por boa parte da produção dos alimentos consumidos no Brasil, tem provado ter um importante papel em reconectar a produção e o consumo de alimentos, especialmente pela agregação de valor à produção agrícola e à transformação destes em produtos e serviços que circulam em nível local. Essa conexão, por um lado, é vista como uma alternativa de sobrevivência e fortalecimento dos agricultores familiares. Por outro lado, tem-se a melhoria da qualidade dos alimentos e a retomada dos vínculos simbólicos dos consumidores, assim como estabelece a criação de sinergias e coesão social com outros componentes e atores territoriais no desenvolvimento local. Isto é, a ligação estabelecida entre consumidores e produtores que interagem entre si, em escalas distintas – em RAAs –, trazem oportunidades que levam à mudança de hábitos alimentares baseados em dietas seguras e mobilização de soluções adequadas para modos de produção em pequena escala, incluindo nova relação com o mercado, valor do alimento e papel da produção em pequena escala, na alavanca para o desenvolvimento local e rural, além de envolver dimensões ambientais, culturais e econômicas (AQUINO, GAZOLLA & SCHNEIDER, 2018; SCARABELLOT & SCHNEIDER, 2012; DAROLT & ROVER, 2021).

Iniciativas como as RAAs reúnem, portanto, uma pluralidade de atores (produtores consumidores), os quais operam em escalas locais. Isto é, as RAAs são potencialmente transformadoras ao considerar a comunidade e as práticas cotidianas como elementos restauradores, seja como alavancagem em direção a transição ou como via alternativa neste cenário hostil. Ademais, embora as RAAs suportem uma miríade de práticas e atividades alternativas, o potencial transformador dos alimentos cria espaços econômicos e sociais além do capitalismo. Logo, reagir ao sistema convencional globalizado, como uma tentativa de desalojar a hegemonia dos sistemas e práticas dominantes, apresenta um caminho capaz de esculpir graus de autonomia (PLOEG, 2008).

Nesse viés, iniciativas de base – que tentam vincular produtores e consumidores de forma direta em escala local e que são mais frequentemente promovidas por organizações da sociedade civil – têm promovido relações mais justas entre produtores e consumidores. Dessa maneira, as redes alternativas de alimentos são entendidas como canais organizados de abastecimento de alimentos que conectam os agricultores diretamente aos consumidores, o que tem sido observado tanto do ponto de vista da inovação social (inovação de base), como um progresso para o desenvolvimento sustentável, como do ponto de vista da hibridização das práticas de consumo e produção dentro do sistema alimentar. A capacidade de conexão entre demanda e oferta de alimentos orgânicos, entre o espaço urbano e o espaço rural, portanto, gera espaços alternativos de alimentação (LE VELLY, DEFUE, 2016; LAMINE, GARÇON & BRUNORI, 2019; DAROLT & ROVER 2021).

Além disso, a forma como o padrão dominante segue seguramente inclinado para um cenário de expansão global da produção intensiva de *commodities* agrícolas, decorrente da globalização das cadeias de valor globais, não pode ser definida como uma solução para responder a fome, a insegurança alimentar e nutricional. Tentativas de realocar a produção e comercialização de comida com base em uma série de critérios de qualidade são, com isso, uma estratégia chave que está por trás do movimento, para criar cadeias de valor mais curtas entre consumidores e produtores. Assim sendo, as RAAs operam em um conjunto de fatores, sobretudo com base em aspectos de reciprocidade, confiança, transparência e responsabilidade, que são componentes críticos para a noção de que os alimentos locais são mais naturais e saudáveis (DAROL & ROVER, 2021; NIEDERLE & WESZ JR, 2018; PICOLOTTO & BREMM, 2016).

Em outras palavras, fundadas a partir da busca em encontrar e realizar um novo equilíbrio entre cidade e campo, inspiradas pelas multifuncionalidades da agricultura e o envolvimento ativo dos atores locais, as RAAs são definidas por quatro características:

- I) por uma curta distância entre produtores e consumidores, incluindo a distância do local de produção aos locais de venda e consumo, contribuindo para a sustentabilidade em termos de produção e transporte;
- II) por pequenas propriedades e métodos de agricultura, neste caso o tamanho das propriedades e as técnicas de produção empregadas consistentes com uma abordagem holística entre os cultivos, recurso e o ambiente;
- III) a partir da existência de pontos de venda de alimentos como cooperativas de alimentos, feiras de agricultores, grupos de compra solidária que estabelecem vínculos locais através do alimento, que permitem ao agricultor reter todo o lucro das vendas, sem a presença de atravessadores;
- IV) desde um compromisso com modelos de produção, distribuição e consumo sustentáveis sobre como os alimentos devem ser produzidos e distribuídos, favorecendo o comércio direto e a interação entre os consumidores e os produtores e agricultores locais.

Esses contextos e processos, portanto, levam à demanda de novas formas de governança e planejamento, com base em uma abordagem multissetorial, multinível e integrada, que se concentra na coordenação horizontal, com diversidade de atores participando para a implementação de estratégias de desenvolvimento local (SONNINO & MARSDEN, 2006; DAROL & ROVER, 2021).

3 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO RURAL EM TUPANCIRETÃ-RS

Esta seção explora o contexto sócio-histórico relevante para estudar o processo de transformação do sistema agrícola de Tupanciretã-RS. Nesta linha, observou-se os processos de organização fundiária e a matriz produtiva, evidenciando as relações socioprodutivas, tidas como referência para a construção da identidade do território. Ilustrando, desse modo, as mudanças do rural que, baseado nos aspectos produtivos que constituíam parte do plano de fundo, se contrasta com a lógica convencional e seus arranjos socioespaciais orientados para a produtividade, pronunciada no município como um posicionamento paralelo da agricultura familiar, a qual reforça os aspectos de sustentabilidade e resiliência do setor da pequena agricultura em um contexto dominado pelo aparato do agronegócio.

3.1 ENTENDENDO O TERRITÓRIO (RE) PRODUZIDO PELA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Sob a lente dos territórios e seus domínios, esta subseção norteia a trajetória descritiva do município, uma vez que, reconhecendo sua dinâmica, é possível visualizar suas relações situadas entre si no local. Desse modo, o território é composto não apenas pelos aspectos geográficos, onde os indivíduos agem e interagem em um determinado espaço, mas também pelas relações que animam esta rede desenvolvida em torno de um espaço. Um território também representa uma trama de relações, que resultam de formas que as sociedades se organizam para promover e usar os recursos para sua reprodução dentro de um contexto (ABRAMOVAY, 2000). Através dessa compreensão, nos referimos ao território como:

Uma fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam neste âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos (MAIORKI & DALLABRIDA, 2014, p.17)

Entretanto, é fundamental considerar que esta estrutura é condicionada por conjunturas e processos históricos que atravessam o passado e se projetam no espaço, isto é, tais elementos promovem ligações dinâmicas de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir (ABRAMOVAY, 2000). Ou seja, o território é o lugar onde todas as ações, paixões, poderes, forças e fraquezas do homem são plenamente realizadas através das manifestações da sua existência (FERNANDES, 2008). E esta visão é

baseada nas relações sociais entre diferentes sujeitos que podem construir ou reconstruir territórios, sujeitos e relações que estão constantemente em transformação. Assim, possuindo múltiplos significados de tempo e de espaço sobre relações cotidianas, este processo é denominado de territorialização e, nele, há múltiplos significados concretos e abstratos (MAIORKI & DALLABRIDA, 2014).

Há, ainda, uma combinação em que o território é um todo, no qual este todo é parte da realidade. Essa totalidade compreende um conjunto de relações que nos permitem entender melhor os sentidos de pertencimento ao grupo e ao território, além deste poder afetivo e cultural constituído pelos sujeitos em suas práticas sociais na relação com a natureza e entre si, que dão origem a dimensões materiais e subjetivas (imateriais)¹⁰. Assim, quando compreendemos o território como um todo, estamos entendendo a multidimensionalidade que a compõe. Isto significa que, ao analisar os territórios por meio de diferentes dimensões socioculturais, políticas e ecológicas – que são construções que se projetam nas identidades territoriais – é importante destacar que as dimensões que unem o espaço e que as relações, construídas pelas ações e intencionalidade, não se limitam ao plano da objetividade. Isto é, há também uma compreensão derivada da vida cotidiana, ou seja, das relações de influência, afetivas e simbólicas, que manifestam-se empiricamente na comunidade que as constitui (FERNANDES, 2008; RAFFESTIN, 2008).

Portanto, o território resulta de relações entre atores, herdadas de sua integração com o entorno ambiental (DALLABRIDA, 2020). Nesse sentido, Raffestin (2008) argumenta que o território é criado através de uma simbiose entre o mundo agrícola e o mundo urbano. A ideia de território é especialmente importante para a compreensão das dinâmicas contemporâneas porque ela permite olhar de forma relacional para domínios sobre os quais usualmente tem prevalecido leituras dicotômicas: sociedade, natureza, economia, política e sociedade, rural e urbano, local e extra local. Desse modo, as identidades que são atribuídas aos territórios estão enraizadas não apenas em referências materiais, mas também na história individual e coletiva dos sujeitos, justificando certos comportamentos e decisões que sustentam relações de cooperações e de confiança no plano local e como essas relações (re)configuram as formas como são utilizados os fatores materiais e imateriais disponíveis (FAVARETO, 2020).

¹⁰Estes componentes das trajetórias históricas e relacionais, por meio da processualidade e simultaneidade, geram sempre novas territorialidades e novos territórios que contêm características dos velhos territórios e territorialidades. Com isso, os artefatos simbólicos, materiais e estruturais, através dos quais se exprime o processo de territorialização, são os elementos que se encontram nas linguagens, comunicação, sagrado, profano, diferenças raciais, etnias, modo de viver e produzir, conflitos, instituições, família, política, religião, economia e cultura (RAFFESTIN, 2008).

Entretanto, o território, como um espaço socialmente construído, sofre diferentes sinais de sua construção, devido à natureza interconectada e das relações de maneira múltipla e híbrida que definem um modelo de governança local. Logo, os sujeitos e suas percepções incorporam e protagonizam diferentes papéis, considerando que a identidade é constituída a partir de múltiplas posições que, por sua vez, reforçam a trajetória do território. Os sinais que permitem explicar como as dimensões da realidade se articulam e se conectam favorecem, portanto, uma certa forma de distribuição de ativos, bem como condicionam as propostas de intervenção e os resultados do produto social local (ABRAMOVAY, 2000).

Além disso, é importante considerar que, em cada território, se condensam processos que emanam de várias escalas geográficas. Por um lado, não se pode ignorar o papel das forças globais e, por outro lado, há de se considerar que tais forças podem interagir nessas escalas, especialmente por não haver elementos que se encontram naturalmente reunidos no espaço geográfico. Ainda, como o território está emaranhado em diferentes projetos políticos, no curso de estratégias, para se apropriar e ocupar o espaço, os processos de reprodução sobre o espaço alimentam uma tendência de queda na conexão entre atores e territórios, assim como uma articulação dos espaços locais em redes globais e globalizantes. Nesse caso, a capacidade dos sujeitos pode sofrer sustentação mútua entre local e o que é externo ao local. Nesse último, perde-se certas virtudes territoriais – proximidade de atores e governança local, por exemplo, para o benefício das conformações socioespaciais atravessadas por forças globais que os reestruturam, nomeadamente pela dinâmica do capital (RAFFESTIN, 2008; LAMINE et al. 2019; FAVARETTO, 2020).

Assim sendo, a relação do homem com o território não refere-se apenas à relação de um ator com um espaço, mas sim à relação de um ator para outro ator e para outros atores naquele espaço. A territorialidade pode ser definida, então, como relações de inclusão/exclusão de atores e suas intenções em relação a esse território, que se caracterizam tanto no plano simbólico, como no material e estrutural. Sobre isso, Saquet (2008) argumenta que o território deve ser entendido como um processo multiescalar de territorialização, historicamente específico, contraditório e conflituoso. Isso é útil para entender o território como constantemente reconfigurado por meio de práticas que operam com interesses divergentes e locais de consistência de vários objetivos, expressos em multidimensionalidades e temporalidades que o mantém. Quando multidimensional, o território pode ser detalhado através das condições, desigualdades e das diferenças e, sendo unitário, através das identidades (re)definidas (PLOEG, 2020; SAQUET, 2008; FERNANDES, 2008).

Ademais, o conjunto de relações (i)materiais entre espaço-tempo-território, defendida por Saquet (2008), reconhece que espaço-tempo-território não estão separados, mas sim que um está no outro. A paisagem resultante é o conteúdo das formas e relações materiais e imateriais. Nesse plano de fundo, a redução da capacidade dos atores para dominar os processos que lhes dizem respeito – passando a incorporar progressivamente múltiplos domínios, cujas dinâmicas vão ao encontro dos critérios de uma visão clássica da economia (globalização capitalista) – constituem as bases dos processos de transformações profundas e das grandezas que protagonizam o movimento responsável por tais multidimensionalidades. Nesse contexto de mudanças, portanto, pode haver diferentes situações, em que necessariamente se adapta ou recorre-se à imagem que atua como uma contraparte eterna ao progresso. Isto é, onde as tensões são manifestadas no significado de que os atores atribuem ao uso dos recursos endógenos a luta por autonomia e interdependências (SAQUET, 2008; PLOEG, 2008)

Entendido o território como resultado de processos de territorialização, podemos introduzir os termos desterritorialização e reterritorialização. Se a territorialização é uma estratégia para tomar posse, estabelecer o domínio e controlar o espaço, a desterritorialização é o abandono espontâneo ou forçado do território, enquanto a reterritorialização é a construção de uma nova territorialidade, que não ocorre necessariamente na mesma localidade. Assim, a desterritorialização guarda relação direta com a conceituação que se faz do território. Desse modo, os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) são concomitantes e sobrepostos, como descreve Saquet (2008, p. 89):

Estes processos de mobilização dos indivíduos e as mudanças-permanências (continuidades-descontinuidades) sociais e territoriais que estão presentes em qualquer apropriação e arranjo espacial, seja no campo, seja na cidade. Processos que acontecem no mesmo lugar ou entre lugares diferentes, no mesmo período ou entre períodos históricos distintos.

A transformação de um território significa, dessa maneira, caminhar para um processo de reterritorialização, ou seja, para a construção de novas combinações territoriais caracterizadas por múltiplas e mais complexas ligações (RAFFESTIN, 2008) e pela resiliência na reconstrução do vínculo com o território na sua dimensão (i)material (PLOEG, 2008). Assim, a nação da ancoragem territorial, definida por Lamine (2019) e colegas, apresenta uma tentativa para o dinamismo dos territórios e procura propor a inclusão socioespacial e de proximidades produtivas, como um sistema sociotécnico ancorado dentro de um território, mas também incorporando elementos de escalas externas com a qual interage. Por exemplo, valorizando as

especificidades territoriais existentes que podem levar a uma identificação territorial, encontrada nas iniciativas de Indicação Geográfica (IG) e nos produtos artesanais/coloniais.

Por conseguinte, essa concepção de território pode existir em formas de realocação de certas produções, como espaços de convivência e proximidade, permitindo o desenvolvimento e o enriquecimento desse tipo de conhecimento – sistemas de produção localizada – por seus atores e seus espaços nas relações com a paisagens. Desse modo, é a partir desse processo de recomposição que está na base da apropriação e da produção dos novos territórios (RAFFESTIN, 2008; LAMINE et al. 2019), que é mais propício pensar o território e as territorialidades não como uma estrutura redutiva, estática e rígida, mas como complexa e dinâmica, em transformação, especialmente perante aos novos fenômenos contemporâneos.

O território surge, então, como uma construção coletiva com propriedades dinâmicas, sendo constantemente produzido e reproduzido pelas forças sociais em sucessivas territorializações. De maneira geral, é fundamental considerar o território e as suas condições na composição e na função dos domínios que são conversados, partilhados e valorizados, considerando sua identidade e heterogeneidade, as quais são influenciadas pelas condições geográficas do lugar e pela processualidade histórica e relacional (FAVARETTO, 2020; SAQUET, 2008).

3.2 DAS ORIGENS DA GRANDE PROPRIEDADE PECUARISTA AOS CULTIVOS MODERNOS DE SOJA

3.2.1 O LUGAR

Esta subseção faz uma reconstituição histórica do território, tentando desafiar o passado para entender o presente. Nesse sentido, o historiador Paulo Zarth (2008) descreve detalhadamente as forças motrizes que conduziram os processos produtivos, sociais e territoriais de Tupanciretã-RS e dos municípios que o cercam, utilizando a abordagem histórica a partir dos diferentes estágios em que a estrutura social, econômica e ambiental foram gradativamente complementadas, integradas e/ou substituídas ao longo de todo o tempo. Segundo o autor, a perspectiva histórica oferece uma variedade de casos que foram desencadeados por lutas pela autonomia, em termos de condições econômicas e políticas. Ademais, tal perspectiva fornece conhecimento relevante sobre como os sistemas de produção do passado funcionavam e como suas capacidades e limitações, relacionadas à interação entre os elementos interligados a ela, instituem as práticas.

Nesse contexto, evidencia-se que o espaço que corresponde atualmente ao município de Tupanciretã-RS originalmente era povoado pelos índios nômades e sedentarizados. A história remonta o passado, onde os povos originários viviam nas terras, em casas subterrâneas. Essas estruturas de residência eram frequentemente adotadas devido às condições de clima, proporcionando abrigo abaixo do nível do solo. Segundo arqueólogos, a formação destas estruturas subterrâneas se configuraram em aldeias característica e identitárias das primeiras ocupações do território do planalto do Rio Grande do Sul (ZARTH, 2011).

Além disso, Zarth (2011) destaca que o surgimento da economia regional em períodos mais recentes surgiu como uma atividade importante para o povo guarani, advinda da coleta de erva-mate nativa, símbolo da cultura gaúcha. Essa erva-mate foi descoberta pelos povos indígenas, sendo um chá consumido na dieta diária dos guaranis que foi amplamente disseminado em todo o território da bacia do rio da Prata. Sua exploração foi a base de operações de comércio entre a região produtora e outros povos do continente. Esses povos, ainda, utilizavam o mate como unidade de troca que equivalia a moeda e, conseqüentemente, servia para adquirir bens (MIRANDA NETO, 2012).

Após, com a chegada do europeu da península Ibérica, pautaram-se os muitos conflitos daí em diante, assim como a ocupação do território por diferentes grupos. E, como o município de Tupanciretã-RS, emancipado em 21 de dezembro de 1931, antes correspondia em parte ao atual município de Cruz Alta (PREFEITURA DE TUPANCIRETÃ, 2021), a história do seu território emerge do período em que os sete povos das missões¹¹ (em que parte do território atual do município de Tupanciretã-RS fez parte) foram alvo de disputa das coroas luso-espanholas. Assim, a pacificação da organização social difundida pela Companhia de Jesus, irmanada de princípios religiosos com seu patrimônio e território, se dissolveu com o avanço colonial sobre o território missioneiro e a desestruturação do modo de vida missioneiro.

Cabe destacar aqui que a ocupação europeia introduziu novas espécies de animais e de plantas trazidas pelos colonizadores, dentre elas o gado vacum, muar, cavalar e ovinum, o qual encontrou nas pradarias da região pampeana um ambiente propício para sua reprodução (ZARTH & GERHARDT, 2009). Nesse âmbito, as conquistas territoriais para Portugal nos remotos “rincões”, segundo Zarth (2008), seguiam orientação e cumpriam uma função

¹¹Foi uma ação missionária, da Companhia de Jesus, que tinha objetivo de colonizar o Novo Mundo. Os nativos eram catequizados e habituados a uma vida mais cristã, fiel à Igreja Católica, enquanto os jesuítas, responsáveis pela organização e pela transformação da população indígena, organizavam a vida social através de reduções, local em que era coordenado a comunidade em torno da religião (ZARTH, 2011).

estratégica na povoação do território. Na época após a desarticulação das missões, a ocupação constituiria uma nova província portuguesa, a qual já tinha casais destinados para povoá-la, centenas deles açorianos que, junto dos bandeirantes, foram responsáveis também pelos primeiros núcleos povoadores não indígenas do sul do Brasil.

Miranda Neto (2012) considera ser uma estratégia político-econômica de Portugal a ocupação do território durante o século XVII. A origem de parte do território gaúcho, nomeadamente decorrente do Tratado de Madri e de Santo Ildefonso foi o resultado das demandas poderosas da corte para o fortalecimento da unidade real, como destaca a autora:

Para Pombal, os objetivos de promover a integração nacional priorizaram a defesa do território, a militarização da população, o combate aos espanhóis e à Companhia de Jesus, a expansão econômica vinculando a agricultura ao comércio, o fortalecimento do poder real pela oposição aos missionários e aos nobres e pela extinção das capitâneas. Os esteios da política integracionista de Pombal centravam-se na ocupação- colonização de caráter militar-estratégico e socioeconômico para garantir a articulação entre os setores e áreas de interesses luso-brasileiros de exploração comercial, forma inicial de exercício da soberania. A infiltração econômica na frente hispânica de expansão colonial no sul do continente fez-se necessária e urgente. A reação, drástica e definitiva, concretizou-se na expulsão e confisco dos bens dos missionários e na destruição da Confederação das Missões que afrontava o domínio e o controle estratégico na geopolítica luso-brasileira que na realidade era da Metrôpole (MIRANDA NETO, 2012, p. 29).

Nesse período advém a origem do nome do município, Tupanciretã-RS, que segundo a lenda¹² materializada em estrutura religiosa, encontrada no pórtico do município, refere-se a um ato em que um índio e um missionário estavam retornando da povoada à Redução de São João – atualmente município de Entre-Ijuís – quando foram vislumbrados com uma imagem divina que chamaram de “Tupan-ci-retan” que, na língua indígena, quer dizer: Tupan = Deus, Cy= Mãe, Retan = Terra. Ou seja, “Terra Da Mãe De Deus” (PREFEITURA DE TUPANCIRETÃ, 2021).

¹²A fazenda jesuítica, apenas assinalada pela capelinha tosca, já existia no alto de um coxilhão deserto (campina extensa). E as árvores do mato crioulo, à tarde, projetavam-lhe sombra larga das suas ramarias. Ao lado, sob o amparo de uma cruz modesta, mal resistia a fúria das tempestades, um rancho pobre, coberto de palha, que tinha a finalidade amiga de acolher os poucos viandantes (viajantes) que por ali passavam. O local nada mais era do que um Posto de São João. Dentro da capelinha, tão pobre como esquecida, apenas uma imagem tosca enfeitava a tábua erguida como altar. Era uma imagem da Madona dos Céus, da Senhora dos Crentes. Um dia, em que pelos caminhos mal delineados da serra, passavam um missionário e alguns poucos índios, uma tempestade os colheu nas proximidades do Planalto da Coxilha Grande. A noite chegava, e com ela o pânico e o terror. Quando a desorientação desesperava o padre e os poucos índios companheiros, um relâmpago lhes mostrou na fímbria do horizonte, em plena noite, um vulto mal definido. A silhueta que os relâmpagos mostravam, perto, era a imagem da Madona exposta ao furor da tempestade que arrebatara da capela pequenina a cobertura frágil. O sacerdote, cheio de alegria cristã, exclamou: “Tupan-ci”. E os índios aterrorizados, repetiram: “Tupan-ci-retan”, que na língua indígena quer dizer: Tupan = Deus, Cy= Mãe, Retan = Terra, ou seja, “Terra Da Mãe De Deus.” (PREFEITURA DE TUPANCIRETÃ, 2021).

Porém, os remanescentes indígenas que resistiram à evacuação das missões, decorrente da cedência dos espanhóis aos portugueses, foram submetidos a trabalhos escravos em atividades econômicas que atendiam aos interesses da metrópole – à coroa, que consistia no comércio de gado e muares, favorecidos pela quantidade de gado nos campos sulinos, conduzidos em tropas, do Sul para o centro do país para as feiras de Sorocaba, em São Paulo. Essa atividade também desempenhou papel geopolítico, tendo em vista as disputas em torno dos modelos de estrutura agrária baseados em latifúndios tradicionais (ZATH, 2008).

Esta zona sofreu várias alterações na sua configuração administrativa e territorial e, em 21 de dezembro de 1928, era assinado o decreto que criava o município de Tupanciretã-RS, pelo presidente do Estado, o Getúlio Dornelles Vargas. Assim, a cidade foi constituída junto com os 2º, 3º e 7º distritos de Júlio de Castilhos, o 2º de Cruz Alta e parte do 8º de Santo Ângelo – com um total de 8000 habitantes (PREFEITURA DE TUPANCIRETÃ, 2021). Dessa maneira, percebe-se que o município passou por diferentes ciclos econômicos, dentre os quais se destacam o charque, absorvido pela produção pecuária local e externa e substituído pela produção agrícola pautada por um modelo de estrutura agrária e agroexportadora, o qual vamos explorar adiante. Ademais, constata-se que Tupanciretã-RS possuía, em 2010, uma população de 22.281 habitantes, com 19,12% desses residindo na área rural e de 80,88% na área urbana, ocupando uma superfície 2.251.863 km², que resulta em uma densidade demográfica de 9,89 habitantes por km² (IBGE, 2010), em que o setor agropecuário absorve o maior quantitativo pessoal ocupado no município, 31,16% (2010).

3.2.2 A TERRA

Este subtópico aborda a questão agrária. Nesse sentido, entende-se que a estrutura agrária corrente não apenas é construída sobre estruturas históricas, mas também sobre os processos estruturais incorporados à esta.

Para começar, é importante destacar que o município de Tupanciretã-RS está localizado na região geomorfológica do Planalto das Missões, geográfica do Planalto Médio e geopolítica Centro Ocidental Rio-grandense. O município faz limite, ao norte, com os municípios de São Miguel das Missões, Capão do Cipó e Jóia. Ao sul, faz limite com Jari, Quevedos e Júlio de Castilhos, ao oeste, com Santiago, ao leste, com Cruz Alta e Boa Vista do Incra e, ao nordeste, com Boa vista do Cadeado (TUPANCIRETÃ-RS, 2021). Ademais, parte destes municípios, em meados de 1800, pertenciam à Vila de Cruz Alta, que dispunha de um vasto território com grandes atributos, matos com variedade e abundância de madeiras para a exploração comercial,

solos de boa fertilidade propícios para todos os tipos de cultura – como grãos, legumes, raízes, árvores frutíferas, fumo e cana-de-açúcar – e a possibilidade de exploração da erva-mate (NEUMANN, 2006).

Posteriormente, com a destituição dos Sete Povos das Missões, o Estado (coroa) promoveu a ocupação da nova fronteira. Com isso, estruturou-se, no Brasil, o latifúndio pelo regime sesmarial, com a concessão de terras feita pelo Estado (coroa) às famílias de círculos palacianos. A concessão das primeiras sesmarias decorreu além da garantia da exploração (econômica) do território, mas também para a efetivação da estratégia geopolítica portuguesa de reforçar a fronteira com os platinos. Por isso, o território foi ocupado por militares, soldados e chefes que garantiam a segurança do local frente à invasões em troca da concessão das sesmarias (PICCIN, 2012). No entanto, além da exploração extensiva de gado na localidade, as possibilidades de explorações econômicas agrícolas passaram a ser questionadas (NEUMANN, 2006). Essas características são destacadas por Moreira e Medeiros (2017, p. 125), no contexto agrário do município:

Do litígio entre as coroas ibéricas, a doação de sesmarias surgiu como alternativa para Portugal garantir o território aos indivíduos que da terra desejassem prosperar e defender a fronteira meridional da colônia. Somada à terra concedida pelo Império português, o varão também recebia uma patente do oficial militar colonial. O município de Tupanciretã-RS tem sua gênese ligada nessa herança colonial, alicerçada no latifúndio proveniente das doações de sesmarias possibilitando às famílias sobreviverem das atividades pastoris.

Com a independência do Brasil, em 1822, e a “nova” arquitetura do Estado, o reconhecimento da posse da terra deveria ser legitimado por meio de processo judicial, em que seria declarado o proprietário mediante compra e venda, como única fonte de direito à propriedade. Assim, resultante do enquadramento na Lei de Terra, de 1850, a terra passou a ter maior importância, visto que, até a normalização da Lei, as estâncias/sesmarias podiam criar gado em terras alheias. Nessa organização estrutural, Tupanciretã-RS se configurava na utilização extensiva de exploração que caracteriza o latifúndio pastoril (PICCIN, 2012; MOREIRA & MEDEIROS, 2017).

Logo, entendendo que o interesse recaía em expandir a área agricultável e modelar novos assentamentos, a implementação da Lei de Terras, pelo Estado nacional, preparou o terreno para uma recepção mais orientada para a abolição da escravatura, em que a terra era o ativo a ser cativa (restrita) ao invés do trabalho cativo. Esta proposta oportunizou aos imigrantes europeus o acesso às pequenas áreas de terras. Por sua vez, as terras que não estivessem sob domínio particular, por título legítimo, estariam sob domínio do Estado, sendo destinadas para

a formação de colônias agrícolas. Com isso, os grupos indígenas e os caboclos que habitavam e usavam as terras por gerações, precisaram ser expropriados de seus domínios, pois não eram considerados legítimos, sendo excluídos da possibilidade de terem suas posses legitimadas (PICOLOTTO, 2011).

Nesse contexto, as terras devolutas no perímetro que compreende o município de Cruz Alta, que perdeu parte da superfície quando o município de Tupanciretã-RS se emancipou em 1928, possuíam grandes áreas de matos, segundo Moreira e Medeiros (2017). Ademais, essas áreas, por vezes, eram ocupadas por caboclos que exploravam a mata e cultivavam alimentos para a sua subsistência, visto que foram despejados constantemente de suas posses para dar lugar aos colonos. A efetivação das colônias, desse modo, teve papel importante nas empresas colonizadoras (PICOLOTTO, 2011). A essa altura, uma empresa de colonização, com objetivos lucrativos, se instalou na região, com o intuito de comercializar terras previamente concedidas ou adquiridas por particulares. Logo, a inserção da Empresa de Colonização Meyer gerou conflitos, obrigando os trabalhadores – que estavam instalados em zonas de mata – a deixarem o seu rancho (NEUMANN, 2006).

Após esse período, com as mudanças sócio estruturais, houve a fragmentação dos criatórios de gado baseados em uma economia destinada para o mercado doméstico, forçando a sua reestruturação espacial, ou seja, a atividade pecuária cedeu áreas. Essas mudanças rápidas levaram à rupturas locais, alterando as relações de trabalho, as técnicas de produção e as estruturas das propriedades (MOREIRA E MEDEIROS, 2017). Segundo Mattei (2014), foram alguns destes fenômenos de expansão horizontal pelo país que iniciaram o processo de alteração no mundo agrário brasileiro. A terra passou, então, a ser um ativo de alto valor econômico, possuindo os maiores índices de expansão da concentração da propriedade, assim como servindo para o modo como os investidores desenvolveram novas estratégias especulativas, em torno do valor da terra, presumindo que a posse da terra é um dos principais ativos de acumulação de capital.

Por conseguinte, o paradigma da modernização do setor de produção de alimentos foi alimentado por esses processos de concentração agrária, uma vez que a intensificação do desenvolvimento agrícola, denominada “Revolução Verde”, era tratada como nova força. Força essa capaz de proporcionar eficiência e eficácia à produção de alimentos no país. A perspectiva de progresso incluí, portanto, a especialização da produção, com o aumento da produtividade e o suporte de máquinas e equipamentos. Desse modo, dispendiosas medidas de ordem institucional no apoio à agricultura, na forma de subsídios e aporte estatal na execução das políticas de fomento, oferecendo pesquisa e assistência técnica para transformarem a matriz

produtiva, que culminou com a integração agroindustrial, eram algumas das medidas de proteção para esse sistema (DELGADO, 2001; DE OLIVEIRA, 1996).

Esse processo implicava na adoção de tecnologias químicas, para aumentar os rendimentos, ganhando vantagem competitiva com uso e propagação de insumos na ordem de sementes, pesticidas e fertilizantes químicos. Assim, essa visão aberta, orientada para o progresso, floresceu no município, e as forças sócioprodutivas promoveram o enfrentamento político favorável à abertura de biotecnologias (pró-transgênico), legitimadas nos discursos do Clube de Amigos da Terra de Tupanciretã-RS, adversos ao então papel de livre transgenia, defendido pelo governo do estado do Rio grande do Sul (PICOLOTTO, 2011).

Ao mesmo tempo, porém, tais mudanças do modelo produtivo – graças ao progresso científico na química, biologia e biotecnologias – geraram uma transformação sistêmica mais profunda. Ao longo do final do século passado, as mudanças de ordem econômica no país, modernização conservadora da agricultura decorrente do período de governo militar, desencadearam também um conjunto de acontecimentos sociais. E, com a desigualdade estrutural histórica se aprofundando especialmente pelo caráter seletivo que beneficiou apenas os médios e os grandes produtores rurais dedicados à produção de monoculturas para exportação, o latifúndio reinava. Nesse contexto, a esmagadora maioria da população não tinha terras próprias e era obrigada a trabalhar de forma assalariada.

Além disso, os grandes proprietários detinham o acesso a crédito, as melhores terras, enquanto que as terras de difícil manejo eram divididas em pequenas propriedades entre grandes famílias que as exploravam para subsistência. A partir dessas dinâmicas, a luta pela terra surgiu como alternativa de mobilização social para a camada da população rural que vislumbrava um pedaço de terra, bem como se organizar junto com movimentos sociais, o que era visto como uma possibilidade de construir projetos futuros, nos quais as áreas reformadas poderiam tornar-se lugares de vida, de trabalho e de produção agropecuária (BARCELLOS, 2010).

A questão agrária do local, assim como a do Brasil, postula, portanto, conflitos históricos, políticos, sociais e produtivos. Por um lado, tem-se negócios de terra com alto investimento inseridos em cadeias globais e a expulsão de pessoas da terra. Por outro lado, há movimentos agrários de resistência recorrendo à alianças de apoio para resistir em seus modos de vida. Diante disso, imprimindo o Brasil como um dos países com maior distribuição desigual da propriedade da terra no mundo (MATTEI, 2014), no caso de Tupanciretã-RS, Barcellos (2010, p. 68) fundamenta as diferenças existentes:

Tupanciretã-RS destaca-se no RS por ter umas das maiores produções de Soja do estado, bem como um grande número de assentamentos de Reforma Agrária (dezessete assentamentos) e de pequenas propriedades que são responsáveis pela diversificação da produção agrícola local, nas quais plantam soja, milho, feijão, mandioca, arroz, dentre outros produtos agropecuários, e que também ao longo dos anos foram intensificadas atividades agropecuárias como a leiteira, a piscicultura e a suinocultura.

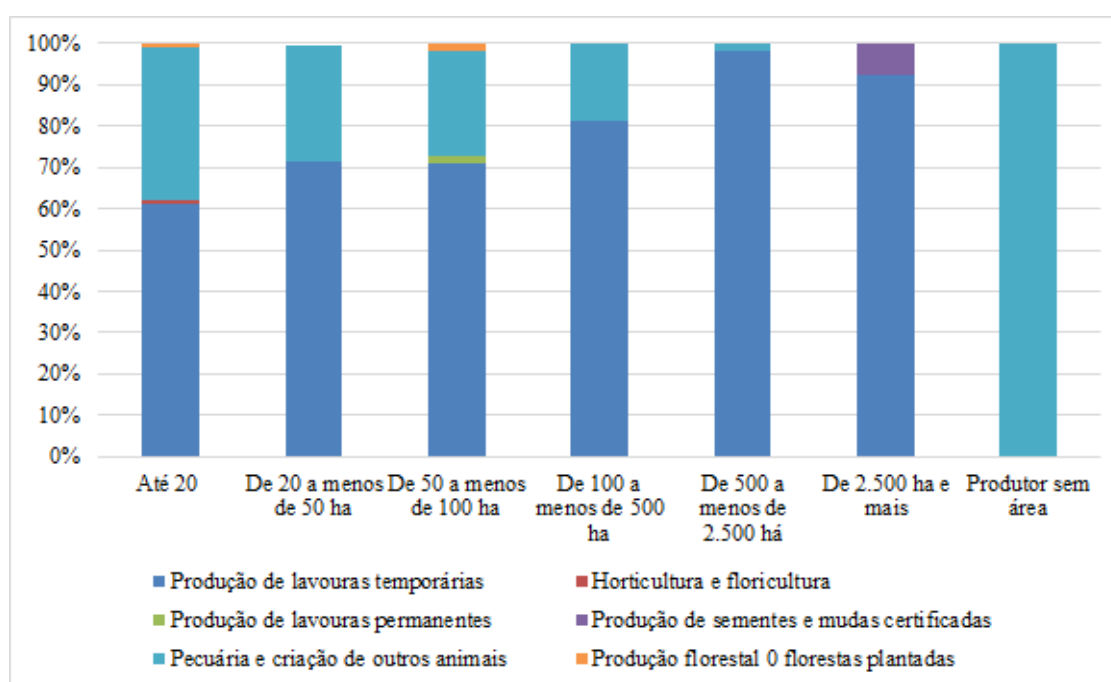
Assim, buscando melhor compreender os processos sociais e os sistemas agrícolas dos modos de vida em Assentamentos de Reforma Agrária do município, Barcellos (2010) mostra como sua pesquisa de campo fornece subsídios para entendermos a importância do estilo de agricultura praticado nestas comunidades. Isso porque “aproximadamente 5000 pessoas residem em área rural e dos quais 706 famílias (2600 habitantes) vivem em assentamentos rurais. Este dado representa que 57,63% da população rural do município reside em assentamentos de Reforma Agrária” (BARCELLOS, 2010, p. 68).

Outra contribuição do estudo, que diz respeito ao impacto do acesso à terra e à ocupação por agricultores da região, é considerada por Neumann (2003), o qual oferece uma ilustração da tipologia dos sistemas agrários da mesorregião Centro Ocidental, a partir da abordagem sistêmica, considerando o conjunto de usos do solo e de atividades que se implantam no meio rural, relatando que o espaço agrário da região possui duas configurações: um Sistema Agrário de Campo (os Campos do Planalto e da Depressão Central), ocupado através da doação de sesmarias para a criação de grandes estâncias de pecuária extensiva utilizando o campo natural; e o Sistema Agrário da Mata (na faixa de terras formada pela Reborda da Serra Geral), tomado por pequenas propriedades agrícolas, através do projetos de colonização, onde se estabeleceu a agricultura colonial, baseada na pequena propriedade familiar. Este estudo oferece uma análise das unidades produtivas, ressaltando que, por um lado, há predomínio das grandes propriedades agrícolas, originárias das doações de sesmarias, produzindo a pecuária, cultivo da soja e do arroz. E que, por outro lado, há uma estrutura fundiária com pouca representatividade territorial, com o predomínio de unidades de produção de pequeno e médio porte e uma matriz produtiva bastante especializada no cultivo de arroz, batatinha e fumo.

Nesse viés, o Gráfico 1 apresenta o panorama da agricultura do município de Tupanciretã-RS. Em 2017, no setor rural do município, a terra era muito concentrada e a área média dos estabelecimentos agropecuários tinha um tamanho significativamente maior que médias propriedades, ou seja, cerca de 174 hectares de tamanho médio (o módulo fiscal adotado pelo município é de 35 hectares), sendo ainda muito grande se comparado à média do Estado do Rio grande do Sul (59 hectares). Em termos gerais, esses fenômenos, em nível municipal, embora sejam coadjuvantes na história do município, se esforçam na produção de alimentos

com qualidade em suas agroindústrias familiares, que são um exemplo disso, assim como na valorização de seu desempenho para tornar as pluriatividades praticadas pela categoria mais visíveis no terreno, em que o agricultor familiar está limitado aos fatores produtivos.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE TUPANCIRETÃ-RS, POR GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA E ESTRATIFICAÇÃO DA ÁREA EM 2017



Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Do ponto de vista da área agrícola do município, 75% dos estabelecimentos agropecuários possuem uma área até 50 hectares. Este percentual de estabelecimentos, cuja compreensão se mostra muito importante na representação dos estabelecimentos, representa apenas 7% da área agrícola total do município. Na grande maioria (54%) da superfície agrícola do município, que atualmente descreve a agricultura local, os estabelecimentos agropecuários que possuem mais de 1000 hectares, representados por 4% dos estabelecimentos agropecuários (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

De acordo com o exposto, a realidade fundiária do município é contrastante. O município de Tupanciretã-RS possui 1.180 estabelecimentos agropecuários e, a partir do Gráfico 1, nota-se que as propriedades de até 100 hectares possuem mais de duas atividades econômicas, estando a lavoura temporária com maior representatividade, representando mais

de 60% da atividade econômica dos estabelecimentos, seguida da pecuária. Ainda, vale ressaltar que, embora com menor representatividade, as atividades de horticultura, produção florestal e lavoura permanente são atividades econômicas realizadas pela agricultura familiar no município.

No caso da produção pecuária, a expressiva presença no estrato de estabelecimento até 20 hectares é representada pelas pequenas propriedades produtoras de leite. Em 2017, 72 % da bovinocultura de leite do município era a atividade econômica praticada nestes estabelecimentos, sendo responsável por 50,4% do volume total produzido no município. Assim, atividades econômicas concomitantes, com o preço do leite geralmente em torno de 0,90 centavos por litro, são alternativas tanto para a sobrevivência quanto para o desenvolvimento da base produtiva familiar, que possui poucas terras e limita-se às expectativas de retorno econômico da atividade agropecuária.

Desse modo, os agricultores familiares conciliam seus rebanhos com outras atividades econômicas (lavoura, produção de frutas, legumes, verduras e viveiros). Sendo essa, portanto, uma estratégia comumente adotada por agricultores familiares (até 100 hectares) que procuram contornar o alto nível de capital que requerem, visando desenvolver a pluriatividade, porque muitas vezes essa é a única viabilidade que eles têm na agricultura. Nas propriedades de mais de 100 hectares, até 2.500 hectares (21,36% dos estabelecimentos), a principal atividade é a lavoura temporária, chegando até mais de 95% dos estabelecimentos de 500 a 2.500 hectares. Já nas propriedades com mais de 2.500 hectares, além da lavoura temporária, também há a produção de sementes, gerando um valor agregado aos estabelecimentos agropecuários.

Em outras palavras, a estrutura do uso das terras do município está ligada à sua matriz econômica produtiva, que atua tanto no lado produtivo quanto nas esferas subjacentes ao resultado paradoxo do setor agrícola. Conseqüentemente, algumas zonas sofrem mais, uma vez que o processo não é singular. Entretanto, atualmente, a disputa pelo acesso à terra é um dos principais fatores que alimenta a expansão da fronteira agrícola, fomentada pelo aperfeiçoamento contínuo das inovações e de expansão da produtividade (NEVES, 2019). Isto é, as máquinas, os equipamentos, a tecnologia e o capital humano são os elementos responsáveis pela acumulação de capital da agricultura moderna (MATTEI, 2014). Logo, compreender as relações de reprodução da questão agrária, se considerada a sociedade ocidental capitalista atual, pelas condições de uso e apropriação da terra e demais recursos naturais, com base em Neves (2019), pode ser uma das formas de expansão do capitalismo no campo.

Além disso, outras dinâmicas no terreno das transformações agrárias atingem o debate sobre a utilização e apropriação das terras, principalmente pelo aumento dos preços das

commodities agrícolas desde a safra de 2007/2008, em razão da demanda estrangeira e doméstica por alimentos, agroenergias e matérias-primas (SAUER & LEITE, 2012), e a tendência acentuada de empresas e governos no mundo desenvolvido para assumir o controle de grandes propriedades agrícolas (REYDON & FERNANDES, 2017). Ainda, o respaldo do Estado, com a adoção de medidas de ordem institucional, mostra como os atores estatais trabalham para promover a internalização dos objetivos ditados pela ordem econômica mundial. Dessa forma, o governo passou a fortalecer o apoio ao setor agropecuário.

Nesse sentido, com o aumento das provisões de recursos públicos – que visam atender demandas do setor – associado à construção histórica da prática que permeia o uso da terra pela agricultura, fornece-se o contexto geral para a acumulação de capital “agrário” (MATTEI, 2014), de modo que os incentivos contemporâneos de aporte ao setor agropecuários andam de mãos dadas com os acordos globais. Assim, as modernizações agrícolas, especificamente por meio de inovações tecnológicas da agricultura (mecanização, irrigação, fertilizante sintético, transgenia, agricultura de precisão), foram documentadas e analisadas. Nesse viés, segundo Kageyama e Da Silva (1983), a ampliação do novo modelo agrícola corroborou com o padrão, incorporando um grau elevado de concentração de propriedade de terra no Brasil, fruto da proliferação de latifúndios em detrimento das pequenas e médias propriedades.

3.2.3 O GADO

Nesta subseção faz-se uma breve caracterização da situação pecuária em Tupanciretã-RS, mais precisamente sobre a evolução da atividade nas últimas décadas. Nesse contexto, ressalta-se que a extensa produção de animais na região pode ser considerada uma estratégia político-econômica da Coroa Portuguesa para a expansão e ocupação do território durante o século XVIII. Isso porque a origem do território, como é conhecido hoje, foi o resultado das demandas de poderosos setores econômicos da época, por meio da expansão da pecuária extensiva e da especulação de terras. Dentro desse quadro, foram ocupadas terras cujo destino era a produção de carne e lã, ambos os produtos sob demanda central da metrópole (ZARTH & GERHARDT, 2009).

Sob o mesmo projeto de expansão territorial, os povos originários foram despojados de suas terras, realocando os sobreviventes para outras regiões. Consolidando a produção extensiva de gado à atividade econômica das estâncias, no final do século XVIII, em referência à disponibilidade dos recursos forrageiros, onde os gados muar e cavalar predominavam no território do município. Essas características são essenciais para compreender a oferta do

produto para o mercado interno no centro do país, dinamizando o complexo cafeeiro durante as próximas décadas, como comentam Zarth e Gerhardt (2009):

A produção de gado para abate nas charqueadas era uma das principais atividades econômicas do Sul até o início do século 20. As exportações de charque e couro lideraram a pauta de exportações durante todo o período. Mas, além disso, os pecuaristas exportavam gado vacum em pé, criavam ovelhas para lã, cavalos para transporte e ainda exportavam mulas para as feiras de Sorocaba em São Paulo. Os inventários post-mortem e os inquéritos oficiais indicam que o gado vacum predominou em todos os municípios do pampa durante o século 19 (ZARTH & GERHARDT, 2009, p. 260).

Por conseguinte, em 1907, estabeleceu-se no município a charqueada Pedro Osório, um empreendimento inovador para o interior do estado, especialmente por estar distante dos centros charqueadores – Pelotas. Nesta mesma linha, a implantação da ferrovia se materializou nas primeiras décadas do século XX, com forte investimento de capital inglês, a qual também focou nos sistemas de produção de carne, conectando as áreas produtivas do interior do território com as saídas para além do mar, através do Atlântico. Incluindo nos produtos importados pelos britânicos, além do café que era o principal produto primário, diversas tecelagens e couro (PICCIN, 2012; SINGER, 1974).

Assim, a criação de novas linhas de conexão infraestrutural, com a implantação de linha ferroviária e seu uso cada vez mais difundido por outras rotas, determinou o alargamento entre o polo produtor do município (carne e pele) e o local de consumo. E, em um contexto de crescimento populacional nas metrópoles¹³, aliado a melhores condições da classe trabalhadora inglesa – que inclui em sua dieta a carne importada não só do Sul do Brasil, mas da Argentina e Uruguai –, os canais de distribuição, por outro lado, foram e são peça fundamental para a estruturação dos territórios e direcionamento para portos. Em outras palavras, este foi um elemento que proporcionou uma maior coordenação territorial, em que a atividade pecuária desempenhou um papel fundamental, enquanto o sistema produtivo estava sendo constituído (SINGER, 1974; ROMERO, 2015).

Com isso, desta atividade pecuária surgiu o primeiro dote econômico para o estado gaúcho, visto que o Rio Grande do Sul integrava-se ao centro do país através do abastecimento de carne seca e de animais de transporte. Essa homogeneidade do complexo da carne seca e produtos similares, em que vários criadores também eram charqueadores, destaca-se, ainda mais, através da homenagem realizada pelo Sindicato Rural de Tupanciretã-RS à Marcial

¹³São Paulo e Rio de Janeiro.

Gonçalves Terra¹⁴ e aos fazendeiros Carlos Gomes de Abreu e Laudelino Flores de Barcelos, proprietários do empreendimento. Nesse contexto, em 1908 foi fundada a Associação Agropecuária de Tupanciretã-RS, um espaço de organização dos produtores para fortalecer sua posição. Segundo homenagem realizada¹⁵, ao idealizar esta associação, atribuiu-se um destaque ao trabalho realizado pelos atores do município na criação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, atual Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), em 1928 construída por meio da união da classe agrícola gaúcha em torno de um ideal: representar e defender os interesses do produtor rural (FARSUL, 2021).

Ademais, o reflexo de sua identidade territorial figurava-se diante das conformações da agropecuária moderna, isto é, das transformações tecnológicas que permitiram o desenvolvimento do negócio da carne congelada, em que teve que ser fortalecido um sistema de produção com maior capacidade para o setor. Ainda, esse nicho teve seus objetivos alcançados a partir da fusão realizada pelas entidades locais, nos quais os rótulos da Cooperativa Rural Serrana atingiram o mercado externo (norte americano e europeu) e deram o *status* a organização de maior abatedouro bovino da América Latina, na década de 1970, operando com uma força de trabalho de mais 1500 pessoas e, atualmente, com as instalações em desuso.

É importante destacar que a superfície do município se constituiu como importante elemento para o desenvolvimento e crescimento de determinadas atividades, como acontece no caso do desenvolvimento das atividades agropecuárias. Os componentes do meio natural são destacados por formas de relevo bastante homogêneas, representadas por colinas suaves e bem arredondadas (coxilhas), modeladas em rochas vulcânicas e sedimentares dispostas sobre solos profundos e bem drenados, com parâmetros químicos favoráveis para a ocupação agrícola e pastoril. Outra característica geomórfica do município que tem parte do território pertencente ao Planalto das Araucárias e parte do Planalto da Campanha de fundamental importância, que permeou a intensidade dos processos e alterações ocorridas ao longo de sua ocupação, visando a produtividade além do uso para a subsistência, é a sua vegetação (ALBERT & DA SILVA, 2005).

Diante de um cenário de crescente fragilidade decorrente da oferta de outros produtos primários em abundância, como aves e suínos com preços menores e queda do preço da carne bovina, a atividade pecuária sofreu problemas devido a fatores econômicos. Em 1974 o

¹⁴Que dá nome à primeira Escola Cívico-Militar em Tupanciretã, inaugurada em 10 de agosto de 2021, pelos seus contributos ao município. Reportagem completa disponível em: <<https://tupa.fm.br/index.php/noticias-interna/-escola-civico-militar-de-tupancireta-e-inaugurada-13546>>.

¹⁵Reportagem completa disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sge8S5iMXLY&t=270s>>.

município contava com um rebanho de mais de 250 mil cabeças de gado, contento apenas um quarto (mais de 60 mil cabeças) deste rebanho nos propriedades pecuárias em 2020, segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal. Mas há de se considerar aqui um contexto de reestruturação macroeconômica: a polarização das relações entre empresas, seus fornecedores e clientes, intensificou a competição das economias industrializadas e a expansão dos mercados internacionais para novos produtos. É nesta linha de complexidade, que as “estâncias” pastoris foram vendidas para agricultores que impuseram ao município grandes áreas de terra com as plantações de cereais. A partir deste estágio de expansão da área agrícola, alguns pecuaristas continuavam na atividade econômica do gado, reafirmando a sua identidade pecuarista (ROMERO, 2015; LANÇON, TEMPLE & BIÉNABE, 2017).

3.2.4 O TRATOR

Esta subseção demonstra as rupturas e continuidades da produção agropecuária, em que o paradigma da modernização assume uma variedade de conotações no município. Nesse viés, evidencia-se que o cenário político-econômico, inspirado pelo pensamento liberal que se instalou a partir dos anos 1950 e 1960 no país sob forte investimentos públicos e privados¹⁶, através de concessões do capital americano, gera as condições para o surgimento de uma agricultura que se desloca para a criação de animais, mas que não deixa de ter importância econômica e cultural para o município de Tupanciretã-RS (SINGER, 1974).

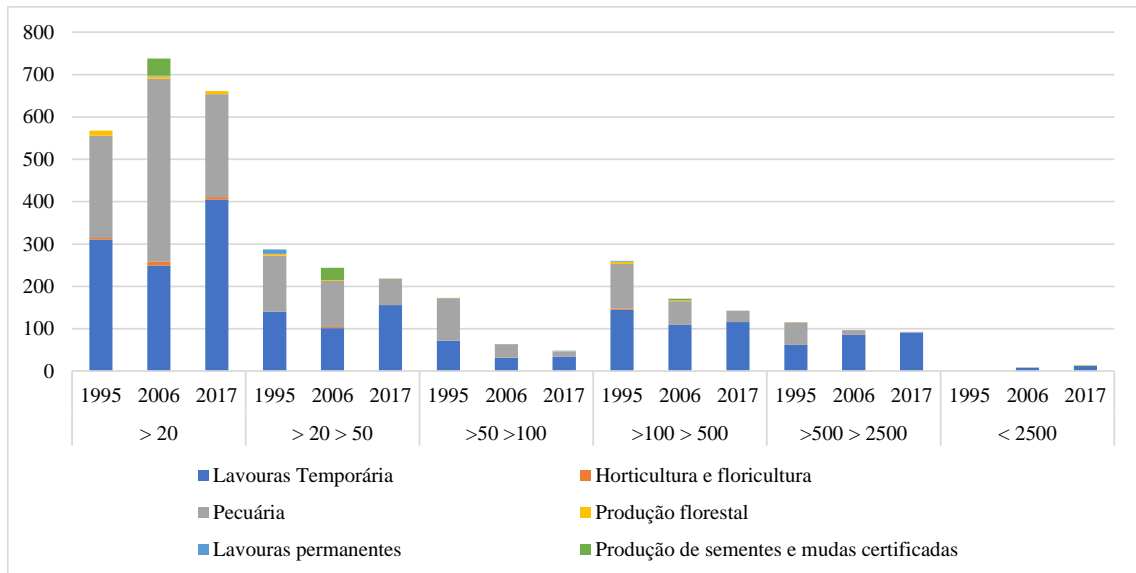
Diante disso, as novas prospecções geopolíticas que se arquitetaram após a metade do século XX definiram os processos de expansão do capitalismo monopolista no Brasil pela sujeição da agricultura à indústria, revolucionando modos de vida e formas produtivas (NAVARRO, 2001). Nesse sentido, é importante acrescentar que o Estado fomentou a ideia de promover o progresso colocando o espaço rural no modelo de desenvolvimento. Como Neves (1987) explica ao dissertar sobre como se dará sua integração à economia de mercado, “esse novo modelo passa a se fundamentar no uso intensivo dos fatores de produção e aumento da produtividade agrícola, incorporação de novas tecnologias agrícolas, políticas de crédito e preços mínimos” (NEVES, 1987, p. 345).

¹⁶Segundo Singer (1974), através de concessões exclusivas – monopólios para as redes transporte (ferrovia, portos e redes de navegação) e para os serviços públicos (telefonia, telegrafia, iluminação pública e transporte público urbano), por exemplo, pelas campanhas realizadas pelo empresário norte americano Percival Farquhar, que detinha concessões de estradas de ferro, seringaais na Amazônia e serviços públicos e em outros países da América Latina.

Por conseguinte, tendo os processos de ampliação da atividade agrícola grande importância no município (Gráfico 2), a ideia de ter uma modernização dos processos produtivos com o aumento da produtividade promovidos pela adoção de novas tecnologias, em que a política de crédito viabilizasse, era a nova pauta para o progresso agrícola brasileiro (NEVES, 2019). Isso acontecia ao passo que a modernização da agricultura avançava, seja pelo estímulo à adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde” – em nome do novo projeto econômico, com programa voltado para uma política de crédito rural com volumosos montantes financeiros, incentivos fiscais e aporte estatal na execução das políticas de fomento produtivo e comercial (DELGADO, 2001) – ou oferecendo uma assistência técnica, enraizada nos conceitos do agronegócio americano com uma natureza difusionista, para estimular os agricultores a adotarem financiamentos para adquirir produtos e insumos, atuando de forma cooperativa com pesquisas agrícolas de instituições públicas, financiadas por fundos estrangeiros (DE OLIVEIRA, 1996). Assim sendo, de fato a introdução de subsídio para a práticas agrícola promoveu um aumento significativo nos indicadores técnicos de modernização agropecuária, aumento da produção, de sua diversificação e significativa alteração no padrão técnico do setor rural (DELGADO, 2001), o que fomentou a formação de uma economia agrícola orientada por um modo de funcionamento essencialmente capitalista (BUAINAIN et al., 2013).

Esse processo exigiu que a exploração agrícola se expandisse para novas fronteiras. Ademais, as áreas agrícolas em todo Brasil vêm se expandindo constantemente, geralmente na utilização das terras nativas nas últimas décadas (SAUER & LEITE, 2012). Assim, a forte expansão da produção agrícola no município é acompanhada pela redução (45% de estabelecimentos agropecuários com criação de pecuária) das principais heranças agroexportadoras, o charque e a carne, como mostra o Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA E USO DAS TERRAS EM TUPANCIRETÃ-RS, DE ACORDO COM O GRUPO DE ÁREA TOTAL E A ATIVIDADE ECONÔMICA DE 1995 À 2017, EM NÚMEROS DE ESTABELECIMENTOS



Fonte: Censo Agropecuário (1995, 2006 e 2017).

Como pode-se perceber, o Gráfico 2 mostra a divisão por número de estabelecimento agropecuário, de acordo com o tamanho da propriedade em hectares, e também sobre o uso do solo nessas propriedades nos anos de 1995, 2006 e 2017. De acordo com ele, o número de lavouras temporárias nas propriedades de até 20 hectares de 310 (em 1995) passou para 405 estabelecimentos (em 2017), apesar de uma queda no ano de 2006. Já no caso do hortifrúti, no ano de 2006 tinha-se 9 estabelecimentos, o que diminuiu para 6, em 2017. A pecuária teve um crescimento em 2006, mas em 2017 teve uma queda de 189 estabelecimentos. Produção florestal e lavouras permanente reduziram em 2017, 7 e 0, respectivamente. Propriedades de 20 até 50 hectares aumentaram o número de estabelecimentos para lavouras temporárias, passando de 140 para 156. Já o hortifrúti tinha 3 estabelecimentos em 2006 e, em 2017, nenhum praticava a atividade. Pecuária e produção florestal reduziram, respectivamente, em 133 e 4 (em 2006), e para 62 e 1, em 2017. Em relação aos estabelecimentos agropecuários de 50 a 100 hectares e 100 a 500 hectares, a lavoura temporária reduziu cerca de 47% e 20%, respectivamente, de 1995 a 2017, já nas propriedades acima de 500 hectares nota-se um aumento de mais de 29 estabelecimentos até 2500 hectares, de 1995 a 2017, e acima de 2500 hectares não tinha nenhum

estabelecimento em 1995, passando a ter 12, em 2017. Em geral, a pecuária perdeu espaço para a lavoura temporária em estratos familiares e não familiares.

Além disso, segundo dados de uma pesquisa realizada em 2006, grande parte da vegetação campestre e florestal, que compõe a região de Tupanciretã-RS, perdeu sua cobertura natural. As áreas campestres, em pouco mais de duas décadas, foram convertidas em mais de um quarto de sua superfície para o uso de cobertura agrícola e, em locais como o município de Tupanciretã-RS, restaram da cobertura natural dos campos pouco mais de 10%, os quais foram basicamente transformados para a agricultura (CORDEIRO, HASENACK & COSTA, 2007). Ainda, a transformação na base técnica da produção agropecuária, com o suporte de máquinas, equipamentos e insumos químicos, culminou com a integração da agropecuária com a indústria, emergindo, assim, os Complexos Agroindustriais (CAIs), dos quais Mattei (2014) associa a rápida tecnificação do processo produtivo, especialmente ao setor de grãos e carnes, que promoveram uma passagem do complexo rural para o complexo agroindustrial.

Nesse âmbito, a difusão do progresso técnico no município e na região do Planalto Médio, que está situada entre as cadeias montanhosas da Serra Geral e o Planalto do Rio Grande do Sul (sul do Brasil), comporta um dos maiores polos agrícolas do Brasil. Na zona urbana é possível verificar as instalações comerciais de empresas do ramo de insumo e máquinas agrícolas, bem como empresas privadas de armazenamento, cujas instalações encontram-se espalhadas pelo meio rural. Logo, esses empreendimentos apoiados por maiores investimentos e uma nova onda de incorporação tecnológica, que modificou a forma de fazer agricultura, passaram a ter espaço no município. E, em vigor, esse avanço é produzido por uma conjunção de fatores econômicos, tecnológicos, biológicos e químicos. Dentre as tecnológicas associadas, se destacam: semeadura direta, sementes geneticamente modificadas (OGM e outros), mecanização, irrigação, pesticidas (herbicidas, inseticidas e fungicidas) e, mais recentemente, a utilização de *softwares* de precisão (agricultura 4.0 e 5.0).

Assim, para fornecer uma amostra representativa das tendências de produtividade das culturas, focamos a discussão em quatro culturas (soja, milho, aveia e trigo), as quais são importantes no contexto deste estudo, como resultado do aumento da área de cultivo e do rendimento das safras.

Nesse contexto, evidencia-se que, em um curto período de 25 anos, as transformações do rural¹⁷ foram sendo condicionadas e retroalimentadas pela noção produtivista do paradigma

¹⁷Segundo os dados censitários, mais da metade da frota agrícola está concentrada em estabelecimentos com mais de 100 hectares: 63% de tratores; 59% de semeadoras; 57% dos pulverizadores; e, 73% das automotrizes. Houve

do sistema alimentar convencional. Os dados que seguem na esfera produtiva (expansão da lavoura temporária em 177% da área – hectares) refletem o modo de transformação que exige-se nas outras diversas esferas, ou seja, nas operações da cadeia produtiva que compõem a atividade agropecuária que estão intimamente conectadas (WESZ JR, 2016). Desse modo, tal fato foi possível frente à subutilização das áreas pastorais decorrente da forma extensiva de exploração que detinham mais da metade da superfície do município, cerca de 52,9%, cedendo sua área para a produção agrícola moderna.

Ademais, a intensificação da agricultura (lavoura temporária) corresponde atualmente à 71% da agricultura tupanciretanense feita nesta modalidade. A expansão da fronteira agrícola pelo avanço nas áreas pastagens naturais e plantadas foi absorvida pela concentração da produção em uma única safra, a soja. Até o início de 1995, esta safra compartilhou o espaço produtivo com outras alternativas, sejam elas agrícolas ou pecuárias. Todavia, o que é recente é o seu predomínio no espaço produtivo tupanciretanense e, conseqüentemente, na oferta, decorrendo daí o título atribuído ao município – capital da soja (MOREIRA & MEDEIROS, 2017). Isto é, a soja passa a ter *status* de monocultura nesse cenário de predominância, enquanto outras alternativas econômicas tentam se inserir em um contramovimento. Este fenômeno, por sua vez, foi chamado, por Balem e Alves (2020), de sojificação da sociedade¹⁸.

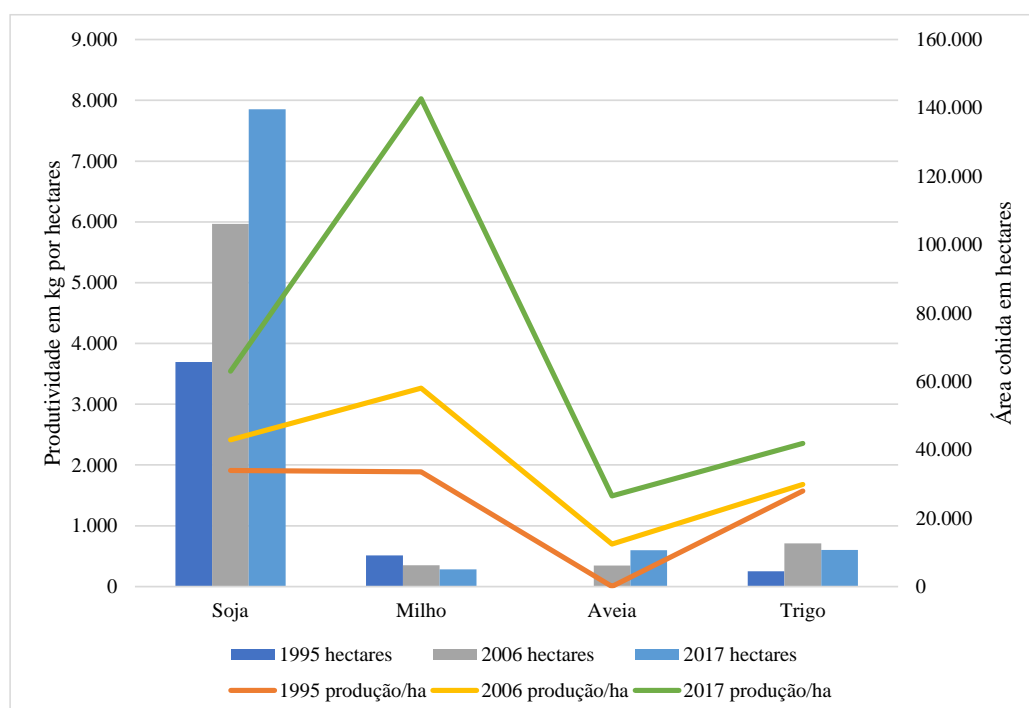
Em termos gerais, houve um crescimento produtivo devido ao aumento da área plantada e da produtividade (Gráfico 3) e, conseqüentemente, da produção total. No Gráfico 3 destaca-se a evolução da área e a produtividade de lavouras temporárias, mais especificamente dos principais cereais produzidos no município nos anos de 1995, 2006 e 2017. Vale ressaltar, ainda, a oleaginosa (soja), que passou a possuir uma área colhida de 65 mil hectares, em 1995, para mais de 139 mil hectares em 2017. Assim, como sua produtividade de 1995 era de 1.907 kg (31 sacos) por hectare e passou para 3.540 kg (59 sacos) por hectare em 2017, dentre as principais culturas de grãos a soja representa 80% da área colhida no município. Destaca-se também o milho que, apesar de sua redução da área colhida em mais de 4 mil hectares, teve sua produtividade quadruplicada em relação a 1995, passando de 1.880 kg (31 sacos) por hectare para mais de 8.025 kg (133 sacos) por hectare em 2017. Ressalta-se que isso decorre do uso de tecnologia, como irrigação e híbridos com alto teto produtivo, somando-se também ao cultivo

um crescimento de 66% da área irrigada em lavouras temporárias, no qual o principal método utilizado é a irrigação por aspersão em pivô central (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006 e 2017).

¹⁸A definição decorre do domínio técnico, econômico, de infraestrutura de apoio à produção insumos, assistência técnica, serviços, máquinas, crédito agrícola e de mercados estabelecidos voltados basicamente para a soja (BALEM & ALVES, 2020).

de inverno, como trigo e aveia branca que, respectivamente, tiveram um aumento da área colhida em 73% e 140% em relação a 1995 e 2017 (CENSO AGROPECUÁRIO 1995, 2006 e 2017).

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE - KG/HECTARES (LINHA) E ÁREA PLANTADA PLANTADAS - HECTARES (COLUNA) DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS DO MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ-RS



Fonte: Censo Agropecuário (1995, 2006 e 2017).

Com isso, o cultivo da soja no município (área colhida) atingiu 139 mil hectares, de acordo com o Censo Agropecuário (2017), tendo um crescimento de 112% da área em 22 anos. E sua produtividade teve um aumento de mais de 85% em kg por hectare de grãos. Logo, as mudanças realizadas implicam em expansão da área de lavouras com a leguminosa acelerando os índices de concentração econômica e produtiva, por meio de um aumento da área colhida ao cultivo do grão explicado por 67% das superfícies em fazendas de mais de 1.000 hectares – série histórica de 1995 a 2017 (CENSO AGROPECUÁRIO 1995, 2006 e 2017).

Ademais, dentre os elementos que favorecem essa expansão, está a disponibilidade de recursos naturais e infraestrutura, em particular as condições geomórficas e climáticas, a oferta de serviços de assistência para o manejo, as instalações ferroviárias e acesso à rodovias, assim

como o armazenamento, o retorno econômico pela margem bruta positiva e a disponibilidade de variedades adaptadas à realidade. Também se observa a pesquisa empírica que explora os contingentes que envolvem toda a cadeia produtiva, propondo mecanismos eficientes de usos, entre outros fatores que favorecem os herdeiros das estâncias do final do século XVIII, onde a principal atividade dessas grandes unidades era a pecuária extensiva vinculada ao mercado doméstico brasileiro, visto que as *commodities* têm preferência na sua tomada de decisão (MOREIRA & MEDEIROS, 2017).

3.3 A CAPITAL DA SOJA

3.3.1 A SOJA

Este subtópico objetiva explicar os mecanismos que as cadeias de valor utilizam para se desenvolverem no território. Para este fim, é preciso entender a dinâmica agroalimentar territorial em um contexto global.

Nesse sentido, é importante destacar que desde a década de 1990 assistimos, em um contexto global, uma industrialização acelerada do setor agroalimentar, tanto no processo de produção (mecanização, intensificação) quanto no processamento (complexos agroindustriais). A lógica da integração de mercado pautada pela abertura do comércio promoveu, desse modo, uma diversificação dos produtos colocados no mercado, assim como a globalização da economia, dando origem a uma competição industrial com base em uma maximização das receitas e minimização dos custos de disponibilização dos produtos para o consumidor, com tempos de resposta reduzidos (ESCHER & WILKINSON, 2019; LANÇON, TEMPLE & BIÉNABE, 2017).

Diante disso, utiliza-se o conceito de cadeia de valor, definido por Lançon, Temple e Biénabe (2017), que se caracteriza pela subdivisão da produção em subsistemas da produção, processamento, distribuição, mas com peso maior no papel do “condutor”, isto é, na cadeia que tem a capacidade de, na forma de tecnologia e capital, estabelecer uma governança neste processo, ou seja, nas relações de poder conformadas e modos de coordenação. Diferenciando-se em relação ao produto e à capacidade de governança a montante ou a jusante como, por exemplo, a distribuição insumo-produto, a concentração das atividades espacialmente, as políticas e os condicionantes culturais. Os autores esclarecem, ainda, que as razões pelas quais a cadeia de abastecimento se consolida compreendem a construção de mercados que permitem a formulação de estratégias de integração consistentes com uma economia de mercado. Logo,

A globalização realmente ganhou força desde os anos 2000; corresponde a um processo de disseminação do padrão do consumo alimentar em todo o mundo (cereais processados, frango, gorduras vegetais, produtos lácteos chocolate) e do domínio de marcas de renome internacional, seja pelo fornecimento de insumos a montante (sementes) ou a distribuição a jusante de produtos acabados produtos (marcas, pratos prontos, redes de restaurantes fast food) (LANÇON, TEMPLE & BIÉNABE, 2017, p. 45).

A institucionalização de cadeias de valor como ferramenta de desenvolvimento configura-se, portanto, na articulação em nível macroeconômico, na forma de investimentos e comércio internacional. O processo de cooperação internacional transcende as fronteiras nacionais, setoriais e tecnológicas que se cruzam com regimes de produção agrícola e distribuição de alimentos e estão conectados à narrativas de políticas transformadoras supranacionais ou mesmo globais, fluxos de tecnologias e capital. Além disso, o escopo, em que as missões são definidas, são altamente globalizados, uma vez que consideram atores de diferentes países. Por sua vez, essa estrutura se construiu em torno do preço, padronização e velocidade (MCMICHAEL, 2009; LANÇON, TEMPLE & BIÉNABE, 2017; ROSSI, BUI & MARSDEN, 2019).

Os sistemas agrícolas são, dessa maneira, um reflexo de um sistema caracterizado por corporações transnacionais, monoculturas e supermercados. De acordo com Oliveira e Schneider (2015), as empresas transnacionais dominantes no processamento e comércio internacional de soja, as quatro maiores empresas, coletivamente conhecidas como ABCDs¹⁹, são fruto da:

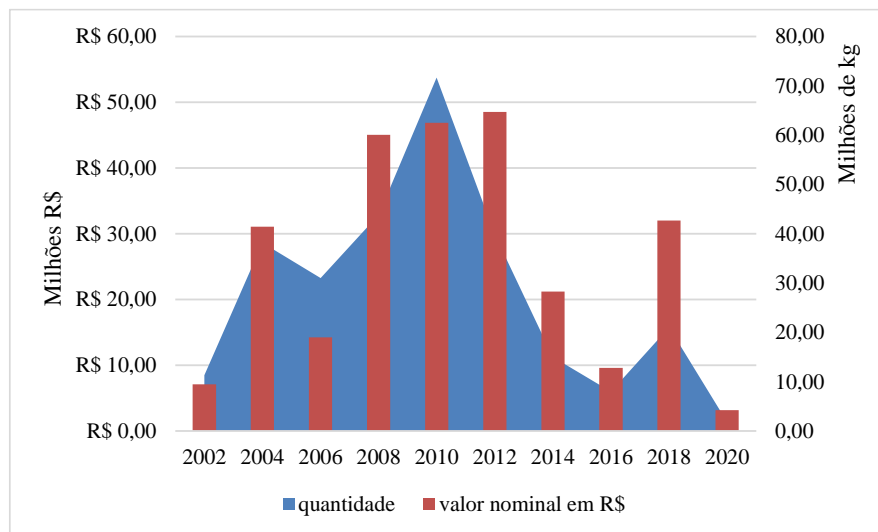
estratégia de 'verticalização' [que] forma a base de poder dessas empresas, com implicações na política de flexibilização da soja e outras commodities agroindustriais: permite aumentar o controle sobre a cadeia produtiva da soja e seus mecanismos de fixação de preços, aumentar as margens de lucro, reduzir custos de produção e transação, minimizar riscos, fazer hedge e especulação no mercado futuro com informações privilegiadas e, o mais importante para a presente discussão, gerar complementaridades e sinergias entre os diferentes setores do complexo de produção e processamento da soja (OLIVEIRA & SCHNEIDER, 2015, p. 175).

Nesse contexto de homogeneidade, no cenário local há uma clara liderança da soja, embora nos últimos anos aumentou-se a área de todas as lavouras temporárias, principalmente do trigo, que permite uma complementação com este último através de cultivo duplo anual. Assim, a combinação tradicional ou rotação de cultura é passada de agricultura com pastagens para a realização de sistemas de agricultura contínua e também para a combinação trigo-soja ou aveia branca-soja. No padrão das safras, aumenta-se o peso da produção do ciclo verão e,

¹⁹ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus (OLIVEIRA & SCHNEIDER, 2015).

dentro disso, os grãos oleaginosos (soja) predominam sobre a forragem (milho e aveia), com maior peso relativo de atividades voltadas para o mercado externo, como mostra o Gráfico 4 (MOREIRA & MEDEIROS, 2017).

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE E VALOR NOMINAL DAS EXPORTAÇÕES DE SOJA NO MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ-RS, POR ANO



*Valores monetários transformados de Dólar dos Estados Unidos/USD para Real/BRL, de acordo com o boletim do BACEN ao final de cada ano²⁰.

*Valores reais deflacionados pelo IGP-DI²¹.

Fonte: CONAB (2021).

Os produtos de exportação permaneceram concentrados em um setor chave, a *commodity* soja, que corresponde à 100% do total das exportações nos últimos 6 anos (2014 - 2020). De 2001 a 2020, as exportações de soja aumentaram de R\$ 0,60 por kg para mais de R\$ 1,75 por kg exportado do grão. O aumento dos rendimentos da *commodity* (3,54 Ton/hect) e da área de cultivo (112% da superfície plantada) reflete, desse modo, o maior acesso à tecnologia, melhorias de cultivo, etc. E isso, por sua vez, é impulsionado pelo comércio de soja entre China e Brasil, onde no município teve o auge nos anos 2010.

Ainda, após esse maior pico das exportações (quantidade e valor) impulsionado pela maior valorização da moeda brasileira frente ao dólar americano que ocorreu nas últimas

²⁰Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>>.

²¹Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>.

décadas, em 2010 a melhor taxa de câmbio para a moeda brasileira certamente foi um fator que favoreceu as exportações da *commodity* – visto que a taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano atingiu picos históricos de até 1,66 reais por dólar. Conseqüentemente, os preços competitivos no mercado externo, decorrentes do valor da moeda (desvalorização do real frente ao dólar americano) levaram à diminuição do fluxo de exportações de soja nos anos subsequentes, sem levar em consideração as implicações multissetoriais mais amplas.

Ademais, a expansão e intensificação das terras agrícolas durante as últimas duas décadas levou o Brasil a ser um dos maiores exportadores mundiais de soja, sendo o país que divide com os EUA as maiores produções. Esse cenário consolida, portanto, a cultura da soja nos mercados internacionais. Por sua vez, aplicada essas taxas aos rendimentos das colheitas, nota-se que a obtenção de lucros, com a volatilidade dos preços e da moeda, tem levado logicamente a um domínio crescente dos mercados de capitais sobre o valor “tradicional” da produção agrícola (LANÇON, TEMPLE & BIÉNABE, 2017). Como Oliveira (2015) evidencia, a interseção entre a produção agrícola e as taxas de câmbio:

considerando a soja brasileira, por exemplo, é bastante claro para quem trabalha ou observa o setor que a taxa de câmbio entre o dólar e o real é de extrema importância: afinal, grande parte dos custos de produção da soja no Brasil são em insumos denominados em dólares, como sementes importadas, pesticidas e fertilizantes, enquanto os preços nos mercados internacionais, aos quais se destina metade da produção brasileira de soja, são fixados em dólares norte-americanos na CBOT (Bolsa de Comércio de Chicago) (OLIVEIRA, 2015, p. 174).

Nesse contexto, heterogêneos e geograficamente dispersos, atores e espaços estão conectados, e a dinâmica das relações entre empresas e formas de governança são modificadas. Assim, pautados pelo engajamento de diversos atores marcando presença no setor agrícola, assumindo na maioria dos casos um papel geopolítico, os agentes operam no contexto nacional, com um portfólio de investimentos diversificados ao longo de toda a cadeia produtiva da soja (WESZ JR, 2016). No contexto local, a ascensão desses modelos é vislumbrada na operação de empresas cujas estruturas organizacionais foram modificadas com a abertura do capital. Essas assimetrias, por outro lado, transformam as formas de organizações produtivas e suas interações, que tendem a ser estruturadas e integradas à arquitetura deste modelo²².

Como mostrado pelos dois casos de estudos, por Vennet, Schneider e Dessen (2016), em sua pesquisa sobre os estilos de cultivos de soja por agricultores no Rio Grande do Sul (RS) e no Paraná (PR), os autores identificam que os sistemas de produção da monocultura na soja

²²Um exemplo recorrente é o engajamento direto com os produtores por meio de contratos, nos quais os preços dos produtos (safra de soja) são especificados com meses de antecedência, na região em causa.

eram altamente assimétricos se tratando de escalas de produção, entretanto, 30% da produção do RS era realizada por agricultores de pequena escala, em que as grandes escalas de produção utilizam tecnologias de ponta, o que significa tratores modernos e equipamentos de plantio e colheita comprada a crédito (em sua maioria público), os quais possuem maior rentabilidade decorrente da disposição de recursos. Esses fatores, desse modo, condicionam a redução do custo devido ao aumento de escala proporcionado pela concentração das áreas agrícolas e dos custos de mão de obra baratos. Proporcionando, assim, combinar o escalonamento da produção decorrente da produtividade – a eficiência dos recursos e a intensificação de novas tecnologias. Essa tendência é observada em outros escopos, mas não exige tais práticas agrícolas.

Diante disso, os níveis de integração e concentração vertical do sistema da *commodity* entre atores que circulam, desde o fornecimento de insumos até o consumo do produto, seja por humanos ou não, são apoiados por conclusões de outros estudos, o que a coloca como uma das mais importantes cadeias de valor global do sistema agroalimentar (VENNET, SCHNEIDER & DESSEIN, 2016). Nesse caso, abre-se preceito para o peso de determinados atores que transacionam nesse mercado. O trabalho de Wesz Jr (2016), por exemplo, apresenta mudanças estruturais nesse sentido, visto que o poder econômico e político é dominado historicamente pelo quadro ABCDs (ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus), que compram e vendem grãos e outras *commodities*, e penetram em atividades secundárias da cadeia produtivas com negócios que financiam (por meio de diferentes veículos e estratégias de investimento) a produção, o processamento, o transporte e a distribuição. Destaca-se, ainda, o papel de fundos asiáticos atuando nos ramos de agricultura, alimentação e mercado de terras. Por fim, os autores também apontam para uma reestruturação do setor decorrente da institucionalização da liberalização dos mercados nacionais, atrativos para o engajamento de novos atores.

A soja é, portanto, uma *commodity* historicamente importante para o município e para o Brasil. Além disso, por 40 anos, essa *commodity* foi fortemente promovida pelo governo, sendo considerada a principal atividade agrícola do país, tanto sua incidência territorial que se estende por todas as regiões do país quanto pela sua importância econômico-comercial através da taxa de câmbio, decorrente do comportamento de preços (PIRAS, WESZ JR & GHIONOI, 2021; VENNET, SCHNEIDER & DESSEIN, 2016).

Dessa maneira, é por meio de pressões no nível da paisagem que se originam novas estratégias. Elas podem estar associadas à parcerias comerciais globais, por atores dominantes que desenvolvem relações assimétricas entre os atores, empresas de capital aberto, *joint ventures*, atuando em atividades da cadeia de valor e, conseqüentemente, ao corporalizarem o setor estão, assim, levando ao domínio de alguns grandes (internacionais) grupos de negócios,

como fundos de investimento, instrumentos de *hedge*, derivativos cambiais, mercados futuros, etc. Isto é, através de operações com instrumentos financeiros, o esquema de participação acionária está reestruturando as formas de produção e governança produtivas originárias de outros setores, de diferentes geografias e usando diferentes lógicas de negócio (LANÇON, TEMPLE & BIÉNABE, 2017; ESCHER & WILKINSON, 2019; SAUER & LEITE, 2012; OLIVEIRA & SCHNEIDER, 2015).

As novas regras do jogo impactaram, portanto, o setor agrícola de diversas formas, e mais recentemente pela expansão da fronteira agrícola, principalmente pela cultura da soja, diretamente afetada pelas implicações dos acordos de terra comercial (trans)nacionais contemporâneos entre o norte e sul global, o que resulta cada vez mais em oportunidades de acumulação de capital, incluindo novas configurações da utilização da terra para gerar lucro (SAUER & LEITE, 2012; REYDON & FERNANDES, 2017).

3.3.2 O ASSENTADO

Nesta subseção será fornecida uma visão geral da situação da agricultura familiar do município, que está dentro do vislumbre de uma proposição territorial embutida na dinâmica de RAAs, por meio dos circuitos curtos de comercialização, cujas características e implicações na reformulação do sistema alimentar serão descritas na próxima seção.

Nesse contexto, no município entrelaçado com outras razões históricas, uma porção da agricultura está ligada à economia agroalimentar global, em que estabelecimentos agropecuários altamente industrializados e mecanizados coexistem com um tecido dinâmico de pequenos estabelecimentos familiares produzindo alimentos. Essa realidade subjacente é marcada também pela trajetória agrícola brasileira, visto que o Brasil é caracterizado por uma marcada dualidade da agricultura corporativa (agronegócio) e da agricultura familiar. O Censo agropecuário desenvolvido em 2006, por exemplo, afirmou que a maior parte dos alimentos domésticos consumidos no país são produzidos por agricultores familiares. Além disso, como argumentaram Aquino, Gazolla e Schneider (2018), no Brasil existem mais de 4 milhões de famílias de agricultores de pequena escala, e eles representam 84% de todo o número de estabelecimentos agropecuários, enquanto usam menos de 24% das terras cultiváveis para produzirem alimentos.

Estes distintos modelos estão associados, dessa maneira, a mundos sociais e de representações feitas por organizações sociais e políticas públicas, desde o aparato estatal dividido em projeto de soberania alimentar e uma visão de segurança alimentar global. As

assimetrias se estendem, ainda, ao campo produtivo, em que uma é pautada pela intensificação produtiva marcada por sucessivos avanços em biotecnologias acompanhados pela maximização do rendimento por meio da produção em grande escala estabelecida e orientada por uma relação unilateral com o mercado global (SENCÉBÉ, PINTON & CAZELLA, 2020). Do ponto de vista dos alimentos, o modelo refere-se à mercantilização e à industrialização, que se traduz em um padrão regulatório e normatizado de atores comprometidos com os produtos industrializados e ultraprocessados e com a consolidação e concentração de atividades comerciais relacionadas aos alimentos (DAROLT & ROVER, 2021).

Os efeitos dessas transformações com base na produção de monoculturas têm contribuído, desse modo, para o desequilíbrio proeminente da pequena produção pela grande, tanto no mercado quanto na agricultura, os quais garantem o direcionamento e a liderança ao setor corporativo restrito de grandes atores locais. Ademais, esse modelo tem mostrado uma marcada incapacidade para satisfazer os requisitos do tripé de sustentabilidade, gerando sérias externalidades ambientais, sociais e econômicas que têm causado impacto sobre a vida humana, social e ecossistêmica (BRUNORI, ROSSI & GUIDI, 2012; NIEDERLE & WESZ JR, 2018; MEDAETS, FORNAZIER & THOMÉ, 2020).

No entanto, no outro espectro agrícola do território – pilotados por atores menos visíveis, menos divulgados, apenas emergentes, que estão organizados principalmente em escala territorial, por meio de associação, que se opõem à governança global do regime alimentar corporativo –, um cenário composto por um mosaico de pequenas propriedades com alguns hectares – praticando uma produção diversificada baseada em um conjunto de práticas para cobrir as necessidades da família ligadas à esfera econômica, voltada para atender às necessidades da população local e das cidades vizinhas –, privilegiam os circuitos curtos de comercialização (feiras do produtor, entrega à domicílio, lojas de produtores – casas coloniais, venda direta na propriedade, venda institucional para alimentação escolar, entre outras formas de venda direta) em detrimento à alimentação padronizada da agricultura industrial caracterizada por Ploeg (2008) como “impérios alimentares”. Nesse contexto, Moreira e Medeiros (2017, p. 126) compreendem o local como:

a ocupação de terras antes ociosas ou subutilizadas, através dos assentamentos rurais pelo caminho da desapropriação dos antigos latifúndios, possibilitou a introdução e o desenvolvimento da agricultura familiar no município via campesinato e a consequente diversificação da produção agrícola construída a partir dos saberes dos integrantes.

No nível local, as diretrizes da pequena escala incluem a produção de vegetais, como abóboras, mandiocas, frutas cítricas, etc., a bovinocultura leiteira, a criação de animais, o cultivo de grãos, como milho, soja, trigo e feijão, além de agroindústrias familiares (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017). Em suma, dentro de um quadro de orientação para a maximização de sua autonomia, a produção agrícola de pequena escala segue direções de diversificação de produção. Assim, implementando um conjunto de atividades que interagem com o meio urbano, os agricultores familiares, por meio da venda direta, buscam uma autonomia mesmo que relativa, ou seja, a produção de alimentos para comercializar fora do domínio das cadeias de valor globais, por meio de redes horizontais que estabelecem com os consumidores. Reforçando assim o tecido econômico local e fortalecendo as ligações urbano-rurais que moldam os processos de desenvolvimento rural em relação ao mercado global e suas lógicas, como afirma Ploeg (2008).

Por meio da capacidade renovada da aplicação de políticas públicas de proteção, como o programa de compras institucionais de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, PNAE, são os mecanismos organizacionais que diretamente subsidiam a agricultura familiar, de modo que as iniciativas públicas favoráveis aos curtos circuitos locais criam um ambiente cultural e econômico sobre o qual se enraízam novos arranjos de produção e consumo e, conseqüentemente a revalorização do local e a produção de pequena escala (MARQUES & LE MOAL, 2014). Nesse viés, a Tabela 2 apresenta as compras institucionais dos alimentos da agricultura familiar realizadas pelo município nos últimos cinco anos:

TABELA 1 - COMPRAS PÚBLICAS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ-RS ATRAVÉS DO PNAE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (VALORES EM REAIS)

		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Tupanciretã-RS	Cereais	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	8.403,36
	Panificado	19.624,66	19.696,50	0,00	19.991,10	17.899,12	39.990,72
	Frutas	6.433,05	7.755,00	0,00	9.644,64	7.244,16	7.237,30
	Leite e derivados	19.998,24	0,00	0,00	0,00	0,00	17.062,80
	Hortaliça e legume	21.216,04	25.429,60	16.304,74	22.453,82	13.111,56	20.410,53
	Carne	0,00	0,00	0,00	19.968,48	19.991,40	0,00
Ivorá	Cereais	0,00	0,00	11.566,80	14.518,80	0,00	0,00
	Hortaliça e legume	0,00	0,00	0,00	3.906,00	0,00	0,00
Júlio de Castilhos	Cereais	2.905,79	3.206,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Maria	Cereais	0,00	0,00	0,00	0,00	33.466,48	0,00
	Hortaliça e legume	0,00	0,00	0,00	0,00	16.519,19	0,00
Jóia	Leite e derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	16.984,50	0,00

Fonte: Portal Transparência Tupanciretã-RS (2021).

Percebe-se que a agricultura de diversificação não é homogênea, ela é caracterizada principalmente por seus pontos de venda locais, e suas produções são sazonais, com períodos de colheita muito variáveis, dependendo dos sistemas e do cultivo. Nesse sentido, a Tabela 2 representa os gêneros alimentícios oriundos deste estilo de agricultura que participou das compras institucionais por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Programa esse destinado à aquisição de alimentos desta categoria social para abastecer pelo menos 30% das instituições educacionais dos municípios. Essa janela de ação institucional, desse modo, desencadeou uma nova trajetória para esse estilo de agricultura, contribuindo para a “valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por

exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição etc” (GRISA & SCNHEIDER, 2014, p. 139).

Seguindo essa perspectiva, o modo de produção familiar, que envolve a luta pela autonomia, a intensificação do trabalho e a construção de uma base de recursos própria, englobando tanto as dimensões materiais como simbólicas, constrói capacidades de resiliência frente à agricultura industrial, de produção de larga escala, da dependência de insumos e tecnologia e da globalização das tomadas de decisão. A capacidade de resiliência consiste em sistemas produtivos diversificados e das relações estabelecidas entre produção, atores e territórios, ou seja, a dimensão local da atividade agrícola (PLOEG, 2008). Assim sendo, os dois setores de produção extensiva do município, seja de gado bovino ou da produção agrícola de grão, distinguem-se claramente da agricultura de diversificação (Tabela 1) e da visão de segurança alimentar global.

Sobre isso, Ploeg (2008) enfatiza duas organizações contrastantes: os impérios alimentares – exportação *versus* campesinato. Segundo o autor, o território descrito por suas características naturais em conexão com suas gentes, suas histórias, suas práticas, inclusive as agrícolas, se materializam, determinam e reafirmam as formas como se desdobram as identidades territoriais. Os impérios e as anomalias constituem, assim, o território. Logo, os dois polos, o da pequena produção e o do agronegócio, se diferenciam pela manipulação da natureza, ou seja, da agricultura que gera o alimento. O significado de autoprodução está ligado ao uso dos recursos endógenos e este retorno à natureza é intrínseco à reterritorialização/recampesinação. Dessa maneira, “mesmo com relutância da sociedade local, os movimentos sociais de luta pela terra, através de sua ação, ocuparam latifúndios e se reterritorializaram em Tupanciretã-RS” (MOREIRA & MEDEIROS, 2017. p. 143).

Ademais, restabelecer a conexão entre as pessoas e os alimentos, assim como defender a produção de alimento local, se manifesta, sobretudo, do ponto de vista do menor grau de dependência do mercado, especialmente dos insumos externos e das relações comerciais. Os quais, implementados simultaneamente, a fim de fortalecer seu modo de vida e de produção que não correspondem mais aos paradigmas da modernização, industrialização e globalização, são circunstâncias a seguir para propor a transição para um sistema alimentar mais justo e sustentável. Isto é, o projeto compartilhado alimenta-se – e reforça – mutuamente os resultados uns dos outros.

Nesse sentido, tais reflexões permitiram mostrar que a produção agropecuária ligada à cadeias globais de valor, consolidada na estrutura histórica da produção bovina e atualmente em torno da produção de *commodity* agrícolas, está estruturada na formação da sociedade, e a

produção de pequena escala foi e continua sendo a chave no dinamismo do território de Tupanciretã-RS. Com isso, os modelos de desenvolvimento promovidos pelo território, determinados pelo conjunto de *links* que os unem, exemplificam ainda mais as escalas de relacionamento, que circundam direta ou indiretamente ligados à alimentação. Neste viés, os elementos ligados à produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos, se concentram em cadeias de valor globais e circuitos curtos de comercialização.

Assim, no contexto social e econômico, o território de Tupanciretã-RS se consolidou em torno da produção em grande escala, o que permitiu que este município fortemente se identificasse como um importante produtor de grãos. Inicialmente, o território foi organizado em torno da fazenda de gado, onde a carne bovina foi o símbolo nesta construção da identidade territorial. E, a partir da modernização agrícola e ascensão da globalização que representou as rupturas mais graves do domínio econômico exercido pelas grandes propriedades, sendo significativas no território – em termos do uso da superfície agrícola –, deu-se lugar a uma transição de um município dominado pela produção de gado para a produção de monoculturas. Por outro lado, o horizonte de ação da agricultura familiar foi identificado, ao longo da trajetória do município, pelo explosivo número de estabelecimentos familiares com uma participação e envolvimento territorial na forma de relacionamentos com os demais sujeitos da comunidade, por meio dos circuitos curtos de comercialização de produtos agroindustrializados na unidade familiar, o que responde às necessidades econômicas (vendendo o excedente de produto de produção própria), mas também à identidade (a necessidade de encontrar contatos, uma rede de apoio semelhante).

O município, desse modo, concretizado no arquipélago dos circuitos curtos de abastecimento e redes de alimentos alternativas, que sempre estiveram associadas à agricultura familiar nos últimos anos, abriu novas discussões em torno das identidades territoriais e está tentando assumir o papel mais vibrante como provedor de alimentos em nível local, embora até o momento com poucos efeitos visíveis no terreno. Ainda, canalizando as energias para aumentar a base de apoio social para a agricultura familiar e fomentando o senso de pertencimento, a comunidade que adquire os alimentos produzidos pela pequena escala local, ao mesmo tempo que explora formas de conectar os alimentos com o território, desenvolve tais práticas. Portanto, a produção familiar, seja ela na criação de animais, hortaliças, frutas, cereais ou no processamento na propriedade e venda nos mercados locais, é uma alternativa e possibilidade econômica para a agricultura familiar ressignificar sua presença territorial.

4 AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES COMO FORMA DE CONSTRUIR REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS EM TUPANCIRETÃ

Esta seção culminou com a realização da pesquisa empírica. O escopo compreende que os agricultores familiares estão buscando soluções para garantir a reprodução de seus meios de subsistência em um contexto local caracterizado pela incerteza e dependência. Assim, nesse meio, a agroindústria familiar, com o processamento dos alimentos, tornou-se uma via cujas chances de resistir às condições adversas que têm de enfrentar no ambiente local (global) explora as possibilidades oferecidas pelas combinações alternativas de produção e comercialização.

Para tanto, a primeira parte desta análise refere-se às condições de entrada nas agroindústrias familiares, que podem ser tanto internas quanto externas. Esse quadro é apresentado a partir das características que salvagam a satisfação de suas necessidades, que vão além do cunho econômico. As estratégias são postas em práticas pelo potencial de autonomia, que é cada vez mais restrito no sistema convencional de produção e comercialização que os agricultores estão inseridos. Esta saída viável para a produção agrícola familiar é, desse modo, operada de maneiras distintas, sendo baseada na compreensão das transformações que ocorrem em torno do alimento. Com isso, o foco está na produção de alimentos de qualidade e valor agregado, estabelecendo uma mediação e um relacionamento direto com os consumidores, por meio dos circuitos curtos de comercialização.

Como estratégia de amostragem, atores que estabelecem relações em nível local foram selecionados, o que se apresenta como um caminho mais formal na entrada de novas forças no sistema agrícola e alimentar local. E, com base em seu envolvimento em formas de comercialização que estão ligadas ao uso de canais de venda direta e vendas institucionais, a reconstrução dessa relação com o território é adotada por pequenos produtores, cujo aporte econômico, por meio de ganhos decorrentes dos produtos diferenciados, permite traçar caminhos alternativos de mercado que não dependem mais exclusivamente do sistema agroalimentar convencional para a existência e reprodução da unidade familiar, como veremos a seguir (PLOEG, 2008; DAROLT & ROVER, 2021).

4.1 O PERFIL DAS FAMÍLIAS

Primeiramente, cabe ressaltar que existem dois elementos que os agricultores que entrevistei compartilham: as agroindústrias familiares, que operam em escala de área menor do que a média de seu município (174 hectares); e o processamento de alimentos que, de alguma forma, surgiu como uma alternativa de renda para as famílias que passaram por momentos de limitações dentro do sistema convencional, entendido também como uma possibilidade de reter renda com a agroindústria.

Em relação às famílias, a primeira, família Atriz 1²³, trabalha na agricultura, produzindo em 13 hectares de área própria e arrendando outra área da família, uma produção agrícola de lavouras temporárias, como soja e milho, além da agroindústria de processamento de aves. O núcleo familiar é composto pelo casal e por seus dois filhos, um deles (um jovem de 17 anos) aspira suceder na propriedade, em que a mulher proveniente de estilos de vida não relacionados com a agricultura montou uma produção avícola de frango colonial que funciona há 10 anos. Eles dividem as atribuições da propriedade de forma que a mulher assume o papel de líder da agroindústria, enquanto o homem assume a liderança da lavoura. Entretanto, no dia de abate (uma vez na semana), eles se unem, com a colaboração de mais quatro pessoas do processamento da agroindústria de frango colonial, visto que, para a manipulação do alimento, de acordo com as exigências legais e sanitárias, a família não possui mão de obra suficiente.

O contexto da segunda família, Atriz 2, foge ao escopo do trabalho familiar em torno da agroindústria. Essa família reside em uma propriedade em que a área agrícola, em torno de 33 hectares, fica ao entorno da comunidade (22 hectares são arrendados). Na agroindústria, a família Atriz 2 se divide em todas as operações, contando com a colaboração de uma vizinha em alguns processos dos panificados, tendo em vista que o filho buscou dedicar-se aos estudos escolares e o marido não atua diretamente no núcleo familiar, considerando a agroindústria.

Em contrapartida, o processamento de carnes bovinas e suínas, na fabricação de embutidos e derivados de carne, foi a janela em que a família de agricultores familiares de um assentamento próximo à sede do município (Atriz 3) identificou para se juntar às demais agroindústrias familiares do município. Em uma superfície com pouco mais de vinte hectares, o casal e seus três filhos (de 2, 8 e 12 anos) deixaram a experiência com bovinocultura de leite para focarem o núcleo familiar nas operações da agroindústria. Assim, dividindo-se no processamento e na gestão de um serviço de restaurante na cidade, onde os produtos produzidos

²³Optou-se por utilizar essa forma de citação dos interlocutores, denominação Ator para homens e Atriz para mulheres, para assim preservar a identidade dos sujeitos.

na agroindústria são servidos, o serviço oferecido à comunidade há dois anos é ajustado pelos agricultores, em conformidade com a demanda de produção e na adequação à vida urbana (horários comerciais), tendo em vista que os dois operam a atividade sozinhos.

Ainda, tem-se a atividade praticada pelo Ator 4, a mais antiga entre meus entrevistados. O aposentado, residente em uma comunidade da reforma agrária, iniciou, na virada do ano 2000, em seu lote de 22 hectares, a produção de cana-de-açúcar para destilados. Ao longo do tempo, o agricultor viúvo aperfeiçoou as condições produtivas atraídas pelos clientes, permitindo aumentar o rol de produtos, incluindo a rapadura e o melado.

Já o Ator 5 e a sua família há dois anos iniciaram a agroindústria familiar de polpa de frutas e tubérculo, depois de trabalharem com a monocultura da soja. Hoje, em uma área de 4 hectares, o agricultor e a sua esposa contam com a colaboração da mão de obra não familiar no período da colheita. A partir de uma reinterpretação da produção agrícola, a contadora e o engenheiro agrônomo e seus dois filhos promoveram uma transformação significativa de suas unidades agrícolas, implementando uma nova abordagem por meio da agroindústria familiar, para assim construir outras formas de produção e abastecimento de alimentos e, conseqüentemente, sua sustentabilidade econômica.

4.2 A AGROINDÚSTRIA COMO UMA ESCOLHA

Em uma iniciativa de expandir o valor agregado dos produtos, evitando a apropriação de tal valor pelos agentes da cadeia produtiva convencional, a produção artesanal diferenciada pelo emprego de técnicas peculiares utilizadas pela família na produção primária – seja de origem animal ou vegetal, em alimentos finais – é uma estratégia implementada pelos agricultores familiares. Isto é, ao adotar este processo de agroindustrialização, na inclusão de uma produção artesanal e tradicional, configura-se uma alternativa de inserção no mercado, a qual permite que o pequeno estabelecimento agroindustrial rural aborde a produção em um segmento de nicho de mercado. Estas são, desse modo, inovações que orientam as unidades a encontrarem novos espaços de consolidação (GUIMARÃES, 2011; SCHNEIDER et al., 2018).

Tal representação de agroindústria familiar rural, reconhece relações complexas entre diferentes componentes, abrangendo empreendimento diversos. Guimarães e Silveira (2008) concordam que, embora tenha trazido uma série de benefícios a agricultura familiar sustentada pela agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, a concepção e implantação dos atuais arranjos das agroindústria familiar rurais é responsável por uma variação, referentes à

localização do empreendimento, ao processo de produção, ao tipo de produto e à escala de produção. Essas problemáticas, por sua vez, instaurou um elemento que assume posição central para caracterizar uma atividade de processamento de alimentos, bem como sua capacidade de entregar um produto a partir do processo de revalorização do rural, associado ao natural e artesanal. Uma abordagem holística e dinâmica das formas de conservação e armazenagem, práticas alimentares tradicionais em zonas de imigração europeia e agregação de valor aos produtos in natura que está associada ao equilíbrio entre estes elemento preconizada pela agricultura familiar (GUIMARÃES & SILVEIRA, 2008).

Diante disso, a representação da vida agrícola apresentada pelos entrevistados fornece uma imagem de uma vida que gira em torno da produção de alimentos, que é determinada por escolhas individuais e motivada pelo desejo de viver um certo tipo de vida que repercute na produção. As atividades envolvem, assim, muito trabalho físico, resultante de dias de trabalho e da necessidade de estar constantemente presente, podendo acentuar de acordo com as práticas que envolvem maior intensidade de seu trabalho, a fim de acompanhar sua atividade e garantir a sustentabilidade econômica. Ademais, a multiplicação das tarefas e processos que são necessários para atender diariamente as demandas – em que a rotina diária e semanal está programada, dada a limitação em muitas circunstâncias de mão de obra em práticas de pequena escala – fazem com que os proprietários operem em uma gama de funções, tornando a condução da atividade ainda mais desafiadora e exigente.

Ao mesmo tempo, a agroindústria familiar também é condicionada pela herança familiar de seus membros. Isso é reconhecidamente relatado pela Atriz 2, uma mulher de 50 anos que, há seis anos, mudou de um trabalho assalariado (faxineira) para a agroindústria familiar de panificados, nomeada em referência à memória vividas pela família, legitimando e justificando sua escolha entre motivações subjetivas e habilidades, que acrescenta “ser bem caseiro mesmo por ser do tempo que a gente fazia para comer a gente mesmo, sabe, que as mães fazem” (ATRIZ 2). No caso dos embutidos bovinos, um casal na faixa etária dos quarenta anos decidiu escolher essa fonte da autoprodução, assumindo a mesma lógica, que repousa sobre o valor que se transmite pela família:

[...] vem de família sabe, a família, vem lá do tempo dos meus pais faziam salame os pais dele também faziam salame, então vem dos avós, dos bisavós também então [...] de fazer, de juntar as receitas, que na verdade a gente junta né [...] (ATRIZ 2).

Outra camada que contribui para a realização de uma experiência satisfatória na escolha do trabalho é concretizada no ato da criação, ou seja, é o processo de produzir um alimento que

depois é oferecido ao público, para consumo. Sendo assim, dominar o processo artesanal é muitas vezes vivido com orgulho pelos agricultores, assim como proporciona uma sensação de cumprimento. Isso é enfatizado pela Atriz 1, uma ex moradora urbana e funcionária de contabilidade que se juntou ao seu parceiro, na propriedade agrícola familiar de seu esposo, para começar a criação de frango colonial. Com relação à sua vida anterior, ela diz:

[...] mas o que a gente percebeu eu deixei o meu emprego na cidade para vir morar para fora (se referindo a atividade econômica proveniente do meio rural) [...] eu pensava que eu tinha vindo morar para fora e eu tinha que fazer coisas de fora né [...] então quando uma pessoas te elogia pelo produto que tu produzir aqui na propriedade familiar, não tem satisfação melhor. Quando os consumidores falam que o teu produto é único na região e não podemos ficar sem. Ouvindo isso tu sentes que está no caminho certo. Que os meus 60 frangos abatidos por semana chegam na mesa do consumidor e vai com certeza proporcionar para aquela família o prazer de degustar um alimento saboroso, um alimento que não tem só os cuidados que a lei exige, tem amor. O frango passa ali pelo meu setor na agroindústria aonde eu tenho o cuidado e que digo *bendigo tudo que vem* (provérbio). Então é uma coisa assim a satisfação pela produção de um ingrediente que hoje não se encontra mais nos produtos, ainda mais nos industrializados [...] (ATRIZ 1).

O que Atriz 1 também expressa é uma sensação de satisfação derivada da apreciação do produto através do público consumidor, o que representa um tema subjacente nos discursos dos entrevistados. Logo, o *feedback* positivo dos consumidores que apreciam o produto e mantêm-se comprando é o ponto de referência para a construção da agroindústria de melado e destilados. Nesse sentido, o agricultor de 69 anos, que há 15 anos começou a cultivar cana-de-açúcar em seu lote familiar, após reconhecer a potencialidade no contexto, afirma: “mas aqui sai bastante cachaça de alambique, o pessoal vem trazer (comercializar) para cá e o que o pessoal mais toma é de alambique, que querem (ATOR 4)”

Fica evidente, com isso, que o principal motor da atividade dos meus entrevistados é constituído de elementos pessoais e de apreciação do público, de quem compra os mesmos produtos que são servidos na mesa para consumo familiar. Portanto, se materializa, assim, um caminho que não diz respeito apenas ao processo de produção, por meio dos alimentos produzidos, mas que também está vinculado às razões relacionadas às tradições em seu significado familiar e afetivo. Em última análise, então, a atividade das agroindústrias parece ser dirigida por uma mistura de desejos e ambições, muitas das quais ocorrem paralelamente as orientações da atividade como negócio. Mas, de forma mais pragmática, nota-se que nas trajetórias dos meus entrevistados enquadram-se as agroindústrias familiares como uma possibilidade de abertura para maior garantia de autonomia e resiliência, sem ter que estar subordinado à formas de oportunismo econômico, as quais são impostas pelas incertezas das

condições do mercado, por experiências de bloqueio de mercado (risco de falência) e dependência de caminho (suprimentos e mercado).

De maneiras diferentes, é possível, assim, considerar – com base nos entrevistados – que a troca satisfatória, decorrente do contato entre os agricultores e seus clientes, pode ser vista como uma das maneiras de reconexão entre produtores e consumidores, operando por meio de novas formas de abastecimento. Essa tentativa permite, desse modo, restaurar um elo perdido do sistema agroalimentar convencional, em que a produção é deslocada para outros espaços de consumo. Nesse viés, as redes de produção e comercialização alternativas às convencionais promovem uma visão compartilhada, pois suas operações implicam em uma coordenação que é capaz de considerar e valorizar diferentes papéis desempenhados no sistema agroalimentar pelos diferentes atores que o animam. E, além da reconexão entre produção e consumo, com maior autonomia e preços justos para produtores e consumidores, essa troca direta promove a dinamização de mercados locais com identidade territorial (ROVER & DAROLT, 2021).

Assim, ao renovar este conjunto de relacionamentos e práticas centradas nos alimentos, busca-se construir práticas sustentáveis de abastecimento de alimentos para as pessoas e o planeta, que se traduzem em benefícios no nível da sociedade em termos de saúde, justiça social e meio ambiente. Nesse sentido, abarcam-se noções de revalorização da circulação ligadas ao acesso de pequenos agricultores capazes de desfrutar um maior grau de autonomia das forças de mercado e, com isso, viabilizar melhores condições econômicas alavancando o desenvolvimento rural e local. Ao mesmo tempo, transforma-se o alimento – de uma forma padronizada e tecnificada –, associando-o às cadeias globais de produção e à produção local de alimentos com qualidade e segurança alimentar, reconhecendo o valor da comida, ao mesmo tempo que lhes são dadas as condições para desenvolverem confiança (NIEDERLE & WESZ JR, 2018).

Nesse processo, para as agroindústrias familiares do município de Tupanciretã-RS, como encontrado em outros lugares (NIEDERLE e WESZ JR, 2008), o relacionamento direto com os consumidores resulta, para os agricultores familiares em um meio, na reprodução de seus meios de subsistência e sua existência com pequenos estabelecimentos agroindustriais rurais, ao beneficiarem o produto antes, in natura, agregando um maior percentual de valor no produto e conseguindo, assim, aumentar seus rendimentos, calibrado por uma base econômica viável. Base essa que, a nível territorial, permaneceu-se ancorada por estruturas históricas de uma terra que é dominada com uma certa ordem em um modelo agrícola exportador (SCHINAIDER et al., 2018).

Navegar no mundo da agricultura familiar requer, portanto, olhar as trajetórias das agroindústrias familiares do município de Tupanciretã-RS como uma estratégia em que os produtores implementam para se adaptarem a um ambiente hostil, em um município campeão da produção de soja no RS. Desse modo, os diferentes pontos de partida estão ligados à diferentes condições que afetam a maneira como eles lidam com as orientações produtivas e comerciais. Sobre isso, em primeiro lugar é importante destacar que a maioria – com exceção de um ex-trabalhador assalariado – dos entrevistados estava trabalhando em uma unidade produtiva familiar já estabelecida, quando ingressaram na atividade da agroindústria familiar. Do total de atores que eu entrevistei, apenas um tem menos de cinco anos de envolvimento em uma agroindústria familiar.

Essas agroindústrias, em especial, configuram-se de formas distintas em relação ao acesso à terra. Nesse sentido, a seção II apresenta o município de Tupanciretã-RS dividido ou pelo menos como uma sociedade fragmentada, condicionado pelo acesso à terra, onde a produção bovina e de *commodities* desempenhava (desempenha) um papel significativo para a construção da sua identidade. A atividade familiar passou, com isso, a ter mais expressão a partir da articulação permeada por tensões, que deu origem aos dezessete assentamentos de reforma agrária. O contexto limitado por esse fator fundamental de produção motivou, assim, o ingresso de duas famílias nas atividades de processamento de alimentos, como o Ator 3 reconhece:

[...] a gente não pode investir mais quem é questão de terra era pouco, daí nós queria ver uma coisa que nós pudéssemos tipo aumentar a renda da família. Daí que a gente optou em fazer agroindústria que seria uma coisa que não tomaria muito espaço [...] (ATOR 3).

No entanto, nem todo agricultor familiar que está na mesma situação sente da mesma forma a escolha de assumir uma atividade de processamento de alimentos. Por exemplo, apesar de possuir esse ativo fundamental, por outro lado, a Atriz 2 optou por trabalhar como confeitadeira, que foi a atividade que demandava menos recursos (humanos) e tempo para o manejo. Diante disso, ela saiu do emprego assalariado (faxineira) e voltou-se para a produção de pães e bolachas, para agregar à renda da família. Já no caso da Atriz 1, que casou e mudou-se para o meio rural, tem-se o relato da perpetuação da produção de frango colonial como prática central para a realização de sua autonomia, especialmente no quesito renda, em um caminho que parte de sua escolha e responsabilidade do trabalho avícola, como ela afirma:

[...] o frango é meu (atividade em que Atriz 1 possui mais responsabilidades), é muito mais característico de mim do que do meu esposo, por mais que o produto leva o nome dele. Eu fui atrás, eu acho que claro né ele ajudou muitíssimo e ajuda até hoje, mas é uma coisa que eu mostrei para ele que podia acontecer e quando a gente viu que era o frango deu certo [...] (ATRIZ 1).

Assim, destaca-se que as características das iniciativas introduzidas pelas entrevistadas, cujas histórias não estão distantes da excursão arquetípica das RAAs – Redes Alimentares Alternativas, ao conceberem essa atividade inovadora, também estão associadas aos espaços de empoderamento. Isso porque a construção de práticas alternativas assumidas por mulheres tem sido uma oportunidade que possibilita fornecer aos consumidores uma alternativa à grande escala agroindustrial, ressignificando seu papel frente às restrições do modelo agroalimentar existente em outros lugares (WALTZ, 2016).

Ademais, o Ator 5, um agricultor que depois de anos trabalhando como produtor de cereais em grande escala, orientado às grandes cadeias de valor globais, migrou para uma pequena produção de alimentos e venda direta, acoplada como um espaço confiável no que tange uma infraestrutura econômica viável, visto que as condições de dependências a montante e a jusante – impostas pelo modelo de globalização e pelo alto nível de investimentos que requer – impõem restrições. Isto é, não tem-se controle sobre os preços que recebem por seus produtos, de modo que contornar esta estrutura requer o rompimento desta lógica e, assim, a adoção de uma forma de viver e trabalhar de maneira independente (LANÇON, TEMPLE & BIÉNABE, 2017).

Nesse contexto, pode-se constatar, ainda, que independentemente da inclinação pessoal e do contexto de entrada na agroindústria familiar, até o momento da entrevista, a agroindústria é a principal fonte de renda da família, mas não a única. A exemplo, as esferas produtivas/econômicas das famílias que entrevistei contam com a introdução de renda oriunda do trabalho autônomo fora da função agrícola (motorista), ganhos de aposentadoria, proventos de aluguel (arrendamento de terra), além da conciliação da renda proveniente da agroindústria com o cultivo da lavoura de cereais (soja) e pecuária (bovinocultura de corte) de pequena escala. Logo, percebe-se que a diversificação das atividades econômicas/produtivas que visam o aumento das receitas, para satisfazer as necessidades, também permite o enfrentamento de um cenário crítico, que geralmente reflete da conjuntura econômica de forma mais ampla e também da paisagem local.

Para os meus interlocutores, a agroindústria não é apenas incorporada pelas habilidades que induzem a escolha de que o alimento produzido é 'colonial', 'caseiro' e 'artesanal', o que diverge da noção implícita pelas formas dominantes de produção agroalimentar global, mas

também de um modelo de vida e trabalho que permite autonomia e liberdade em relação ao mercado convencional/globalizado e suas lógicas. A resiliência das famílias reside, desse modo, na forma de oferecer um alimento com qualidade, “o ingrediente que comunica os valores ligados à comida” (ATOR 1, ATOR 2 e ATOR 3). Até certo ponto, isso confirma o que diz Ploeg (2008) e outros autores, como Rover e Darolt (2021), que novas formas de fazer agricultura por meio de canais não convencionais de distribuição de alimentos, ligados espacialmente, é uma estratégia adotada por agricultores familiares que procuram contornar a estrutura do sistema convencional, visando desenvolver um nicho de sucesso para seus produtos e uma margem de rendimentos.

A ênfase dada à qualidade dos alimentos fundamentada no artesanato, no local e no colonial e, conseqüentemente, mais naturais e sustentáveis se contrapõe, dessa maneira, à ideia da indústria de alimentos padronizada, industrializada e global. Isso porque os alimentos concedidos pelas agroindústrias familiares enfatizam a natureza artesanal da produção e o processamento que reflete nas habilidades diferenciadas, desde a seleção dos ingredientes, o saber imbuído nas práticas pela experiência dos agricultores até as tradições por trás delas. Além disso, o foco da produção e da comercialização das agroindústrias familiares do município também incluem e atribuem identidade e significado à comida, que é empregada como instrumento para criar coesão, requalificar e salvaguardar as famílias de agricultores familiares e da reforma agrária (PICOLOTTO & BREMM, 2016; ROVER & DAROLT, 2021).

4.3 MODO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

O que é relevante para o tópico desta subseção é que a entrada de novos arranjos de produção e comercialização de alimentos é, muitas vezes, crucial para o desenvolvimento de uma nova trajetória econômica, permitindo a resistência da agricultura familiar. Nesse viés, a seção II apresenta a esteira produtiva/econômica no qual os negócios agrícolas dos municípios se perpetuaram ao longo do tempo. O paradigma está associado à produção pecuária e agrícola de larga escala, estabelecidas pela expansão das relações comerciais, característica das cadeias de valor globais de abastecimento, em que os agricultores são submetidos à dependência de agentes externos, antes e depois da porteira (McMICHAEL, 2008).

Ainda, a situação do setor de produção de alimentos do município representa essa rede interconectada de atores e estruturas que aumentam a distância entre o local de produção e o de consumo. Esse regime alimentar convencional corporativo, do ponto de vista da produção e distribuição em escala municipal, é corporificado pelo agronegócio, competitivamente

conectado à economia agroalimentar global (exportação) e feito em unidades mecanizadas de produção de *commodities* em grande escala onde, segundo meus entrevistados, a soja reina. Esse *commodity* se destina, desse modo, para o continente Asiático, que Oliveira e Schneider (2016) identificaram ser inteiramente para produzir ração animal (farelo de soja), com óleo de soja como subproduto.

Diante disso, do ponto de vista do território, os sujeitos produtores agrícolas que agem e interagem com atores externos marcam o panorama que se reflete nos resultados dos processos históricos que ocorreram no território. A construção dessa identidade se corporifica, assim, em “a capital da soja” (ATOR 1, ATOR 2, ATOR 3 e ATOR 5), que claramente foi estruturada num espaço social que se inscreve sob este preceito. E, embora essas práticas perduraram-se no território, outras propostas territoriais continuam a fazer parte, como a entrevistada de produtos coloniais reitera:

[...] eu acho assim óh: que até pode ser a capital da soja, mas tem muita coisa boa para mostrar que às vezes não aparece nas entrelinhas. Né, eu acho que hoje as agroindústrias mesmo de Tupã... é que nem eu sempre digo e falei até para o prefeito não é o frango, aqui se tu pegares a nossa sacolinha (embalagem do alimento) está escrito ali ohhh Tupanciretã-RS né... tá lá em Augusto Pestana, tá lá em Cruz Alta, tá lá em Santa Maria é o nome do município que vai junto. Né, é uma história de uma família que vai junto. É um produto, mas que por trás dele tem um emaranhado de coisas juntas e, eu acho assim que precisava estar mais presente principalmente na parte da nossa prefeitura sabe, precisava ter um cantinho lá no site sabe, que desce essa ênfase, precisava ter lá no *Instagram* uma manchete. Sabe, um salve lá, uma coisinha, um brilhinho a mais, né isso iria fazer bem para nós, e com certeza valoriza o município [...] (ATRIZ 1).

Ressalta-se, ainda, que utilizando as contribuições fornecidas por Ploeg (2008), em meus entrevistados, independentemente dos tipos diferentes de produção adotada, a capacidade de desenvolver iniciativas explora as possibilidades oferecidas pelas combinações alternativas de produção e comercialização. E esse fenômeno é descrito pelo autor como recampesinização, que é uma expressão moderna da “luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência” (PLOEG, 2008, p. 23).

As experiências das agroindústrias do município comercializando seus produtos por meio de venda direta é, assim, uma realidade e uma estratégia implementada por agricultores familiares. E, mesmo que hajam referências, escopos, orientações produtivas e crenças diferentes, o padrão comum resulta da interação entre produção, transformação e comercialização, por meio de relacionamento direto e/ou compras institucionais de alimentos consumidos por pessoas de comunidades próximas. Como os Atores 1 e 3 colocam: “[...] o

nosso foco tem que ser casa colonial e não os outros mercados (rede atacadistas) [...]” (ATRIZ 1), “[...]a gente não trabalha com mercado (rede atacadistas) [...]” (ATOR 3).

Nesse sentido, por volta de dois anos atrás, o Ator 5 utilizou uma área remanescente da propriedade e a transformou em plantação de vegetais de quatro hectares, com a finalidade de produzir mandioca para comercializar. Mais recentemente, esta área está em processo de adequações para comercializar polpa de frutas, a qual o Ator adquire em feiras, sendo uma parte produção própria, que recebeu atenção do agricultor por meio da ampliação da produção de citros. Ele agora vende seus produtos apenas por meio de cadeias curtas, como feiras e ponto de compras não atacadistas. Ademais, a reforma do sistema produtivo, gerada pela extinção da produção especializada (cereais) e convertida para a produção de mandioca como atividade principal, emergiu como uma estratégia fundamental de emancipação do sistema agroalimentar convencional. A reestruturação da produção, nesse caso, foi acompanhada por uma transformação na mentalidade do agricultor, implicando em um novo caminho, que fez com que o agricultor chegasse à seguinte conclusão: “[...] aí nós tivemos que dar vários passos para trás e começar de novo [...]” (ATOR 5).

Isso é ainda mais enfatizado por aqueles que precisam readaptar a produção familiar ao introduzir a agroindústria, na tentativa de diversificar os fluxos de receita e criar valor agregado, dentro do escopo dos meios produtivos disponíveis para continuar no meio rural. Sobre isso, o Ator 3 explica:

[...] só que daí a gente viu que a área do leite a gente não poderia investir mais porque a questão de terra era pouco, daí nós queria ir para um ramo que tipo, pudesse tipo aumentar a renda da família. Que daí que a gente optou por fazer agroindústria, né que daí, seria uma coisa que não tomaria muito espaço né. Né, então é uma coisa que tu...é mais tranquilo para tu trabalhar [...] (ATOR 3).

Em outros casos, a criação da agroindústria é uma estratégia de redimensionamento incorporada pelos agricultores familiares. A condição subjacente se exprime em atividades produtivas/econômicas que passaram de uma geração para outra. Deslocando-se, após, para a construção de alternativas autônomas que, nesse caso, surgem para reduzir a compensação das saídas para uma produção/transformação de alimentos baseada na pequena escala, que prima pela qualidade do alimento (CRUZ, 2020), como pode-se perceber no relato da Atriz 1:

[...] Então eu só desejo que o meu produto possa ser mais reconhecido pelas pessoas que eu conseguisse chegar na merenda escolar do município para que as crianças lá na escola entendam o que que é um produto saudável um produto de qualidade que é um produto produzido na propriedade por uma família que tá ali na atividade e que pode incentivar outras famílias, né. E, quando meu produto chega nas Casas Coloniais

que ele chegue lá, talvez, na mesa de um médico na mesa de um advogado né ou na mesa até mesmo de uma pessoa que trabalha na propriedade rural mas que não tem não consegue produzir o produto daquela maneira que possa atingir mais e mais famílias e que eu possa assim o seguir nesse mesmo caminho que nesses 10 anos que a gente vem crescendo que a gente consiga crescer de acordo com o nosso potencial com a nossa capacidade e chegando aonde a gente quer chegar que no sucesso de ter esse produto tão diferenciada [...] (ATRIZ 1).

Desse modo, para os entrevistados, a qualidade orienta sua produção. A qual, em outros lugares, também é vista como elemento que sinaliza a destinação da produção de massa, que contrapõe os mecanismos empreendidos em processos de individualização e fragmentação que, por sua vez, caracteriza o processo produtivo vinculado à alimentação e preservação dos atores das cadeias produtiva globais (NIEDERLE & WESZ JR, 2018; PICOLOTTO & BREMM, 2016). E, para as pequenas agroindústrias familiares localizadas no meio rural do município, por meio da utilização de matéria-prima aliada ao conjunto de outros fatores, como fornecimento por atores locais, tais aspectos são essenciais no processamento de sua produção, como pode-se perceber a partir do relato da Atriz 2:

[...] eu compro farinha no moinho nem no mercado em pacotinho eu compro[...] eu ocupo manteiga caseira uma mulher aqui ela faz, eu digo não tem sal não tem nada e a outra eu olhei tu lê lá e comprei esse dia o tablet para me ver se dava diferença. Daí eu disse vou comprar para ver se altera mesmo resultado aí eu li o que a manteiga tinha... credo então é melhor eu pegar aquela lá (manteiga caseira) [...] (ATRIZ 2).

Dentro de um quadro de orientação da produção e transformação para a qualidade, que proporciona orgulho e reconhecimento social, como afirma o agricultor familiar de assentamento de reforma agrária que produz embutidos, em termos teóricos esse movimento se articula com o fenômeno urbano, impulsionado pelos consumidores que primam em (re)conectar laços entre agricultores e consumidores – ecologização²⁴. O processo de construção de confiança coletiva, com base em avaliações com os quais partilham identidades e valores, reflete, desse modo, nas formas de fazer a produção, empregando técnicas artesanais, por exemplo, em contraposição aos alimentos de supermercados (PICOLOTTO & BREMM, 2016). Isso é perceptível na fala de um dos entrevistados:

[...] mas tudo tem que ter um diferencial para as agroindústrias de qualidade é diferente [...] é o que que acontece é o esforço do nosso trabalho. E, mostrar a qualidade não é porque nós temos assentados que nós não conseguimos produzir

²⁴No contexto do consumo se refere à consciência do impacto do seu consumo. No campo da produção reduz os impactos ambientais, resgatam práticas de produção artesanais e de conhecimento tradicional, diversificação produtiva, práticas de agricultura de base ecológica, estratégias de diferenciação de seus produtos com apelo ecológico e cultural, entre outras (PICOLOTTO & BREMM, 2016).

coisas de qualidade então assim quando a gente em 2017, que a gente tirou o primeiro lugar em salame no concurso (Concurso de Produtos da Agroindústria Familiar, que ocorreu durante a Expointer) já deu uma baita repercussão, tem essa valorização e agora esse ano a gente tirou de novo então vai valorizar ainda mais [...] (ATOR 3).

Pode-se perceber, diante disso, que o parâmetro estabelecido pelo reconhecimento das características específicas, advindas de seu processo de produção baseado na integralidade dos produtos, os quais são vinculados a traços produtivos e de preservação tradicional que o Ator 3 se refere, atua para contrastar a percepção que se enraíza e caracteriza o sistema convencional local. Além disso, em relação ao prêmio concedido ao agricultor familiar, por ser o produtor do melhor salame colonial na feira agropecuária, ele fala ²⁵que o “rótulo” não se traduz apenas em benefícios que aliviam a situação socioeconômica, mas em um reconhecimento que fortalece a relação com os consumidores que, assim, lhe reconhecem no território pelo valor do alimento produzido por ele de forma artesanal. E, por meio da reconexão, o Ator 3 é capaz de desfrutar um maior grau de autonomia das forças de mercado (PLOEG, 2008).

As formas de fazer a produção se entrelaçam, desse modo, na construção de identidade, do ponto de vista do território. Essa iniciativa bem-sucedida do agricultor familiar desempenha um papel relevante como marcador chave para a dinamização em favor dos produtos das agroindústrias familiares do município, a partir de um olhar externo. Logo, do frango ao salame, da bolacha aos pães caseiros, à rapaduras de melado e, da mandioca às polpas de frutas, muitos pequenos produtores criam novas formas de autonomia, além da disseminação de produtos locais que garantem aos consumidores a proveniência dos alimentos e sua vinculação com a construção de identidades territoriais.

Outra estratégica posta em prática por dois agricultores na reterritorialização da agricultura familiar no município, melhorando a vitalidade e a visibilidade, ocorre em paralelo à produção/ processamento dos produtos das agroindústrias. Estas iniciativas se configuram em uma loja comercial/restaurante (casa colonial), onde se pode encontrar e servir produtos da agricultura familiar localizada no perímetro urbano, e um projeto em execução (Tenda de Produtos Coloniais), cuja finalidade é comercializar produtos coloniais, localizados às margens da rodovia. Assim, nota-se que a multifuncionalidade pode surgir de diferentes composições e que, sem dúvidas, esta é uma nova forma de renda e de integração com o tecido social urbano rural, que pode condicionar seu reconhecimento pela comunidade. Isso é, ainda, entendido por

²⁵Reportagem completa disponível em: <<http://www.alcir61.net/salame-de-tupancireta-e-premiado-em-concurso-de-produtos-da-agroindustria-familiar-na-expointer/>>.

Ploeg (2008) como um processo que aprofunda, amplia e reconstrói a agricultura familiar, emaranhada em encontrar novos espaços de consolidação.

Ademais, essa sinergia é adotada por agricultores de duas agroindústrias (residentes entre 3 e 27 quilômetros do perímetro urbano) que buscam maior escoamento comercial para seus produtos, resistindo ao mercado convencional. Assim sendo, a presença da agroindústria de embutidos no comércio local permitiu ser resiliente frente às circunstâncias de restrição da crise sanitária (COVID-19). Ainda, o desenvolvimento dessas atividades, para meus entrevistados, não afeta a simplificação da produção/processamento da agroindústria, visto que não prejudica a produção primária. No caso da loja/restaurante (casa colonial), o trabalho em ambas as atividades é realizado pela família, cujo tempo e esforço é despendido pelo casal e pela cunhada. Na verdade, no trabalho de campo descobri que, independentemente do ramo das agroindústrias que conheci, a mão de obra contratada é para serviços sazonais, ou seja, em determinada fase do processo de transformação.

Entretanto, a multifuncionalidade adotada pelos meus entrevistados incorpora um ponto importante que reflete em um novo conjunto de relações das agroindústrias familiares do município. Por meio de uma espécie de cooperação, os empreendimentos de comercialização (Casa Colonial e, após abertura, a Tenda de Produtos Coloniais) funcionam como um “centro” que dispõe dos alimentos produzidos pelas demais agroindústrias familiares legalizadas do município. Sendo, assim, um instrumento de promoção dos produtos. Esta iniciativa, desse modo, apresenta nova forma de organização, uma maneira de “abrir” para os consumidores os produtos das agroindústrias familiares de Tupanciretã-RS.

Ademais, os atores que se organizaram, por meio de associação que está fundada desde o início de 2021, representam novas respostas para sua posição, assim como trazem uma reconfiguração para buscar recursos agrícolas no ambiente institucional e sua relação com o setor agrícola do município. Segundo dados do último censo agropecuário (2017), Tupanciretã-RS contava com 517 estabelecimentos agropecuários em atividades de agroindustrialização, que somam-se às oito agroindústrias familiares operando legalmente, ou seja, munidas de certificação para comercialização por órgão público que atua para tranquilizar os consumidores, somando-se à diversidade de agroindústrias informais. Nesse contexto, as agroindústrias familiares contribuem com o desenvolvimento, visto que são atividades econômico/produzidas praticadas por boa parte dos estabelecimentos agropecuários do município.

Esta posição contribuiu substancialmente para a criação da associação das agroindústrias, que persegue o objetivo de desenvolver a capacidade de seus membros, para estes serem provedores de alimentos no município e ao seu entorno. Com o apoio das

autoridades municipais que se personificam em figuras-chaves, essa experiência busca subsídio das políticas públicas, assim como de fazer *lobby* com as instituições públicas em defesa de seu papel, que é particularmente significativo se tratando de atividade praticada. Ainda, há cerca de 43,81% estabelecimentos agropecuários que podem levar a efeitos benéficos para toda a agricultura familiar do município. Diante disso, este esforço de apoiar a resiliência dos agricultores e produtores de alimentos, como uma presença desejada na paisagem do município, é uma visão que é apresentada pelas agroindústrias:

[...] vão surgir ir algumas oportunidades de buscar dinheiro a um juro mais em conta onde vai beneficiar todos por que o objetivo não é de beneficiar um só não pode ser esse tem que beneficiar todos [...] se eu tivesse um incentivo do jeito que eu estou tendo agora tivesse no início da agroindústria a minha indústria seria o dobro do tamanho agora, tá, claro que daqui dois, três anos ela vai estar o dobro do que está agora e as outras vão estar o dobro também porque nós temos incentivo lá da outra ponta trazendo isso [...] nosso objetivo da associação é fazer com que a sociedade entenda que é preciso comprar daqui pra que ir buscar lá longe [...] (ATOR 5).

[...] têm uma certa resistência [...] montamos uma associação que já está legitimada e debatemos [...] por que não compra das agroindústrias o que que têm com as agroindústrias e, depois comprar o que falta do mercado ou enfim porque que não dão esse incentivo para a gente esse é uma coisa que se discutiu bastante e levantado na verdade por nós [...] (ATOR 3).

[...] a gente colocou essa necessidade de ter o nosso produto [...], enfim os outros, a gente sentiu a necessidade de uma associação, ou seja, um grupo de pessoas com o mesmo objetivo vão atrás e trazer a resposta vem a mais rápida do que uma pessoa sozinha [...] (ATRIZ 1).

Por outro lado, as políticas públicas são intervenções necessárias para incentivar novas alternativas para os agricultores familiares. No caso das agroindústrias familiares que entrevistei, além de serem voltadas para a agregação de valor no meio rural, em suas trajetórias, com exceção de uma, pude constatar que os subsídios de programas públicos foram medidas de apoio no ingresso da agroindústria, principalmente por meio de incentivos no primeiro momento. Nesse contexto, é importante destacar que, historicamente, no Brasil, o espaço político e institucional é permeável de pressões e demandas de diferentes atores, a partir dos quais as políticas públicas sustentam a posição de certos atores (categorias) nas arenas públicas (relações de poder, recomposição das ligações e hierarquias), que são sempre jogos suscetíveis à relações de poder. Já no contexto municipal, a fotografia das políticas públicas sofre com esse efeito sistêmico²⁶.

²⁶Do montante de crédito contratado (agrícola/pecuária/custeio/investimento) pelo município, respectivamente 3,80%, 3,61%, 3,03%, 3,42%, 3,36%, 3,45%, 2,87% e 3,58%, dos recursos do plano safra em linhas gerais, nos anos 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 foram contratados pelas categorias da agricultura familiar.

Além disso, um dos instrumentos da política agrícola que atende as peculiaridades e beneficia a agricultura familiar é a política de crédito para a categoria, que foi criada em 1995 (SENCÉBÉ, PINTON & CAZELLA, 2020), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse programa inclui uma linha de crédito específica direcionada à implantação, ao apoio e ao fortalecimento de agroindústrias rurais (Pronaf Agroindústria), e é inexistente para essa modalidade nos últimos 8 anos pelas agroindústrias dos municípios – com base nos dados disponíveis a partir de 2013 na matriz de dados de crédito rural do BACEN. Ao mesmo tempo, os subsídios destinados à agricultura familiar, por meio do PRONAF, apresentam um cenário de concentração. Isso porque, em 2013, eram 904 contratos, em 2020 foi para 451, representando uma queda de 50,11%. Já o montante, em 2013, passou de R\$ 11.434.737,42 para R\$ 18.511.235,89. Isso significa que o valor total médio do contrato passou de R\$ 12.649,05 para R\$ 33.332,32 (valores corrigidos de acordo com o IGP-DI/FGV; MATRIZ DE DADOS BACEN 2013-2020, 2021).

Isso acontece porque há limites nas condições de enquadramento individual, seja porque são mal concebidos ou porque impõem requisitos para a aplicação, em que muitos agricultores familiares estão em condições incompatíveis. Em paralelo a isso, a partir da especialização produtiva com a integração de suas operações ao contexto setorial, que nos últimos anos tem estimulado a transformar a base tecnológica de um segmento agricultura familiar na promoção de certas lavouras, reduzindo o número de tomadores de contrato ou porque as unidades agrícolas familiares foram alugadas para outros agricultores que usam a terra para a produção agrícola, essa percepção do sistema ressaltou-se. Sistema esse propenso a favorecer uma matriz produtiva que verificasse, na modalidade de crédito destinada aos fomento das agroindústrias, o enfoque da modalidade de crédito, o que deixa de ser implementado de forma autônoma, nas quais a gestão e o trabalho são efetivados pela família, e passam a englobar com grandes cooperativas, que, em alguns casos, podem até ser nocivas para uma própria sustentabilidade dos agricultores familiares (GRISA et al., 2021; WESZ JR, 2017).

Diante disso, os subsídios do crédito rural brasileiro funcionam com base em dois pilares. O primeiro, para o qual a maior parte do orçamento é alocado, concretiza-se no financiamento de custos e investimento de atividade produtiva de base, exclusivamente na extensão de terras cultivadas. Isso se traduz no fato de que grandes as propriedades retêm a maior parte dos gastos públicos na agricultura, indicando um estilo de intervenção do Estado que alimenta o modelo agroexportador. Enquanto que, para os pequenos agricultores que atuam em sistema regionalizado, os subsídios não representam uma medida suficiente de proteção,

sendo, assim, limitados por serem significativamente menores do que o primeiro pilar (SENCÉBÉ, PINTON & CAZELLA, 2020; GRISA et al., 2021).

Entretanto, desse amplo espectro de atitudes, no cenário estadual surgem estratégias de intervenção. A exemplo, a interação entre estado e sociedade civil, centrando a reflexão nos elementos que afetaram a trajetória da agricultura familiar que esteve à margem das políticas de crédito rural, possibilitou a sua confluência na formulação do Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER). Essa iniciativa foi instituída no Rio Grande do Sul, em 1988, com o objetivo de apoiar, por meio de financiamentos subsidiados, o fomento de atividades agrícolas e para as agroindústrias familiares, entre outras classes. O conjunto de políticas estaduais de apoio à agricultura familiar, estruturado por um baixo nível de hierarquia entre os entes estatais e a sociedade civil permitiu, desse modo, expandir as possibilidades dos agricultores familiares, para fornecer uma base produtiva para suas atividades (ODERICH, GRISA & BARTH, 2018). Ainda, dentro dessa janela de apoio, que pode ser vista como uma das maneiras pelas quais alguns agricultores familiares viabilizaram seu projeto dentro de uma alternativa econômico/produtiva, o agricultor familiar destaca:

[...] nós tivemos vários projetos de FEAPER (Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais) nós conseguimos vários projetos assim de máquinas e equipamentos então a gente conseguiu bastante coisa do FEAPER [...] (ATOR 3).

Contudo, isso não muda o fato de que os agricultores familiares tenham contato com o aporte público. Nos espaços institucionais há caminhos para a manutenção de sua presença na paisagem local. Nesse sentido, os entrevistados afirmam que a atenção dada às suas necessidades pelo serviço de extensão rural do município deram-lhes a opção de seguir um caminho diferente. Os agricultores familiares também percebem essa demonstração de interesse em promover as agroindústrias familiares através do poder público local. E esse é o contexto em que, por exemplo, os proprietários das agroindústrias mencionam a nova abordagem da administração pública municipal:

[...] tiveram que sair da zona de conforto óbvio, mas eu acho que eles (Secretária de Agricultura) cresceram junto com a gente eles tem uma história hoje para contar, eles têm bagagem hoje para trocar informações com outros e eu acho que isso para eles também foi eu acho que veio junto sabe a nossa motivação talvez levou eles a se motivarem também nessa busca do conhecimento e ajudar [...] (ATRIZ 1).

[...] Assim a Emater ajuda muito [...] tudo até hoje a papelada [...] (ATRIZ 2).

[...] a gente procurou Emater, Sindicato, Secretária de Agricultura na época e daí ficaram mais a par e daí nos auxiliarão no que nós tinha que fazer para começar [...]

aí tipo lá no início quando precisei fazer meus cursos, fui na prefeitura eles me disponibilizaram carro para levar foram buscar já me ajudaram ali, na parte de estradas também eles foram dando atenção, transporte para as feiras (Feiras Agropecuárias) também eles disponibilizam eles tem um caminhão até agora na Expointer eles levaram foram buscar... eles ajudam em partes [...] (ATOR 3).

[...] para a gente começar tem que procurar os órgãos que dão apoio para o pessoal que aí é que a gente buscou a EMATER num primeiro momento aí fomos até a EMATER e colocamos essa nossa ideia,[...] E daí a gente sabe ficou bem eufórico bem motivado com aquelas visitas (visita técnica) e com tudo que a gente conversou com o pessoal da Emater então a gente começou [...] o Antônio já tá me aguardando o dia que eu puder ir lá ele tá aberto ajudar e disposto [...] Então são pessoas assim que a gente sabe que pode contar que pode contar.... eu tenho certeza que se hoje a Fulana chegar lá e dizer eu quero iniciar uma atividade [...] eles vão dar todo o apoio [...] (ATRIZ 1).

Todavia, nem sempre se tinha essa capacidade para compreender as especificidades da produção de alimentos em pequena escala, que operam em circuitos curtos e são inseridos nas dinâmicas territoriais de produção e comercialização. Esta atitude decorre de todo um conjunto de arranjos regulatórios, políticos e relacionais que parecem contrários à agroindústria familiar e sua categoria (SENCÉBÉ, PINTON & CAZELLA, 2020). Assim, a imposição de uma série de obstáculos burocráticos e organizacionais limitam o espaço de manobra no início da atividade, como os Atores (Atriz 1 e Ator 3) expõem:

[...] como seria agroindústria a gente procurou também na época (início da atividade) a questão da legalização procuramos o sistema de Inspeção Municipal que já era efetivo no município [...] as exigências que o município tinha para uma agroindústria de pequeno porte era as mesmas que para uma de grande, simplesmente bateram as portas assim. É isso e ponto final. E daí era um catatau desse tamanho com toda a legislação né [...] na próxima eleição no ano seguinte entrou um novo administrador do município uma com uma nova equipe [...] eles vieram com outra mentalidade [...] eu quero saber o que que é possível para fazer por aquela família lá.... tem na lei algo que possa amparar eles tu podes dar um prazo para eles adequar agroindústria o que tu precisas... e daí começou sabe[...] (ATRIZ 1).

[...] aos poucos a gente tem que ir quebrando. Dificuldade a gente sempre teve desde o início porque para as agroindústrias de carne e leite as exigências são muitas, é uma dificuldade enorme das pequenas cumprir... é bem complicado é tudo igual eles não conseguem separar os grandes dos pequenos a lei é única e serve para todo mundo então se torna os custos muito elevados para se manter. vai encarecendo os teus produtos a tua produção não é em grande escala que vai ajudar né, então a produção é baixa E aumenta os custos por quê os custos para se manter em grande escala o baixa não muda muito [...] (ATOR 3).

Em relação à legislação, meus entrevistados propõem uma visão mais crítica, centrada na inadequação dos requisitos regulamentares para agroindústrias de pequena escala nas operações de processamento de alimentos. O que eles percebem é que os legisladores não entendem as necessidades de pequenos produtores e as características de suas operações. O Ator 1, por exemplo, diz que os requisitos sobre os padrões de produção foram superados a

partir do “olhar” da administração pública municipal, que têm precedentes e competência para legislar sobre as especificidades de seu contexto.

Sobre isso, sabe-se que esse conjunto de normas emanadas pelo ente público municipal teve proposições concretizadas, de modo que marca e orienta as operações de pequenas agroindústrias. Isto é, esse elemento de sustentação às agroindústrias familiares, além de promover o seu desenvolvimento em um ambiente político/regulatório que impõe requisitos que podem ser realizados apenas por grandes jogadores, faz com que os incentivos, por meio de política municipal e reconhecimento da categoria pelo ente público, tenham impacto positivo, implicando em um “quadro” adequado de intervenção, expresso por sua organização e por seus objetivos. Lançando, dessa maneira, luz na paisagem, por meio do seu alcance no condensado setor agropecuário do município.

Além disso, essa percepção do sistema como propenso a favorecer os grandes jogadores não é limitada ao que diz respeito à regulamentação sobre padrões alimentares ou requisitos sobre processos e procedimentos. Afinal, a representação dos interesses e os *lobbies* do setor do agronegócio, provocados pela globalização dos mercados, aumentam a competição de uma forma que orienta as políticas redistributivas. As consideráveis perdas de orçamento canalizados para a agricultura familiar sofreram, com isso, medidas extremas. Ainda, uma categoria que representa a maior parte dos estabelecimentos agrícolas brasileiros, que é de fato responsável pela produção de alimentos, em face da pressão exercida pelo padrão da produção em massa de *commodities* por um complexo agroindustrial de alto desempenho, nos últimos anos foi fortemente afetada (GRISA et al., 2021; SENCÉBÉ, PINTON & CAZELLA, 2020).

Em suma, a agroindústria familiar é posta em prática para aumentar a diversidade econômica/produtiva da família, envolvida no processamento de alimentos como novas “saídas”, ou seja, para produzir uma ampla gama de produtos que, em alguns casos, fizeram da agroindústria familiar sua principal fonte de renda. Ao mesmo tempo, ela, a agroindústria familiar, representa uma nova forma de integração da agricultura na sociedade, ilustrada pela integração da inserção do consumidor no modelo de produção. Este processo envolve, portanto, uma mudança na estratégia comercial do produtor, apoiada pelos circuitos curtos de comercialização, emergindo como estratégias de emancipação do sistema alimentar convencional (PLOEG, 2008).

4.4 MODO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

Dentro do repertório que orienta as estratégias reprodutivas dos agricultores familiares, são implementadas práticas que interagem em uma estrutura reticular de relações – cujos nós interagem de forma a reduzir as dependências e aumentar a autonomia. Com isso, a participação em redes alimentares alternativas, baseada em um equilíbrio mais justo entre os atores dos circuitos, fornece essas oportunidades para os agricultores familiares, assim como mantém a promessa de uma comercialização mais satisfatória e lucrativa de produtos agrícolas. Assim, a inserção na teia de circuitos curtos é a estratégia comercial das agroindústrias familiares que condiciona essa autonomia. Entretanto, tais diretrizes não são mutuamente exclusivas, mas podem ser complementares e implementadas em conjunto com a participação parcial nas cadeias convencionais (longas).

Para esclarecer a orientação comercial das agroindústrias familiares de Tupanciretã-RS, apresentarei como estas são pronunciadas nas oportunidades fornecidas pelos circuitos curtos de comercialização, dentro do contexto que os agricultores estão inseridos. Nesse sentido, a agroindústria de mandioca e polpa de frutas está localizada a cerca de 28 km de Tupanciretã-RS. Eles têm uma produção diversificada de vegetais que vai desde a mandioca até os legumes, como abóboras, cebola, pimentão e, além do processamento de frutas, eles também estão organizando um empreendimento para venda dos produtos. Sua base comercial é igualmente diversificada, há um base que vem da venda de produtos na propriedade e outra porção que deriva da venda online (via *WhatsApp*), sendo entregue diretamente na casa do consumidor de forma semanal, bem como há também oferta de seus produtos em feiras agropecuárias e uma parte é obtida com a venda para pequenos varejistas no município e no entorno.

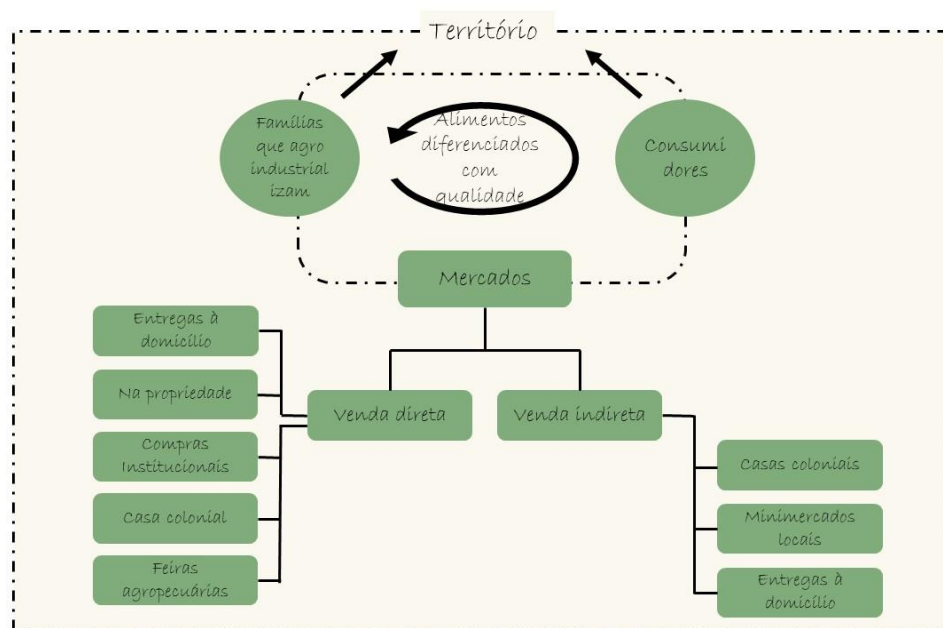
Na agroindústria de melado, o agricultor dirige, com a ajuda de sua companheira, uma pequena produção de melado e rapaduras e uma das mais expressiva produções de destilado da região. Ele relata que boa parte do lucro vem da venda na propriedade e o outro montante do ponto comercial da cidade, como padarias, fruteiras e casa coloniais, sendo o restante vendido por outro produtor que comercializa, em uma tenda de produtos, pães e cucas uma vez na semana. No caso da agroindústria de panificados, os pães, cucas e bolachas são preparados pela proprietária que dirige a agroindústria com a ajuda pontual de uma vizinha. Após, ambas vão para um minimercado localizado na comunidade, cerca de 45 km da cidade, assim como também tem-se parte da venda realizada na propriedade e um quantitativo maior vendido por meio digital (via *WhatsApp*) e entregue semanalmente na casa dos consumidores.

Existem, ainda, outras combinações que acrescentam à promoção das vendas associada a estratégias comerciais. A agroindústria de frango colonial, por exemplo, vende a maior parte de seu frango picado para as compras institucionais destinadas às escolas municipais em

municípios vizinhos à Tupanciretã-RS, isto é, para as escolas estaduais em Tupanciretã-RS e nos municípios do entorno. E a outra parte de sua produção (frango picado e inteiro) é canalizada para casas coloniais e padarias, em que se utiliza também a venda a domicílio, através do meio digital/online.

No caso da agroindústria de embutidos, assim como da produção diversificada que inclui dois tipos de salames, a copa, o bacon, a banha, o torresmo, a linguiça, a morcela, o pernil e o guisado bovino, esses produtos são vendidos, em sua maioria, para as compras institucionais (embora atualmente não utiliza-se esta via), e outra parte de sua produção direciona-se para a comercializar nas Feiras Agropecuárias que, antes da pandemia, eram mensais, além de dispor dos produtos no seu próprio ponto comercial – Casa Colonial. Assim, como pode-se observar na Figura 1, existem algumas formas de comercialização que são mais utilizadas pelas famílias:

FIGURA 1 - FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO USADAS PELAS FAMÍLIAS



Fonte: Adaptação de Rover e Darolt, 2021.

Nesse sentido, destaca-se a criação da Casa Colonial, um importante elemento que compreende as estratégias dos proprietários das agroindústrias familiares, visto que a exposição dos produtos nesse lugar foi uma maneira encontrada para redefinir as práticas comerciais e escalonar o escopo dos produtos coloniais das agroindústrias familiares. Além de manter uma base de clientes que apreciam e valorizam os produtos, também tem-se o efeito de disseminar

o conhecimento sobre o produto na comunidade. Somando a isso, a iniciativas dos Atores 3 e 5 no empreendimento comercial ajudam, ainda, a atrair o interesse de um maior número de consumidores e, assim, esse novo arranjo é torna-se um instrumento de promoção das agroindústrias familiares do município de Tupanciretã-RS, derivada da apreciação demonstrado pelo público – consumidores da comunidade.

Vender diretamente ao público por meio de circuitos curtos, ou seja, com nenhuma ou pouca intermediação operada por terceiros, neste sentido, oferece novas oportunidades para os agricultores abrirem novos caminhos para uma forma diferente de fazer agricultura e para resistirem, desse modo, frente ao sistema global e seus padrões predatórios. Essa visão do produtor em embutidos mostra isso:

[...] e outra que nós colocamos a agroindústria para fazer mais venda direta [...] tu tem que fazer a tua produção e venda direta seja em feira ou enfim um ponto Mais específico, mas é venda direta por exemplo participar de feira, chamada pública enfim, para agregar um pouquinho mais de valor senão tu não sobrevive né. [...] quando nós começamos nós entregava em uns quantos mercados aqui, um pouquinho cada um, mas entregava toda semana, era só para trocar moeda, e foi um tanto que depois que a gente abriu o ponto aqui paremos, não entregamos mais 1 kg em nenhum mercado porque não convém é tu trabalhar para te não sobrar nada. Então tu faça uma outra atividade naquele tempo [...] (ATOR 3).

Esta foi a resposta do proprietário da agroindústria de embutidos frente ao questionamento sobre a comercialização para vender diretamente seus produtos. No caso dele, a atividade da agroindústria serviu como aporte para ele encontrar seu caminho fora das condições econômicas que teve que resistir no sistema convencional, iniciando com o ponto comercial de venda direta (Casa Colonial) na cidade. Para este produtor, a comercialização direta não representa apenas uma forma de obter preços mais elevados, mas também uma complexa transformação dos mecanismos operacionais desempenhados pela sua família e das lógicas adotadas até agora na gestão da unidade produtiva. O agricultor buscou este caminho alternativo devido aos problemas de liquidez (preços pagos) causados pelos mecanismos de preços (pressão pela queda ou crescimento de demanda), que são uma característica do canal de alimentação convencional.

Em alguns casos, a conexão de produtores e consumidores representa um espaço de manobra, em que seu posicionamento é utilizado como uma alternativa ao sistema alimentar convencional, o que consiste na escolha de diferentes estabelecimentos, a fim de aumentar sua escala de alcance para um público mais amplo, realizando um conjunto de diferentes tarefas empresariais. Esse arranjo híbrido se configura na entrega de alimentos em cidades vizinhas e até mesmo mais distantes, por exemplo. Assim, este caminho, que inclui atores arbitrários ao

sistema alternativo, age no mercado de acordo com a correspondência de oferta e demanda, ou seja, com objetivos de buscar margem de lucro que, em outros lugares, foi inscrita como fenômenos de convencionalização (LE VELLY & DUFEU, 2016). Entretanto, uma característica desta escolha mantém um grau de reconexão que religa produtores e consumidores, como acontece no caso da criadora de frango colonial, a qual mantém uma produção reduzida sem precisar contar com mão de obra de terceiros para operar as atividades e orientar sua produção para a qualidade que se traduz em valor agregado.

Diante disso, é possível interpretar esse arranjo de RAAs mais como um fenômeno em que o meio urbano incide sobre as escolhas de comercialização, uma vez que algumas cidades parecem estar no radar de ideias que são provedoras de seu impulso principal, o que condiz com o destaque para a inserção do papel ativo dos cidadãos no desempenho e funcionamento de novas formas de relações que envolvam consumidor-produtor. Imbuído a esta matriz de premissas socioeconômicas, em que o modo da produção de alimentos reflete preocupações relacionadas à saúde, ao meio ambiente e à qualidade, o alimento é carregado com um conjunto de significados em várias camadas, porque é considerado capaz de satisfazer necessidades nutricionais, envolvendo aspectos sociais e políticos mais amplos (MIRANDA et al., 2021).

Logo, na produção de alimentos se multiplicam os significados e cada esfera representa um potencial que é capaz de estabelecer e manter a relação de produtor consumidor. A confiança, por exemplo, é um elemento de referência em meu estudo. Isso porque todas as agroindústrias mantêm o canal de venda direta associado a outros tipos, eliminando qualquer intermediário que propicia maior autonomia, mantendo foco na produção e comercialização. Nesse sentido, constatei que, em um caso, os consumidores vão até o ponto comercial de venda que o agricultor explorou e dirige como meio de resistência, sendo esse um ponto que ele encontrou em outros canais e que, agora, ele e a esposa gerenciam todos os aspectos de seu relacionamento com os clientes. Esse é, portanto, um grande esforço empreendedor, pois o equilíbrio entre a satisfação do cliente e as prerrogativas da agroindústria devem ser constantemente administradas.

Ademais, em três casos, os pedidos sob encomenda são entregues pelo proprietário nas residências do comprador, pessoalmente, ainda que possam ser retirados na agroindústria, o que ocorre com pouca frequência. A confiança mútua entre produtores e consumidores é, desse modo, uma característica indispensável nas relações comerciais adotadas pelas agroindústrias que manter esse *link* direto por meio de pedido e pagamentos online e um relacionamento transparente com seus consumidores, conhecendo as suas preferências e, com isso, direcionando sua atividade com base nesse conhecimento. No caso dos panificados, os

consumidores se tornam mais informados sobre questões de processamento (receitas). Assim sendo, esses esforços de comunicação para os produtores que utilizam desse canal de comercialização, frente aos meios oferecidos pelas tecnologias digitais, são um instrumento indispensável para sustentar a conexão com os consumidores. A comodidade, nesse sentido, é citada como um elemento que os consumidores apreciam, pela eficácia dos métodos de pedido e pagamento online.

Em muitos casos, ainda, a conexão com os consumidores proporciona uma autonomia que é ameaçada pelo sistema convencional. Assim, as agroindústrias familiares evitam ser absorvidas por situações que possam minar sua autonomia, definindo os circuitos curtos como objetivos alcançáveis para incrementar resilientemente suas atividades econômico/produzivas ao mesmo tempo em que se concentram na proteção do bem-estar de suas famílias, frente às desvantagens dos mercados convencionais ligados à incerteza (MALUF, 2004). Como afirma a Atriz 2, a agroindústria de panificados persegue esta estratégia:

[...] o que que eu me, que eu comecei a não entregar, mas assim sabe não faço questão, que eu venda. Como diz quase que de porta em porta assim né o que eu não gosto de entregar nos lugar (supermercado) é porque se eles não vendem, eles te devolvem e isso aí eu acho, a perda é só minha né... fica o produto lá parado não vende eu não posso fazer um preço baixo que nem esses que são industrializados sabe esses outros lá [...] (ATRIZ 2).

Outro exemplo comum para dois agricultores familiares é a comercialização de seus produtos em feiras agropecuárias. Entretanto, houve o cancelamento das feiras, em virtude da pandemia e, durante este estudo, esse canal estava retornando. Em relação a essas feiras agropecuárias, é importante destacar que são mercados onde agricultores familiares expõem seus produtos, junto com outros produtores, em um local destinado à exposição de produtos oriundos da agricultura familiar. Assim, a finalidade do evento gira em torno na exposição de tecnologias para determinado público. Esses mercados são normalmente organizados por administrações públicas em parceria com empresas privadas relacionadas à agricultura, realizados anualmente em diversos municípios.

Ademais, com esses eventos acontecendo uma vez ao ano, fazendo com que os agricultores busquem participar em vários municípios, o segundo o entrevistado diz, ainda, que frequentava até duas vezes por mês em distintos lugares. Esta via é, desse modo, uma maneira de entrar em contato direto com os clientes de diferentes contextos e obter o preço *premium*. Diferentemente das feiras tradicionais, onde os comerciantes possuem suas propriedades localizadas no entorno das cidades, as feiras agropecuárias são realizadas em distâncias mais

longas (como em Esteio-RS, Não-Me-Toque-RS e Rio Pardo-RS), tornando-se viável devido a quantidade de consumidores potenciais. Diante disso, os agricultores familiares veem esses arranjos comerciais alternativos possíveis, que, além do valor do agregado, adicionam uma camada de significado à sua atividade, pois sentem a recompensa derivada da valorização das pessoas por seus esforços, como o Ator 3 expressa:

[...] então assim quando a gente em 2017 que a gente tirou o primeiro lugar em salame no concurso, já deu uma baita repercussão assim aqui (município), tem essa valorização. Agora esse ano a gente tirou de novo, então vai valorizar ainda mais. A quantia que aumentou a nossa vendas. Então, porque lá na feira, sim a gente vende. Têm as pessoas que vem atrás do produto que tirou o primeiro lugar. Mas é para o meu povo, que isso aqui eu tô produzindo, um produto de qualidade. É isso que importa. Então as vendas, nossa já aumentou aqui (município) né. Porque muitos assim né, pegavam outras coisas (compravam outros produtos) e nunca tinham te comprado um salame. Mas vocês produzem salame? A ideia de levar, provar e já voltar buscar de novo. Então isso é importante. É ter entendimento que a gente consegue produzir produtos de qualidade é muito importante isso para gente [...] (ATOR 3).

Esse processo traz uma série de benefícios para as agroindústrias familiares do município, promovendo os produtos da agricultura familiar. E, além de fortalecer o vínculo entre as agroindústrias e a sociedade, imprime os agricultores em um papel social maior, que é cada vez mais reconhecido por segmentos maiores da população e por suas instituições representativas. Isso atribui a eles o potencial de ser parte ativa do metabolismo agrícola local (MALUF, 2004). Por último, existem, ainda, outras sinergias praticadas com outros canais de venda de alimentos: as operações mediadas pelas instituições públicas, que abrangem uma política pública em torno do acesso dos agricultores familiares aos mercados de aquisição de alimento públicos. Esse caminho capacita cadeias de abastecimentos locais e regionais e sistemas alimentares, melhora a agrobiodiversidade e a produção orgânica e agroecológica, bem como incentiva mais hábitos de consumo sustentáveis e saudáveis, além de estimular a cooperação e o associacionismo entre agricultores familiares (MARQUES & LE MOAL, 2014).

Além disso, no Brasil, a partir do início da década de 1990, um quadro emergente de políticas voltadas para a agricultura familiar e segurança alimentar culminou com a saída do país do mapa da fome, graças ao Programa Fome Zero, lançado em 2003, com o objetivo de enfrentar o problema da insegurança alimentar e do desenvolvimento rural (SENCÉBÉ, PINTON & CAZELLA, 2020). Nessa mesma linha, teve-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como parte desta ação governamental, o qual foi institucionalizado pelo Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) e por outras organizações da sociedade civil e

tinha como órgão executor o extinto MDA e outros entes públicos. O programa prevê a compra pública de alimentos para formar estoques estratégicos e abastecer famílias em dificuldade, através da agricultura familiar. Mais tarde, em 2009, foi introduzido o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este programa oferece abastecimento de alimentos para alunos matriculados em escolas públicas, em todos os níveis básicos. O órgão executor desse programa são as secretarias de educação de municípios estaduais, que devem adquirir no mínimo 30% dos alimentos que consomem oriundos de agricultores familiares, remetidos às escolas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (MARQUES & LE MOAL, 2014).

Sobre isso, no meu estudo constatei que apenas dois agricultores familiares participam do PNAE em nível estadual. Entretanto, nessa modalidade de circuito curto que está associada às questões de soberania alimentar e proteção da agricultura familiar, três agroindústrias não conseguem acessar esse sistema de estímulo produtivo diversificado para os agricultores e de soberania alimentar para os consumidores, a nível municipal. Em outras palavras, Marques e Le Moal (2014, p. 15) entendem que,

por meio da intervenção na comercialização e regulação de preços de produtos alimentícios, a ação pública melhora efetivamente a alimentação das famílias socialmente assistidas, bem como contribui para o aumento da renda dos agricultores, em especial a partir da implantação de sistemas produtivos diversificados, incorporando práticas agroecológicas.

E, apesar das compras públicas de alimentos contribuírem para a geração de renda, produção e abastecimento de alimentos saudáveis, seguros, diversificados e acessíveis, interferindo diretamente na pobreza, fome, saúde e bem-estar da população, para as agroindústrias que procuram essa via – que para alguns é a chave para suas possibilidades de resiliência e dinamismo –, essa tem sido uma dimensão difícil de explorar. Tendo em vista que, no caso das agroindústrias de embutidos e no abatedouro de aves, ambos atendem às exigências sanitárias de produtos de origem animal, legitimadas com garantia de qualidade, através da certificação dos produtos no Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e da Vigilância Sanitária.

Ademais, como no caso relatado por Sodr e e Salamoni (2016), que fornecem uma visão sobre as primazias de limita es de diversas ordens que atualmente argumentam sobre questões burocráticas, envolvendo os fornecedores (agricultores familiares) e os entes executores, pode-se afirmar que isso decorre “de um reforço das heteronomias que pautam a matizes socioeconômicos e culturais com que se apresentam as agriculturas familiares” (SODR E & SALAMONI, 2016, p. 469), onde a dissonância entre os cardápios e as especificidades da produ o familiar do município são um sério limitador. Isso se traduz na dispersão de alguns

produtos das agroindústrias familiares do município que encontram dificuldade de vender seu excedente nas aquisições públicas.

Diante disso, por um lado, as escolhas de processamento de produção estão associadas simultaneamente à entrega de produtos no âmbito do PNAE, enquanto as demais limitações apontadas se referem ao limite de venda por agricultor para o PNAE. Atualmente, o limite de vendas por agricultor familiar para o programa é de 20 mil reais por ano, o que a agroindústria utiliza para cobrir os custos administrativos e produtivos. A este respeito, os aspectos fundamentais dos agricultores familiares do meu estudo são confirmados com a descrição geral das autoras.

Ademais, a existência destas oportunidades de mercados são instrumentos que possibilitaram a consolidação das agroindústrias familiares do município de Tupanciretã-RS no contexto socioproductivo. Assim, esses relacionamentos em que os municípios podem gerenciar a construção de um sistema alimentar local justo, para além do benefício dos pequenos agricultores e do incentivo, são exemplos de reconexão urbano rural, mantendo a promessa de promover um desenvolvimento rural territorializado. O papel das instituições públicas como promotoras de um processo de reestruturação do sistema alimentar poderia, nesse sentido, ser mais facilmente cedido às agroindústrias familiares na realização de suas atividades promocionais. Servindo, dessa maneira, ao propósito de aumentar a visibilidade da categoria e fazendo com que as vozes dos agricultores familiares sejam ouvidas pelos 'pesos pesados', como o agricultor familiar (Ator 5) expressa:

[...] é um absurdo nós sermos reconhecidos como somente a capital nacional da soja. Isso é inadmissível com o potencial que nós temos aqui. Se eu tivesse um incentivo do jeito que eu estou tendo agora tivesse no início da agroindústria a minha indústria seria o dobro do tamanho agora [...] (ATOR 5).

Em termos gerais, a premissa levantada pelo agricultor, no potencial do mundo da agricultura familiar, adotando essa abordagem de RAA, pode definir as bases para a consolidação de um sistema alimentar mais justo e mais forte. Entretanto, a ativação da aliança entre a implantação de um sistema agroalimentar local, por meio do poder de compra das administrações locais, poderia introduzir alimentos locais como requisitos em seus contratos de serviços de alimentação, para fornecer às propriedades públicas (escolas, hospitais e casas de passagem). Isso, por sua vez, reduz as chances de disseminar outras formas de concepção de compromisso que circulam ao longo das linhas de promover uma transformação de base (ROVER & DAROLT, 2021).

Assim sendo, as características intrínsecas dos alimentos, frente às rápidas transformações animadas pelos rótulos local (sustentável, saudável, orgânico, artesanal, etc.), seriam elementos centrais para a agricultura familiar. Isso relaciona-se com a forma que o alimento é produzido e com a conexão que é estabelecida com os consumidores. Por esse motivo, os alimentos passam a ter um valor que cruza as cifras monetárias. Estas iniciativas de inovação social exercem, desse modo, uma variedade de inovações de base, ou seja, são uma forma de abordar os problemas da produção agrícola, acesso e consumo de alimentos. Isto é, esse tipo de inovação social gira em torno de novas formas de colaboração, formas essas capazes de considerar e valorizar diferentes papéis e possibilidades de revitalização de valores e relações marginalizadas (ROVER & DAROLT, 2021).

Nesse contexto, as estratégias comerciais dos produtores que entrevistei variam, já que geralmente eles escolhem servir uma combinação mista de canais, como aderir a circuitos curtos e/ou compras institucionais entregando diretamente ao cliente e/ou em pontos de acesso aos seus produtos. Eles desenvolvem essas diferentes formas de acordo com as condições, a depender do tipo de produto, localização e de suas orientações estratégias como serviços, que são as Casas Coloniais e Tendas de Produtos Coloniais, onde produtos de outras agroindústrias do município também podem ser encontrados.

Alguns produtores, por exemplo, privilegiam as entregas em pontos centrais (padarias, fruteiras, casas coloniais) em vez de entregas a domicílio, isso porque fazer entregas em diferentes lugares e horários despense esforço logístico, que é necessário para fornecer aos seus vários canais diretos, requerendo uma nova operação para além do processo da atividade. Além do fato de encontrarem barreiras quanto à infraestrutura no escoamento, como os entrevistados apresentam:

[...] a gente se divide e a logística daí a gente vê quem tá mais disponível [...] nos saímos longe levar, levar com quarenta centavo de frete, nós queremos ficar dentro do município porque é vantajoso para nós e para o município porque nós não precisamos sair gastar gasolina atoa [...] (ATOR 5).

[...]eu me enquadraria no pão nas Cucas (PNAE) mas eu não quis, porque eu acho assim, você viu a distância da minha casa até a sede do município. Toda a segunda-feira tem que entregar dos produtos para a merenda escolar e se tu não consegue ir por conta das condições da estrada e, eu dependo de alguém para levar porque a agroindústria é familiar, mas no meu caso é uma pessoa, eu [...] (ATRIZ 2).

[...] eu vou oferecer meu frango lá na casa colonial de Santa Maria eu já vou oferecer também os produtos das outras agroindústrias, porque eu já tô indo ali para mim, porque não para os outros [...] (ATRIZ 1).

Ademais, as condições de logística e o custo adicional representam umas das principais fraquezas dos agricultores familiares em meu estudo, isso porque, atuando de maneira direta, as vendas envolvem uma multiplicação de operações logísticas que deixaram as operações da agroindústria com falta de pessoas para a entrega do produto. No caso da agroindústria de panificados, a proprietária lamentou não ser capaz de explorar novas oportunidades de negócios, especialmente a venda para o mercado institucional, porque ela não pode atender ao processo produtivo necessário para toda a demanda, enquanto a opção de empregar novas força de trabalho necessária está completamente fora de alcance, tendo em vista que ela atua sozinha em todas as operações.

Diante disso, nota-se que, tanto para a agroindústria de mandioca quanto para a de frango colonial, uma forma de cooperação entre os colegas, que tem por objetivo reduzir os custos, é de extrema importância. Nesse viés, a Associação das Agroindústrias Familiares do município encontra-se, tendo esse mesmo propósito, visto que a partir dela, esses atores têm um canal e local de vendas em comum. Por exemplo, os produtores planejam viagens de entrega em conjunto. Neste esforço compartilhado, os produtores percebem um sinal positivo porque contribui para reforçar a iniciativa recém estabelecida que, assim, acabará por favorecer todas as agroindústrias e a agricultura familiar. Logo, esse relacionamento enquadrado com colegas ou invés de concorrer é visto como um sinal positivo para o município que, além de expandir sua identidade no território por meio da expansão da preferência por alimentos das agroindústrias locais, enquadra maior espaço no reconhecimento e peso no apoio institucional.

Por outro lado, a construção estreita na relação entre produtores e consumidores locais, incluindo o gerenciar de um portfólio de clientes e a criação de uma imagem da marca, são sinais de representações que se criam em torno do alimento, de modo que há evidências de uma composição mista de proveniência socioeconômica dos participantes (NIEDERLE & WESZ JR, 2018). Nesse sentido, para os entrevistados desse estudo, a valorização dos produtos é vinculado a uma justificativa de satisfação pessoal, que se traduz em sentimento de orgulho e gratificação decorrente da consciência de ter criado algo que é apropriado pelas pessoas e usado para o seu bem-estar, como a Atriz 1 esclarece:

[...] então isso aí sabe a pessoa ali te elogiando pelo teu produto não tem igual de vocês não tem na região não podemos ficar sim sabe daí tu sente que está no caminho certo que é isso que por mais que eu não seja uma multinacional mas os meus 60 frangos Abatidos por semana chegam na mesa do consumidor e vai com certeza proporcionar para aquela família o prazer de degustar um alimento saboroso, um alimento que não tem só os cuidados que a lei exige tem amor, tem amor porque ele passa ali p por aqui no meu setor ali aonde eu né bendigo tudo que vem, Então é uma coisa assim, isso aí

é o ingrediente que hoje não se encontra mais nos produtos, industrializados então nem se fala [...] (ATRIZ 1).

Claramente, em meu estudo, essa relação de confiança mútua se manifesta em todos os casos. Este suporte oferecido pelos consumidores reforça, desse modo, os espaços de manobra que as agroindústrias enfrentam em ambientes institucionais. Nesse sentido, a satisfação que deriva da valorização do produto pelos clientes incorpora um resultado fundamental: a garantia de que haverá demanda por alimentos locais, de modo que as ponderações dos clientes atuem como substitutos para as medidas de apoio do estado, as quais os pequenos agricultores não conseguem acessar. Diante disso, fortalecer sua capacidade de reprodução social também significa sustentabilidade econômica, haja vista que, apesar de estarem inseridos em circuitos curtos de comercialização, é só por meio do contato com os clientes que se desenvolvem a vantagem econômica e a resiliência do setor da pequena agricultura, justificando seu custo realizado para legalizar e manter as agroindústrias funcionando, tendo em vista os padrões e toda a burocracia que ela implica (CRUZ, 2020).

Por conseguinte, todos os produtores que conheci experimentaram diferentes tipos de canais diretos e, na maioria dos casos, estes mantêm uma multiplicidade de canais de mercado. Com isso, o relacionamento com os clientes é construído em espaços de comercialização, em que a qualidade é um elemento de ancoragem. A venda direta é o instrumento escolhido pelos agricultores, para atender seu público e estabelecer esta reconexão com os alimentos locais. E isso, com as restrições da pandemia, promoveu as relações arquitetadas para vender diretamente aos clientes. Nesse contexto, através deste estudo, pude perceber que em dois casos, uma vez na semana, os atores estabelecem esta proximidade física entre os produtores e os consumidores, colocando um rosto e uma história por trás de um alimento, como pode-se observar a partir da fala do Ator 5:

[...] eles compram porque é um produto diferenciado e pela praticidade do comodismo de receber na porta da casa, então eles não querem ir lá no mercado buscar, eles querem receber dentro de casa e pagar com Pix amanhã depois quando der tempo, pra não sair [...] e muita gente compra também assim por confiança [...] E outra coisa nós somos exigentes em qualidade [...] (ATOR 5).

Enquanto outros atores, ao contrário, preferem sair em feiras agropecuárias para aproveitar melhor as relações interpessoais com consumidores. Seu volume de negócios, como resultado, geralmente é dividido com outras fontes que eles administram na tentativa de diversificar a base comercial ao máximo. Assim, por meio do contato com os clientes, eles

agregam características que se traduzem em vantagem econômica, reforçando, mutuamente, aspectos de resiliência no setor da agroindústria familiar.

Ainda, para os produtores que atendem às proposições institucionais, as entregas de alimentos representam uma ferramenta para obter melhores condições econômicas, mesmo dentro dos circuitos curtos, tornando-se, portanto, atores sociais. Esta participação permite que recebam formas de apoio baseadas em mecanismos que recuperam o valor dos pequenos agricultores familiares como atores cruciais no direcionamento da aquisição de alimentos públicos para locais de alimentação, como escolas. Em outras palavras, essas formas de apoio podem atuar diretamente no aspecto econômico, por meio da inserção mercantil, ou indiretamente, para proteger os agricultores das adversidades do mercado, reduzindo seus riscos e garantindo viabilizar a comercialização de produtos dos agricultores familiares.

No trabalho de campo em que este estudo se insere, os circuitos curtos e mercado institucionais coexistem em dois casos, entretanto, ambos se enquadram no conceito de Redes Alimentares Alternativas. Assim sendo, a cadeia curta é estruturada por agricultores que vendem diretamente ao público, com pouca ou nenhuma mediação operada por mediadores que, no caso deste estudo, referem-se à fruteiras, padarias, casas coloniais e órgão gestor de compras institucionais, seja voltado para a comunidade ou para os negócios.

Além disso, em contraste com os modos de comercialização convencionais, a diversificação de mercados alternativos nos circuitos curtos permite novas formas de intercâmbio entre as cidades e o campo de produção e consumo. Nesse sentido, tal diversificação oferece novas oportunidades de defender o sustento dos agricultores familiares, contrapondo-se ao mercado convencional. Ainda, essa alternativa também é voltada para a multiplicação das chances de entrar no radar de apoio. Na verdade, quanto mais ampla a base social que a agricultura familiar pode desfrutar, ou seja, as possibilidades de tecer relações com pares que estão localizados no território – como venda direta para consumidores da cidade e articulação da associação por meio de entidades do município –, mais sua própria identidade se fortalece, assim como as impressões sobre esta. Assim, mais prováveis serão as oportunidades de suporte e, como consequência, as relacionadas à resiliência (PLOEG, 2008).

5 CONCLUSÕES

A presente pesquisa tentou retratar um quadro mais amplo da produção agropecuária do município de Tupanciretã-RS, ao mesmo tempo que demonstrou, com detalhes, a realidade dos pequenos agricultores que agroindustrializam sua produção. Desse modo, empregando métodos qualitativos, foi possível fazer uma descrição das operações, orientações, posições e relações das pequenas agroindústrias familiares. Este contexto é, ainda, descrito com base na paisagem agrícola local, a qual converge com o modelo produzido pelo desenvolvimento do agronegócio, situado na interface produtiva e territorial.

Ademais, pode-se constatar que a concepção da produção primária em um produto final, processado em pequena escala de produção, se dá nesse ambiente predominantemente hostil. Isso se reflete em uma inovação que se desassocia do imperativo modo de produção especializado e intensificado de *commodities* agrícolas (soja) que promoveu (promove) grandes mudanças a nível territorial – intrínseca, expressiva e social.

Esse novo percurso é criado a partir da independência da cadeia produtiva convencional, onde a transformação perpassa a produção e a comercialização de alimentos em uma dimensão espacial regionalizada, em detrimento de uma produção agrícola coordenada por agentes multilaterais que possuem interesses entre diversos grupos de atores. Atores esses que se traduzem em resultados econômicos, envolvendo um baixo grau de autonomia e um alto grau de incertezas, pelo desequilíbrio e pela desconexão que produzem entre os produtores e os destinatários.

Este novo arranjo é inaugurado, desse modo, combinando estratégias focadas em: (a) agroindustrializar os alimentos utilizando técnicas tradicionais que resultam na produção de um alimento com propriedades como o colonial, caseiro e artesanal, vinculados ao segmento de nicho de mercado; (b) eliminar os diversos elos e mecanismos das cadeias convencionais, privilegiando o relacionamento direto e parcial com os consumidores, trazendo seus produtos para comercializar em novos mercados, através dos circuitos curtos, que lhes permitem extrair maiores agregações de valor.

Portanto, o aspecto fundamental está na produção diferenciada, em que a qualidade caracteriza as iniciativas dos agricultores em oferecerem aos consumidores um produto com atributos idiossincráticos e simbólicos, em que os rótulos estão atrelados à agroindustrialização de um produto condensado pela proteção e respeito às tradições e hábitos. Práticas que, dessa maneira, são desenvolvidas através das habilidades e conhecimentos dos agricultores familiares que o produzem.

Por outro lado, o método de operação empregado pelos agricultores familiares em torno da qualidade e do artesanal, despendendo um cuidado com fatores produtivos que incluem a seleção da matéria-prima e métodos de processamento geralmente operados e fornecidos pela família, são voltados para a comercialização da produção localmente e diretamente ou indiretamente para o consumidor final. Assim sendo, vendendo em circuitos curtos, seja por meio da venda direta em feiras agropecuárias, casas colônias, compras institucionais, direto na propriedade e entregando a domicílio ou através de canais com intermediação (indiretamente), como casa colônias, padarias e mini mercados locais, as agroindústrias familiares tendem a preferir os canais que garantem um maior grau de autonomia.

Por conseguinte, no abandono das transações e links vinculados às cadeias de valor globais, as famílias buscam alternativas para produzir um produto com um valor agregado em mecanismos operacionais que apoiam o desenvolvimento de uma agricultura diferente da que domina o município. E isso se caracteriza pelo foco na qualidade, seguindo, assim, um menor padrão agroindustrial, ambientalmente e socialmente sustentável.

Nesse contexto, as famílias compartilham a estratégia de abordar o consumidor de forma direta, transmitindo e oferecendo-lhe um produto com características relativas aos processos de processamento e sua proveniência local, colocando em jogo elementos de reconexão entre agricultura, alimentação, economias locais e território. Dessa maneira, esta corrente é direcionada para usar recursos relacionados ao processamento de alimentos, os quais são oferecidos na mesa do consumidor com qualidade, por uma família do município, para combater questões locais estruturadas por fatores produtivos desiguais. Principalmente porque a produção agrícola familiar ocupa uma posição peculiar, sendo esmagada pelas forças cada vez mais nebulosas.

Assim, ao traçar trajetórias de manobra ao modelo produtivista local, a agroindustrialização pela agricultura familiar é caracterizada por um dinamismo que, para as cinco unidades familiares deste estudo, é a chave para suas possibilidades de resiliência, devido às características estruturais tradicionalmente associadas aos recursos produtivos, forças de mercado e atores dominantes. Nesse sentido, ao desfrutar de uma relação urbano rural, em que se transmite o conhecimento sobre os alimentos e quem os faz, avança-se nas bases para esculpir uma nova relevância para os agricultores familiares no terreno. Este reconhecimento está, portanto, encontrando seu caminho na esfera pública, envolvendo-se na articulação de *stakeholders* para obter espaços mais vibrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. 2000.

ALBERTI, E. A.; DA SILVA, J. L. S. **Estudo da vulnerabilidade natural dos aquíferos no perímetro urbano de Tupanciretã/RS**. I SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO SUL, I SIMPÓSIO DE ÁGUAS DA AUGM, 2005.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 1, p. 123-142, 2018.

ARENDDT, H. **A condição humana**. Forense universitária, 2007.

BALEM, T. A.; ALVES, E. de O. A persistência das feiras de agricultores familiares em um cenário de “sojificação da sociedade”: elementos da realidade de Júlio de Castilhos e Tupanciretã/RS. **Economia e Desenvolvimento**, v. 32, p. 01-12, 2020.

BARCELLOS, S. B. As iniciativas e experiências em agroecologia como estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária. **Mundo agrário**, v. 12, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de dados do crédito rural**. 2021. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcFonteRecursosProduto.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Fonte%20de%20Recursos%20e%20Produto&exibeparametros=true&boesExportar=true>>. Acesso em: 04 de out. 2020.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Tradução Carlos Alberto Medeiros - Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 2008.

BELTRÁN, L. R. La revolución verde y el desarrollo rural latinoamericano. IICA. **Revista Desarrollo Rural de las Américas**. 1971.

BRAND, U.; GORG, C.; WISSEN, M. **Overcoming neoliberal globalization: social-ecological transformation from a Polanyian perspective and beyond**. *Globalizations*, v.17:1, p.161-176, 2019. DOI: 10.1080/14747731.2019.1644708.

BROWN, K.; WESTAWAY, E. Agency, Capacity, and Resilience to Environmental Change: Lessons from Human Development, Well-Being, and Disasters. **Annual Review of Environment and Resources** v.36:1, p.321-342. 2011.

BRUNORI, G.; ROSSI, A.; GUIDI, F. On the new social relations around and beyond food. Analysing consumers' role and action in Gruppi di Acquisto Solidale (Solidarity Purchasing Groups). **Sociologia ruralis**, v. 52, n. 1, p. 1-30, 2012.

BUAINAIN, A. M., ALVES, E., SILVEIRA, J. M., & NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural. **Revista Política Agrícola**, p. 105-121. 2013.

CRUZ, F. T. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços em retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural** 2020, v. 58, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.190965>>. Acesso em: 26 de out. 2021.

CARNEIRO, H. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Elsevier; 2003.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Revista Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.12-32>>.

DALY, H. E. **De la economía del mundo vacío a la economía del mundo lleno**. In: Medio ambiente y desarrollo sostenible: más allá del informe Brundtland. Ed Robert Goodland; Hermes Daly; Salah El Serafy e Bernd Von Droste. Traducción de Carlon Martín y Carmem Gonzáles. Trotta, p. 37-50. 1997.

DAROLT, M. R. et. al. Alternative food networks and new producer-consumer relations in france and in brazil. *Ambiente & Sociedade*, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2016. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016>>.

DARNHOFER, I.; LAMINE, C.; STRAUSS. M. The resilience of family farms: Towards a relational approach. **Journal of Rural Studies**, v. 44, p. 111-122, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.01.013>>.

DE OLIVEIRA, R. C. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista De Antropologia** 39, no. 1 (1996): 13-37. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41616179>>.

DELGADO, G. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Revista Estudos Avançados**. vol.15 n. 43 São Paulo. 2001.

DEPONTI, C. M. (org) **Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

EL BILALI, H. Transition heuristic frameworks in research on agro-food sustainability transitions. **Environment, development and sustainability**, v. 22, n. 3, p. 1693-1728, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.1007/s10668-018>>.

ESCHER, F.; WILKINSON, J. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.191017>>.

FAVARETO, A. **Multiescalaridade e multidimensionalidade nas políticas e nos processos de desenvolvimento territorial–acelerar a transição de paradigmas**. Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 61-91, 2020.

FERNANDES, B. M. **Sobre a tipologia de territórios**. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (org) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1.Ed. São Paulo: Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

FOLKE, C. Resilience (republished). *Ecology and Society*, v. 21, n. 4, 2016. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26269991>>.

FLEXOR, G. (Org) **Questões agrárias, agrícolas e rurais** [recurso eletrônico]: conjunturas e políticas públicas / organização - 1. ed. - Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

FRIEDMANN, H. Feeding the empire: The pathologies of globalized agriculture. **Socialist register**. v. 41, 2005.

GRISA, C. et al. **Las políticas alimentarias y la politización de la alimentación: la experiencia latinoamericana** (Org) LE COQ, J.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. *Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina*. - 1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2021.

GOODLAND, R. **La tesis de que el mundo está em sus limites**. In: *Medio ambiente y desarrollo sostenible: más allá del informe Brundtland*. Ed Robert Goodland; Hermes Daly; Salah El Serafy e Bernd Von Droste. Traducción de Carlon Martín y Carmem Gonzáles. Trotta, p. 13-19. 1997.

GORDON, L. et. al. Rewiring food systems to enhance human health and biosphere stewardship. **Environmental Research Letters**, v. 12, n. 10, p. 100-201, 2017. DOI: <<https://doi.org/10.1088/1748-9326/aa81dc>>.

GUIMARÃES. G. M. **Racionalidades identitárias na produção e comercialização de alimentos coloniais na Quarta Colônia-RS**. Tese (doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre. 2011.

GUIMARÃES. G. M.; SILVEIRA, P. R. C. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. Apresentado em: VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. São Luís, Brasil, de 23 a 25 de junho de 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, suppl. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>>. 2014.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; DE VASCONCELLOS, F.C.F. **As compras públicas como instrumentos para a construção de sistemas alimentares sustentáveis**. In: *A Contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável*. PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sergio; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. *A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

GUDYNAS, E. Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. América Latina en movimiento (ALAI). **Quito/Ecuador** v. 462, p. 1-20, 2011.

HASENACK, H.; CORDEIRO, J. L. P.; COSTA, B. S. C. Cobertura vegetal atual do Rio Grande do Sul. **Simpósio De Forrageiras E Produção Animal**, v. 2, p. 15-21, 2007.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, pp. 159-176. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010>>. 2010.

HORA, G. B. da. Estratégias de sustentabilidade do Movimento Slow Food para fortalecer os territórios rurais. **Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS** - v. 16, n. 3, p. 101-123. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 1995/96, 2006 e 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

KAGEYAMA, A.; DA SILVA, J. G. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, **USP**, v. 13, n. 3, p. 537-559, 1983.

KARPOUZOGLOU, T.; DEWULF, A.; CLARK, J. Advancing adaptive governance of social-ecological systems through theoretical multiplicity. **Environmental Science & Policy**, v. 57, p. 1-9, 2016.

KÖHLER, J. et. al. An agenda for sustainability transitions research: State of the art and future directions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, v.31, p. 1-32. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.eist.2019.01.004>.

KOTLER, P. Reinventing marketing to manage the environmental imperative. **Journal of marketing**, v. 75, n. 4, p. 132-135, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1509%2Fjmk.75.4.132>>.

LE VELLY, R.; DUFEU, I. Alternative food networks as “market agencements”: Exploring their multiple hybridities. **Journal of Rural Studies**, v. 43, p. 173-182. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2015.11.015>>. Acesso em 03 de nov. 2021.

LAMINE, C. Caminhos de transição para uma ecologização robusta da agricultura e a necessidade de redesenho do sistema. Casos de agricultura orgânica e IPM. **Jornal de estudos rurais**, v. 27, n. 2, p. 209-219, 2011.

LAMINE, C.; GARÇON, L.; BRUNORI, G. Territorial agrifood systems: A Franco-Italian contribution to the debates over alternative food networks in rural areas. **Journal of Rural Studies**, V. 68, p.159-170. 2019. DOI: <<https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.11.007>>.

LAMINE, C.; MAGDA, D.; AMIOT, M. J. Crossing Sociological, Ecological, and Nutritional Perspectives on Agrifood Systems Transitions: Towards a Transdisciplinary Territorial Approach. **Sustainability**. v. 11, p. 1284. 2019. DOI: <<https://doi.org/10.3390/su11051284>>.

LAMINEA, C.; DARNHOFER, T.; MARSDENC, K. What enables just sustainability transitions in agrifood systems? An exploration of conceptual approaches using international

comparative case studies. **Journal of Rural Studies**. V. 68, p.144-146. 2019. DOI: <<https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.03.010>>.

LANÇON, F.; TEMPLE, L.; BIÉNABE, E. **The concept of filière or value chain: An analytical framework for development policies and strategies**. In: Sustainable Development and Tropical Agri-chains. Editors Estelle Biénabe; Alain Rival e Denis Loeillet. Springer, Dordrecht, p. 17-28. 2017. DOI: 10.1007/978-94-024-1016-7.

LE VELLY, R.; DUFEU, I. Alternative food networks as “market agencements”: Exploring their multiple hybridities. **Journal of Rural Studies**. v.43, p. 173-182. 2016. DOI <https://doi.org/10.1016/j.eist.2019.01.004>.

LE VELLY, R.; MARC, M. Agencer un système territorial innovant entre agriculture et élevage: l’apport de la sociologie des agencements marchands à l’analyse des réseaux agri-alimentaires alternatifs." 12. **Journées de recherches en sciences sociales**. 2018.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. Métodos de pesquisa em ciências sociais: **bloco qualitativo**, p. 24-41, 2016. Disponível em: <<https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/322/1507668143662883762.pdf#page=24>>.

MEDAETS, J. P. P.; FORNAZIER, A.; THOMÉ, K. M.. Transição para a sustentabilidade em sistemas agroalimentares: percepções das trajetórias brasileiras. **Journal of Rural Studies**, v. 76, p. 1-11, 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.03.004>>.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004. Disponível em: <<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/download/2061/2443>>. Acesso em 30 de out. de 2021.

MARQUES, P. E. M.; LE MOAL, M. F. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Brasil: a agricultura local e familiar no centro da ação pública para a segurança alimentar “, Vertigo - **revista Eletrônica em Ciências Ambientais [Online]**, Volume 14 Número 1 | Maio de 2014, postado em 20 de maio de 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/vertigo/14824>>. Acesso em 06 de nov. 2021.

MIRANDA, D. L. R. et. al. **Contribuições do mapa da rede de cidadania agroalimentar da grande Florianópolis – SC para transformações nas relações entre consumo-produção**. In: ROVER, O.J.; DAROLT, M.R (Org) Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. - Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021.

MAIORKI, G. J.; DALLABRIDA, V. R. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **Interações** (Campo Grande), v. 16, p. 13-25, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/151870122015101>>.

MARSDEN, T. Do pós-produtivismo à governança reflexiva: transições contestadas para garantir um futuro alimentar mais sustentável. **Journal of Rural Studies**, v. 29, p. 123-134, 2013.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia ? **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p.7-37, 1991. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000100003>>.

MATTEI, L. Considerações Acerca de Teses Recentes Sobre o Mundo Rural Brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, V. 52, supl. 1, p. 105-124. 2014.

MCMICHAEL, P. A food regime analysis of the ‘world food crisis’. **Agric Hum**, v. 26, 281 2009. DOI: <<https://doi.org/10.1007/s10460-009-9218-5>>.

MCMICHAEL, P. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36:1, p. 139-169. 2009. DOI: 10.1080/03066150902820354.

MIRANDA NETO, M. J. **A utopia possível: Missões Jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape, 1609-1767, e seu suporte econômico-ecológico** — Brasília : FUNAG, 2012.

MOREIRA, V. S.; MEDEIROS, R. M. V. **As Relações De “Poder” E Suas Articulações Na Influência Da Territorialização Espacial Do Meio Rural No Município De Tupanciretã–Rs**. In: SUZUKI, J.C.; DE ARAÚJO, V.B.; LARA, O.G.H. Política, sujeitos e práticas produtivas no campo latino-americano. São Paulo: FFLCH/USP. 2017.

MEDAETS, J. P.; FORNAZIER, A.; MARINI, T. K. Transição para a sustentabilidade em sistemas agroalimentares: percepções das trajetórias brasileiras. **J. Rural Stud**. 76, p. 1 – 11. 2020.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07/>>.

NAVARRO, Z. Meio século de interpretações sobre o rural brasileiro (1968-2018). **Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília**, v. 57, n. 3, pág. 472-489, setembro de 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.219449>>.

NATIONS UNITED. The United Nations Conference on Environment and Development. Rio de Janeiro, 3-14 de junho de 1992. Doc. A/CONF.151/26/Rev. 1 (Vol. I).

NEUMANN. P. A colonização do Planalto gaúcho por empresas privadas. **Revista Histórica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 17, 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao17/materia03/texto03.pdf>>.

NEUMANN. P. A. **O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. UFSC. 2003.

NEVES, D. P. **Questão agrária: configurações de disputas de modelos de agricultura**. In Pensamento crítico latino-americano / Edna Castro, organizadora – São Paulo: Annablume, p.318- 350. 2019.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In; Delgado, Guilherme Costa, Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.).

Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 168-196. 2017.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JR, V. J. **As novas ordens alimentares** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JR., V. J. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 14, n. 3, p. 75-102, 2009.

ODERICH, E. H.; GRISA, C.; BARTH, V. J. Interações entre Estado e sociedade civil na construção do FEAPER e Programa Camponês do Rio Grande do Sul. **Revista Política & sociedade**. Florianópolis, SC. Vol. 17, n. 40 (2018), p. 373-399, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p373/>>. Acesso em 30 de out. 2021.

OLIVEIRA, G. de L. T.; SCHNEIDER, M. (2016) The politics of flexing soybeans: China, Brazil and global agroindustrial restructuring. **The Journal of Peasant Studies**, 43:1, 167-194, 2016.

OLIVEIRA, G. L. T.; SCHNEIDER, M. The politics of flexing soybeans: China, Brazil and global agroindustrial restructuring, **The Journal of Peasant Studies**, 43:1, 167-194, 2016. DOI: 10.1080/03066150.2014.993625.

PÁDUA, J. A. **Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário**. 1a Edição, Rio de Janeiro, Fase, 1999.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2011.

PICOLOTTO, E. L.; BREMM, C. Ecologização na agricultura familiar, feiras e produtos artesanais na região Central do Rio Grande do Sul. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 104–130-104–130, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nsp1p104>>. Acesso em 26 de out. de 2021.

PICCIN, M. B. **Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro**. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP. 2012.

PIRAS, S.; WESZ JR, V. J.; GHINOI, S. Soy Expansion, Environment, and Human Development: An Analysis across Brazilian Municipalities. **Revist Sustainability**, 13, 7246. 2021 Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/su13137246>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANCIRETÃ/RS. Disponível em:<<https://www.tupancireta.rs.gov.br/>>.

RAFFESTIN, C. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (org) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1.Ed. São Paulo: Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

REYDON, B. P.; FERNANDES, V. B. Financeirização, preços e ocupação de terras: um estudo baseado na realidade brasileira. **Econ. soc. Campinas**, v. 26, n. spe, p. 1149-1179, dezembro de 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n4art12>>.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estud.** São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>>.

ROSSI, A. Beyond food provisioning: The transformative potential of grassroots innovation around food. **Agriculture**, v. 7, n. 1, p. 6, 2017.

ROSSI, A.; BUI, S.; MARSDEN, T. Redefining power relations in agrifood systems. **Journal of Rural Studies**, v. 68, p. 147-158, 2019.

ROVER, O. J.; DAROLT, M. R. **Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica.** In: ROVER, O.J.; DAROLT, M.R (Org) Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021.

SENCÉBÉ, F. P.; PINTON, F. CAZELLA, A. A. Sobre a coexistência desigual de agroalimentossistemas no Brasil. **Review of Agricultural, Food and Environmental Studies**, Springer, 101 (2-3), pp.191-212. 2020. Disponível em: <10.1007 / s41130-020-00099-8. hal-03141078>. Acesso em 16 de out. de 2021.

SODRÉ, M. T.; SALAMONI, G. A coexistência do pensamento cartesiano e sistêmico: As limitações territoriais enfrentadas pelo PAA e PNAE em Pelotas/RS. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 28, p. 457-471, 2016.

SANTOS, B. D. S. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Almedina, 2020.

SAQUET, M.A. **Por uma abordagem territorial.** In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (org) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1.Ed. São Paulo: Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terras por estrangeiros no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 50, n. 3, p. 503-524, Sept. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000300007>>.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local—um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência**, v. 14, n. 19, p. 101, 2012.

SINGER, P. “O Brasil No Contexto Do Capitalismo Internacional 1889-1930.” **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, no. 3, [Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Nacional Autónoma de México], 1974, p. 547–93. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/3539491>>.

SONNINO, R.; COULSON, H. Unpacking the new urban food agenda: The changing dynamics of global governance in the urban age. **Urban Studies**. 2021; 58(5): 1032-1049. DOI:10.1177/0042098020942036.

SONNINO, R.; TEGONI, C. L. S.; DE CUNTO, A. The challenge of systemic food change: **Insights from cities**. **Cities**, v.85. p.110-116. 2019. DOI: <<https://doi.org/10.1016/j.cities.2018.08.008>>.

SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of economic geography** 6.2 (2006): 181-199.

SPRINGMANN, M. et al. Options for keeping the food system within environmental limits. **Nature** 562, 519–525 (2018). Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41586018-0594-0>>.

SCINAIDER, D.A. et al. **Agroindústria: Conceitos E Relação Com O Desenvolvimento Rural**. In: WIVES, D.G.; KÜHN, D.D. (Org) Gestão e planejamento de agroindústrias familiares. SEAD/UFRGS. – dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

STEFFEN, W.; CRUTZEN, P. J.; MCNEIL, J. R. **The Anthropocene: are humans now overwhelming the great forces of nature?**. The New World History, edited by Ross E. Dunn, Laura J. Mitchell and Kerry Ward, Berkeley: University of California Press, 2016, p. 440-459. DOI: <<https://doi.org/10.1525/9780520964297-051>>.

STEFFEN, W. et. al. The Anthropocene: From global change to planetary stewardship. **Ambio**, v. 40, n. 7, p. 739-761, 2011. DOI: <<https://doi.org/10.1007/s13280-011-0185-x>>.

STEFFEN, W.; CRUTZEN, P. J.; MCNEILL, J. R. O Antropoceno: São seres humanos Agora esmagadora das grandes forças da natureza **AMBIO: Um jornal do Meio Ambiente Humano**, 36 (8), 614-621, (1 Dezembro de 2007). Disponível em: <[https://doi.org/10.1579/00447447\(2007\)36\[614:TAAHNO\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1579/00447447(2007)36[614:TAAHNO]2.0.CO;2)>. Acesso em: 19 out. 2021.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização** / tradução Rita Pereira. — Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

VAN DER PLOEG, J. D. From biomedical to politico-economic crisis: the food system in times of Covid-19, **The Journal of Peasant Studies**, 47:5, 944-972. 2020. DOI: 10.1080/03066150.2020.1794843.

VENNERT, B. V.; SCHNEIDER, S.; DESSEIN J. Different farming styles behind the homogenous soy production in southern Brazil, **The Journal of Peasant Studies**, 43:2, 396-418, 2016. DOI: 10.1080/03066150.2014.993319.

WESZ JR, V. J. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. **The Journal of Peasant Studies**, 43: 2, 286-312, 2016. DOI: 10.1080 / 03066150.2015.1129496.

WALTZ, A. The women who feed us: Gender empowerment (or lack thereof) in rural Southern Brazil. **Journal of Rural Studies**, Volume 47, Part A. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.07.009>>. Acesso em 19 de out. 2021.

WESZ JR, V. A trajetória do Pronaf Agroindústria no Brasil (1998/99-2016/17): um olhar sobre as condições de financiamento e o público beneficiado. **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**, v. 1, 2017.

ZARTH, P. A. **Ervais públicos e os camponeses extrativistas de erva-mate do extremo Sul do Brasil** (século XIX). In: Ponencia presentada al VIII Congreso Latino Americano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas. 2010.

ZARTH, P. A.; GERHARDT, M. Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. Lavouras da destruição: a (im) posição do consenso. Download gratuito, 2009.